UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PPGEU – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENGENHARIA URBANA

Por

Darlene Karla Araújo

O IMPACTO DA NOVA ARQUITETURA PÚBLICA NA PAISAGEM DA CAPITAL PARAIBANA: 1900 - 1950

João Pessoa, setembro de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PPGEU – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENGENHARIA URBANA

Por

Darlene Karla Araújo

O IMPACTO DA NOVA ARQUITETURA PÚBLICA NA PAISAGEM DA CAPITAL PARAIBANA: 1900 - 1950

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre.

PROFESSOR ORIENTADOR: Dr. Alberto José de Sousa

João Pessoa, setembro de 2008

A663i Araújo, Darlene Karla.
O impacto da nova arquitetura pública na paisagem da capital paraibana: 1900 - 1950/ Darlene Karla Araújo. – João Pessoa, 2008.
124f. :il.
Orientador: Alberto José de Sousa.
Dissertação (Mestrado) – UFPB - CT

1.Paisagem urbana . 2. Arquitetura pública – Paraíba. 3.Urbanismo.

UFPb/BC CDU: 71 (043)

Darlene Karla Araújo

O IMPACTO DA NOVA ARQUITETURA PÚBLICA NA PAISAGEM DA CAPITAL PARAIBANA: 1900 - 1950

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Urbana no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em 29 de setembro de 2008

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira
Examinador externo – UFPE

Profa. Dra. Madalena de Fátima Zaccara Pekala
Examinador externo – UFPE

Prof. Dr. Francisco de Assis Gonçalves da Silva
Examinador interno - UFPB

Prof. Dr. Alberto José de Sousa - UFPB
Professor Orientador - UFPB

AGRADECIMENTOS

A Deus pela concretização desta conquista.

Ao Professor Alberto Sousa, pela experiente orientação e sólidos ensinamentos que sempre levarei comigo.

Aos meus pais e irmãos pela paciência, apoio, cooperação e carinho, e especialmente à minha tia Marlene, sempre presente em minha vida e grande incentivo nos meus estudos.

A Starley pela compreensão nas horas de ausência, pelo companheirismo e cooperação.

A amiga Carla Gisele, pelas longas conversas sobre a academia, pela troca de informações, pelas dicas e conselhos bem vindos e sempre muito úteis.

Aos colegas de trabalho e do PPGEU, pela atenção, companheirismo e colaboração. Aos demais amigos pela compreensão nas horas de ausência e pelos momentos de descontração em meio à correria da vida acadêmica.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos públicos freqüentados, pessoas as quais sem sua colaboração, não teria sido possível o acesso as fontes utilizadas neste trabalho. As instituições públicas e particulares que disponibilizaram documentos indispensáveis.

A todos aqueles que me ajudaram com informações ou correções e de uma forma ou de outra colaboraram com este trabalho, e especialmente ao arquiteto Mário di Lascio pela interessante entrevista sobre aspectos do passado da cidade de João Pessoa e sobre a vida de seu pai, o arquiteto Hermenegildo di Lascio.

Agradeço.

"*A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação a seus arredores, às seqüências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas [...]. Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados*".

Kevin Lynch

RESUMO

ARAÚJO, Darlene Karla. **O impacto da nova arquitetura pública na paisagem da capital paraibana: 1900 – 1950. 2008**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, UFPB, João Pessoa.

Esta dissertação estuda a contribuição da arquitetura pública produzida entre 1900 e 1950 na capital do estado da Paraíba para a transformação da paisagem desta então ocorrida. Tal arquitetura introduziu na cidade muitos prédios públicos bem maiores e altos que os existentes e linguagens que ali não tinham sido usadas ainda, como o classicismo acadêmico, o estilo neocolonial, o art déco e o modernismo – as três últimas, criadas no período estudado. A dissertação examina mais de quarenta edifícios que contribuíram para a transformação mencionada; uns eram novas construções, outros eram o resultado de obras de reforma ou ampliação. A maioria dessas edificações surgiram nos 25 anos compreendidos entre 1916 e 1940 e muitas foram produzidas pelo governo, como parte de sua política visando o embelezamento da capital do estado. A transformação da paisagem teve lugar principalmente em praças importantes e ao longo dos dois principais eixos viários da cidade, um se estendendo do norte para o sul e o outro do leste para o oeste.

Palavras chave: Paisagem urbana. Arquitetura pública. Paraíba /1900-1950.

ABSTRACT

ARAÚJO, Darlene Karla. **O impacto da nova arquitetura pública na paisagem da capital paraibana: 1900 – 1950. 2008**. 124 p. Dissertation (Master in Urban Engineering) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, UFPB, João Pessoa.

This dissertation studies the role played by the public architecture produced between 1900 and 1950 at the capital of Paraíba State (Brazil) in the transformation of its townscape occurred between those years. This architecture introduced into the town many public buildings that were much larger and taller than the existing ones and styles that had not been used there yet, such as the academic classicism, the Neocolonial language, the Art Deco and the International Style (the last three, created during the above period). The dissertation examines over forty buildings that contributed to the mentioned transformation; they were both new constructions and the result of works of renovation or extension. Most of these buildings appeared during the 25 years comprised between 1916 and 1940 and many of them were produced by the government as part of its policy to embellish the capital of the State. The transformation of the townscape took place mainly at major squares and along the two main traffic routes of the town, one stretching from the north to the south and the other from the east to the west.

Key-words: Townscape. Public architecture. Paraíba /1900-1950.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

D.V.O.P. – Departamento de Viação e Obras Públicas

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IPASE – Instituto de Previdência a Assistência dos Servidores dos Estados

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Planta da Capital da Paraíba em 1910 3
FIGURA 2: Detalhe do "Frederyce Stadt", 1640 7
FIGURA 3: Mapa de autoria do Capitão-Piloto Manoel Francisco Grangeiro em 1692 8
FIGURA 4: Planta da cidade levantada em 1855 e reduzida em 1905 8
FIGURA 5: Panorama da Cidade Alta 10
FIGURA 6: Panorama da Cidade Baixa 10
FIGURA 7: Rua da Areia 11
FIGURA 8: Rua Maciel Pinheiro, na Cidade Baixa em 1903 11
FIGURA 9: Convento de São Francisco 12
FIGURA 10: Convento de São Bento 12
FIGURA 11: Tesouro 12
FIGURA 12: Antigo convento jesuíta 12
FIGURA 13: Palacete da Instrução Primária 13
FIGURA 14: Delegacia Fiscal 13
FIGURA 15: Quartel de Polícia 13
FIGURA 16: Sobrados da Rua Visconde de Inhaúma 14
FIGURA 17: Vista dos telhados da Rua Duque de Caxias em 1902 15
FIGURA 18: Avenida Beaurepaire Rohan em fins do século XIX 15
FIGURA 19: Ângulos das fotografias mostradas no capítulo II 16
FIGURA 20: Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo em 1862 17
FIGURA 21: Mesmo prédio em 1879 depois de sua reforma 17
FIGURA 22: Mapa da capital da Paraíba destacando a nova arquitetura pública da fase 1. 19
FIGURA 23: Edifício - Monumento do Ipiranga, atual Museu do Ipiranga 20
FIGURA 24: Antigo convento dos carmelitas antes da reforma 21
FIGURA 25: Palácio Episcopal depois da reforma 21
FIGURA 26: Construções primitivas no local do Colégio N. S. das Neves 22
FIGURA 27: Colégio Nossa Senhora das Neves e sua primeira ampliação 23
FIGURA 28: Colégio Nossa Senhora das Neves 23
FIGURA 29: Primitiva edificação do Colégio Diocesano Pio X em 1903 24
FIGURA 30: Vista para o Colégio Diocesano Pio X 25
FIGURA 31: Antiga residência episcopal em 1906 25
FIGURA 32: Colégio Diocesano Pio X 25
FIGURA 33: Mapa da capital paraibana em 1923 com previsão de alargamento das ruas 28
FIGURA 34: Teatro Municipal e a Escola Nacional de Belas Artes, Avenida Rio Branco 29
FIGURA 35: Avenida Central em 1910 30
FIGURA 36: Praça Affonso Penna no Recife, depois da reforma urbana 31
FIGURA 37: Trecho de mapa da capital paraibana em 1930 32
FIGURA 38: Trecho de mapa da capital paraibana em 1950, destacando-se as obras de Argemiro de Figueiredo 34
FIGURA 39: Perspectiva do Instituo de Educação 35
FIGURA 40: Instituo de Educação em construção 35
FIGURA 41: Instituto de Educação na Cidade Nova 35
FIGURA 42: Mapa da capital da Paraíba destacando a pública da fase 2. 38
FIGURA 43: Terreno onde foi construído o Thomas Mindello 39
FIGURA 44: Vista para a Ladeira d o Rosário ainda sem o Thomas Mindello 40
FIGURA 45: Vista para a Praça Pedro Américo, vendo-se o Thomas Mindello 40

FIGURA 46: Thomas Mindello após alargamento da Avenida Guedes Pereira 40
FIGURA 47: Fachada do Palácio do Governo 42
FIGURA 48: Palácio do Governo antes de sua reforma 42
FIGURA 49: Palácio do Governo depois da reforma 42
FIGURA 50: Praça Comendador Felizardo ainda sem a Escola Normal 44
FIGURA 51: Praça Comendador Felizardo com a Escola Normal no plano de fundo 44
FIGURA 52: Fachada da Escola Normal 44
FIGURA 53: Escola Normal 45
FIGURA 54: Local onde foi construída a Imprensa Oficial 46
FIGURA 55: Imprensa Oficial, já sem sua cúpula 46
FIGURA 56: Imprensa Oficial. Fachada Oeste 46
FIGURA 57: Imprensa Oficial. Fachada leste 46
FIGURA 58: Prédio do Tesouro 47
FIGURA 59: Delegacia Fiscal 47
FIGURA 60: Prédio da antiga cadeia 48
FIGURA 61: Prefeitura Municipal 48
FIGURA 62: Agência dos Correios de Niterói – RJ 49
FIGURA 63: Rua do fogo em 1920, ainda sem o prédio dos Correios e Telégrafos 50
FIGURA 64: Avenida B. Rohan, ainda sem o prédio dos Correios e Telégrafos 50
FIGURA 65: Fachada dos Correios e Telégrafos 50
FIGURA 66: Prédio dos Correios e Telégrafos durante sua construção 51
FIGURA 67: Correios e Telégrafos 51
FIGURA 68: Avenida B. Rohan, vendo-se o prédio dos correios no fim da rua 51
FIGURA 69: Construção do Pavilhão do Ponto de Cem Réis 52
FIGURA 70: Vista aérea do Ponto de Cem réis 53
FIGURA 71: Pavilhão do Ponto de Cem Réis 53
FIGURA 72: Instituto de Educação no Rio de Janeiro 54
FIGURA 73: Avenida Guedes Pereira em 1931 55
FIGURA 74: Antigo prédio do Tesouro 55
FIGURA 75: Palácio das Secretarias 55
FIGURA 76: Avenida Guedes Pereira em 1931 55
FIGURA 77: Liceu paraibano antes 56
FIGURA 78: Liceu paraibano depois da reforma 56
FIGURA 79: Prédios do tesouro e quartel (em segundo plano) em 1916 57
FIGURA 80: Quartel de Polícia antes da reforma 57
FIGURA 81: Quartel de Polícia depois da reforma 57
FIGURA 82: Fotografia aérea da Praça Pedro Américo 57
FIGURA 83: Antigos sobrados que deram lugar ao Paraíba Hotel 58
FIGURA 84: Hotel Paraíba. 58
FIGURA 85: Fotografia aérea, vendo-se e Paraíba Hotel 59
FIGURA 86: Rua Gama e Melo antes do seu alargamento 60
FIGURA 87: Terreno onde foi construída a Secretaria da Fazenda 60
FIGURA 88: Vista posterior da Secretaria da Fazenda 60
FIGURA 89: Vista frontal da Secretaria da Fazenda 60
FIGURA 90: Vista aérea do terreno da Caixa Central de Crédito Agrícola 61
FIGURA 91: Caixa Central de Crédito Agrícola e S. da Fazenda em segundo plano 62
FIGURA 92: Caixa Central de Crédito Agrícola 62
FIGURA 93: Local onde foi construída a Rádio Tabajara. 63
FIGURA 94: Alargamento da Rua da Palmeira, onde foi construída a Rádio Tabajara 63
FIGURA 95: Radio Tabajara e estação da Rádio 63

FIGURA 96: Estação da Rádio Tabajara 63
FIGURA 97: Local onde foi construído o Escritório da Central Elétrica 64
FIGURA 98: Escritório da Central Elétrica 64
FIGURA 99: Escritório da Central Elétrica e a Avenida Guedes Pereira 65
FIGURA 100: Hospital de Pronto Socorro antes da ampliação 66
FIGURA 101: Hospital de Pronto Socorro depois da ampliação 66
FIGURA 102: Local onde foi construída a Capitania dos Portos. 67
FIGURA 103: Fachada frontal da Capitania dos Portos 67
FIGURA 104: Fachada lateral da Capitania dos Portos 67
FIGURA 105: Capitania dos Portos 67
FIGURA 106: Rua Barão do Triunfo, vendo-se os a capitania dos portos 67
FIGURA 107: Mapa da capital da Paraíba destacando a arquitetura do setor privado. 69
FIGURA 108: Rua Maciel Pinheiro em 1910 70
FIGURA 109: Edificações substituídas pela Associação Comercial 70
FIGURA 110: Rua Maciel Pinheiro em 1903, ainda com suas construções antigas 71
FIGURA 111: Rua Maciel Pinheiro e a Associação Comercial 71
FIGURA 112: Rua Maciel Pinheiro em 2004 71
FIGURA 113: Associação Comercial 71
FIGURA 115: Local onde foi construída a Academia de Comércio Ep. Pessoa 72
FIGURA 114: Associação Comercial do Recife, semelhante à Academia de Comércio 72
FIGURA 116: Prédio da Academia de Comércio em destaque no panorama da cidade 73
FIGURA 117: Academia de Comércio Epitácio Pessoa 73
FIGURA 118: Igreja das Mercês e Igreja presbiteriana em 1919 74
FIGURA 119: Igreja presbiteriana 74
FIGURA 121: Rua General Osório, mostrando prédio que precedeu a Loja Maçônica 75
FIGURA 122: Rua General Osório, mostrando a Loja Maçônica 75
FIGURA 120: Residência Carioca neo-egípcia 75
FIGURA 123: Loja Maçônica 76
FIGURA 124: Detalhe da Loja maçônica 76
FIGURA 125: Vista aérea da Rua Duque de Caxias em 1931 77
FIGURA 126: Rua Peregrino de Carvalho e construção que precedeu o Clube dos Diários 77
FIGURA 127: Fachada do Clube dos Diários 77
FIGURA 128: Rua Barão do Triunfo – vista oeste-leste 78
FIGURA 129: Rua Barão do Triunfo em 1903 - vista leste-oeste 78
FIGURA 130: Rua Barão do Triunfo depois do seu alargamento – vista oeste-leste 79
FIGURA 131: Rua Barão do Triunfo depois do seu alargamento - vista leste-oeste 79
FIGURA 132: Fotografia aérea d a Rua Barão do Triunfo e seus novos prédios 79
FIGURA 133: Prédio que precedeu o Imóvel do Banco do Brasil 80
FIGURA 134: Imóvel do Banco do Brasil 80
FIGURA 135: Prédio do MEP, depois de sua reforma 80
FIGURA 136: Reforma Urbana no Varadouro 81
FIGURA 137: Edificações comerciais no prolongamento da Rua Gama e Melo 82
FIGURA 138: Maciel pinheiro em 1920 82
FIGURA 139: Edificações comerciais e a Associação Comercial 82
FIGURA 140: Edificações comerciais no prolongamento da Rua Gama e Melo 82
FIGURA 141: Terreno onde foi edificada a Fábrica Popular 83
FIGURA 142: Fachada Fábrica Popular 84
FIGURA 143: Prédio da Fábrica Popular em 2004 84
FIGURA 144: Casario demolido para abertura da Praça Antenor Navarro 85
FIGURA 145: fotografia aérea da Praça Antenor Navarro 85

FIGURA 146: Vista para a Praça Antenor Navarro 85
FIGURA 147: Praça Antenor Navarro 86
FIGURA 148: Antigo Casario da Rua Visconde de Inhaúma 87
FIGURA 149: Antigo casario da Rua Visconde de Inhaúma – vista leste-eoste 87
FIGURA 150: Antigo casario da Rua Visconde de Inhaúma – vista oeste-leste 87
FIGURA 151: Rua Visconde de Inhaúma vista leste-eoste 87
FIGURA 152: Rua Visconde de Inhaúma – vista oeste-leste 87
FIGURA 153: Fábrica de vinhos Tito Silva 88
FIGURA 154: Fachada da fábrica de vinhos Tito Silva 88
FIGURA 155: Avenida Guedes Pereira em 1920 89
FIGURA 156: Avenida Guedes Pereira ainda sem o conjunto de prédios comerciais 89
FIGURA 157: Grupo de prédios comerciais já construídos na Avenida Guedes Pereira 89
FIGURA 158: Conjunto de prédios comerciais da Guedes Pereira 89
FIGURA 159: Local onde se construiu o Cine Rex 90
FIGURA 160: Fachada do Cine Rex 90
FIGURA 161: Rua Duque de Caxias em 1931 91
FIGURA 162: Fotografia aérea mostrando o Cine Rex 91
FIGURA 163: Local onde foi construído o Cine Plaza (plano de fundo) 92
FIGURA 164: Cine Plaza (plano de fundo) 92
FIGURA 165: Cine Teatro Plaza 93
FIGURA 166: Capela do Colégio Nossa Senhora das Neves 94
FIGURA 167: Colégio Nossa Senhora das Neves 94
FIGURA 168: Alargamento da Rua Gama e Melo 95
FIGURA 169: Demolição da quadra entre as Ruas Gama e Melo e Cardoso Viera 95
FIGURA 170 Perspectiva do prédio da Agência Metropolitana do Banco do Brasil 95
FIGURA 171: Construção da Agência Metropolitana do Banco do Brasil 95
FIGURA 172: Rua Gama e Melo, vendo-se a Agência do Banco do Brasil atualmente. 96
FIGURA 173: Rua Padre Meira antes do seu alargamento 97
FIGURA 174: Igreja das Mercês na Rua Padre Meira 97
FIGURA 175: Local onde foi construída a Igreja das Mercês 97
FIGURA 176: Fotografia aérea mostrando a Igreja das Mercês 97
FIGURA 177: Avenida Central carioca e o início de verticalização 98
FIGURA 178: Mapa da capital da Paraíba destacando a arquitetura pública da fase 3. 100
FIGURA 179: Rua Barão do Triunfo, com o novo prédio da estação ferroviária no fundo .. 101
FIGURA 180: Prédio da estação ferroviária, vista frontal 101
FIGURA 181: Prédio da estação ferroviária, vista posterior 101
FIGURA 182: Vista aérea d o terreno onde foi edificado o Mercado Central 102
FIGURA 183: Vista aérea do Novo Mercado Central 103
FIGURA 184: Entrada principal do Mercado Central 103
FIGURA 185: Praça Vidal de Negreiros, vendo-se o Paraíba Hotel 104
FIGURA 186: Ampliação do Paraíba Hotel 104
FIGURA 187: Aspecto final do Paraíba Palace Hotel 105
FIGURA 188: Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro 105
FIGURA 190: Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, e Ministério da Educação e Saúde. 106
FIGURA 189: Prédio da ABI no Rio de Janeiro 106
FIGURA 191: Prédio do IPASE 107
FIGURA 192: Prédio do IPASE despontando na paisagem 107
FIGURA 193: Mapa da capital da Paraíba destacando a arquitetura pública da fase 3. 110
FIGURA 194: Vista aérea do percurso norte-sul (Rua Duque de Caxias) 111
FIGURA 195: Praça João Pessoa, e seus prédios 112

FIGURA 196: Praça João Pessoa, vendo-se a Escola Normal e a lagoa 112
FIGURA 197: Fotografia aérea da Avenida Guedes Pereira, vendo- se o IPASE 113
FIGURA 198: Vista aérea da Avenida Guedes Pereira e seus prédios 114
FIGURA 199: Panorama da Praça Aristides Lobo e suas edificações 114
FIGURA 200: Edificações modernas do Varadouro 115
FIGURA 201: Praça Rio Branco 115
FIGURA 202: Vista aérea da Capital Paraibana 116

SUMÁRIO

RESUMO ..... **V**
ABSTRACT ..... **VI**
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS ..... **VII**
LISTA DE FIGURAS ..... **VIII**
1 INTRODUÇÃO **1**
2 A PAISAGEM DA CIDADE NO FINAL DO SÉCULO XIX **7**
3 OS PRIMÓRDIOS DAS MUDANÇAS: 1900-1915 ..... **17**
4 O EMBELEZAMENTO COMO POLÍTICA GOVERNAMENTAL: 1916-1940 ..... **26**
4.1 A ARQUITETURA DO PODER PÚBLICO 37
4.2. AS EDIFICAÇÕES DO SETOR PRIVADO 68
5 A FASE FINAL: 1941-1950 ..... **98**
6 A PAISAGEM URBANA TRANSFORMADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS **108**
REFERÊNCIAS **117**
SITES CONSULTADOS: **124**

1 INTRODUÇÃO

No meado do século XX, a paisagem urbana da capital da Paraíba, no Nordeste do Brasil, tinha uma aparência muito diferente daquela que ela apresentava cinqüenta anos antes. Isso fica evidente ao compararmos fotografias da cidade das duas épocas.

A intenção de equipar, modernizar, higienizar e embelezar a cidade foi a razão dessa mudança e o governo do estado foi o principal agente desta, tendo agido deliberadamente nesse propósito, concentrando esforços para mudar a aparência da sua capital.

Diversas ações contribuíram para as transformações da paisagem. Entre elas, podemos identificar as reformas urbanas, a abertura de ruas, a construção de novos edifícios, a implantação de infra-estruturas e a arborização.

As reformas urbanas foram particularmente importantes no processo, tanto porque elas alteraram os espaços públicos existentes como porque à medida que as antigas edificações acanhadas eram demolidas, uma nova arquitetura modernizada substituía-as, modificando a fisionomia do espaço local. As transformações espaciais e morfológicas causadas por essas cirurgias na capital paraibana já foram estudadas satisfatoriamente por Vidal (2004) na sua dissertação de mestrado.

Muito importante também foi a construção de novos edifícios públicos, tanto os de propriedade governamental como os de propriedade privada. Além de modificar a paisagem urbana, essas obras iriam influenciar outras arquiteturas da cidade, seguindo a tendência apontada por Mariz nos anos 1930, as quais assim terminavam por se modificar também, reforçando a transformação da paisagem.

> Os governos, quando contam com recursos maiores, dão feição mais rica e melhor a suas construções. Dessa forma, influem no gosto e expressão das edificações particulares. Um prédio novo, com disposições, fachada, pavimentação, material diferente, é um estimulo, uma lição viva numa cidade. (MARIZ, 1939, p 122).

As novas edificações que se disseminaram na cidade tinham características diferentes das precedentes, pois o preceito *sanear, embelezar e circular* (sinônimo de *modernizar*, muito utilizado na época) também se refletiu nelas, que evoluíram qualitativa e quantitativamente: eram erigidas com modernas técnicas construtivas, novas linguagens arquitetônicas, proporções maiores, e cada vez mais altas, características que causavam admiração à população.

O desejo de entender e mostrar como a nova arquitetura pública contribuiu para a mudança da paisagem da capital paraibana na primeira metade do século XX constituiu a principal motivação desse trabalho.

Consideramos que tal contribuição seria um objeto de estudo adequado para esta dissertação, porque ela não foi estudada ainda de forma sistemática e integral e porque a compreensão dela é importante para a construção – ainda em andamento – da história urbanística da capital paraibana.

A importância dos prédios públicos na formação da paisagem urbana antes da difusão do urbanismo modernista já foi reconhecida por vários autores.

Camilo Sitte, para quem a maior parte da qualidade estética de uma cidade estava nas suas praças, dizia, em fins do século XIX, que a beleza destas residia nas suas proporções e na relação harmoniosa entre seu traçado e os prédios públicos nelas localizados – o que tornava estes peças-chave da paisagem urbana. Ele achava que esses edifícios eram tão importantes para a estética das praças que preconizava que ao se projetar uma cidade se deveria repartir em grupos as edificações públicas previstas para ela e localizá-las nas diferentes praças a serem nela implantadas. Para ele, praças e prédios públicos se complementavam e juntos eram responsáveis pela maior parte da beleza de uma urbe (SITTE, 1992).

Já o francês Marcel Poete escreveu nos anos 1920:

> O edifício público ou o monumento como individualidade e como localização devem intervir em primeira mão na composição da cidade. Não se localizam em qualquer ponto. Têm o seu lugar marcado. Servem para compor a fisionomia urbana (apud LAMAS, 2004, p. 104).

Mais recentemente Kevin Lynch considerou os elementos que ele chamou de *marcos* (*landmarks*) – dos quais fazem parte os prédios públicos notáveis – como componentes importantes da paisagem da cidade (LYNCH, 1997).

E há poucos anos, José Lamas enfatizou o papel dos edifícios que ele chamou de *singulares* (entre os quais incluem-se os prédios públicos de destaque) na composição morfológica da cidade renascentista e barroca:

> A partir do Renascimento, a praça e o traçado irão prover e necessitar de edifícios singulares para o seu desenho, numa conjugação recíproca de efeito cênico e monumental. O edifício singular torna-se peça do sistema urbano e autonomiza-se até ser ele próprio gerador da forma urbana" (LAMAS, 2004, p. 179).

Foi a consideração dos aspectos atrás evidenciados que nos levou a escolher como

objeto de estudo desta dissertação a *contribuição da arquitetura pública produzida na capital paraibana entre 1900 e 1950 à transformação da paisagem desta*.

Para tornar mais precisa a definição deste objeto, convém fazer duas observações. A primeira é que estamos chamando de ***pública*** toda a arquitetura de uso público, inclusive aquela de propriedade privada, como igrejas, escolas, associações e estabelecimentos comerciais. A outra é que nos limitaremos a estudar as mudanças paisagísticas ocorridas na área situada no interior do perímetro que a cidade tinha por volta de 1910 (que é aquela mostrada na Figura 1), já que o que aconteceu fora dela depois dessa data foi a transformação de áreas desocupadas em novos tecidos urbanos e não a modificação da fisionomia de um espaço edificado consolidado.

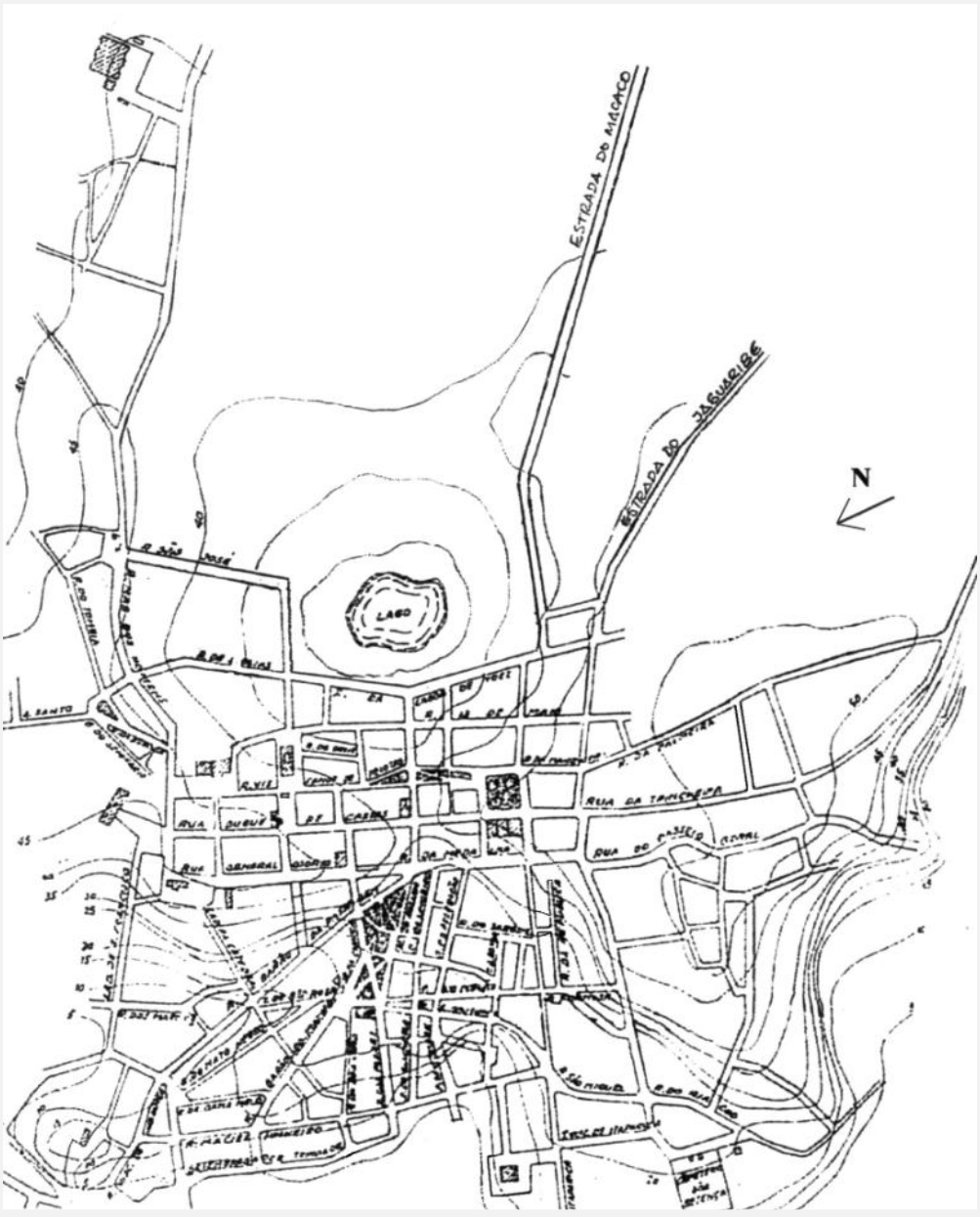


FIGURA 1: Planta da Capital da Paraíba em 1910
FONTE: SOUSA, 2004, apud NOGUEIRA, 2005

São dois os objetivos principais perseguidos por esta dissertação:

a) mostrar como e com que intensidade a nova arquitetura pública contribuiu para a transformação da paisagem da capital paraibana na primeira metade do século XX;

b) mostrar que o poder público comandou o processo de produção dessa arquitetura transformadora.

Dito isto, prestemos alguns esclarecimentos sobre o método de preparação deste trabalho.

O primeiro passo dado foi delinear um panorama da paisagem da capital paraibana antes das mudanças tratadas por este trabalho (panorama que está retratado no Capítulo 2).

O segundo passo foi identificar os principais exemplares da arquitetura por nós delimitada. Nem todos os exemplares desta foram incluídos em nosso estudo; alguns foram deixados de fora, porque não apareceram nas fontes por nós consultadas ou porque nos pareceram menos significativos. Note-se que alguns prédios eram construções novas, enquanto outros eram o resultado de reformas feitas em prédios existentes.

Em seguida foram feitos um exame individual de cada edifício selecionado e uma análise do contexto histórico em que eles foram produzidos, o que nos permitiu classificá-los em três grupos, correspondentes a três subdivisões do período de tempo por nós estudado.

A primeira delas (de 1900 a 1915) foi marcada pela implantação de três serviços de infra-estrutura urbana: água, luz elétrica e bondes elétricos. A onerosa implantação desses serviços explica a inexistência de construções, pelo estado, de prédios públicos de grande porte nesse período. As escassas inovações na arquitetura pública do período verificaram-se em prédios ligados à igreja católica, reformados por iniciativa do Bispo Dom Adauto. Os resultados de nosso estudo sobre esta fase estão apresentados no Capítulo 3.

A segunda fase se estendeu de 1916 até 1940 e nela o poder público assumiu o papel de principal agente transformador da paisagem urbana. Ela foi marcada por governos que fizeram do embelezamento da capital uma política governamental.

Ela começou com a administração de Camilo de Holanda (1916-1920) que declarou: "*A remodelação da capital preocupou-nos fortemente, dadas as lacunas da cidade, cuja feição colonial contrastava com os nossos anseios de progresso*" (PARAÍBA, 1920, p. 4). Em seguida, Sólon de Lucena (1920-1924) e o prefeito Guedes Pereira intensificaram a reforma urbana iniciada por seu antecessor. Outro governo que se destacou nessa fase foi o de João Pessoa, apesar de sua brevidade (1928-1930). E a última gestão do período, a de Argemiro de Figueiredo (1935-1940), foi ainda mais vigorosa que as anteriores no esforço de mudar a aparência da capital paraibana.

O estudo da arquitetura pública dessa fase é o objeto do Capítulo 4. Este capítulo, o mais longo da dissertação, foi dividido em três partes. Na primeira se faz uma análise global das intervenções urbanísticas dos vários governos que se sucederam nela. Na segunda se faz um estudo das edificações do poder público. E na terceira são analisados os edifícios do setor privado.

A terceira fase, bem mais curta, vai de 1941 a 1950, tendo sido marcada pela 2ª Guerra Mundial e pelo fim da ditadura Vargas. Nela a remodelação da cidade deixou de ser uma prioridade governamental. Mas foi o poder público o responsável pelo principal evento dela: o aparecimento na cidade do primeiro edifício de sete pavimentos, prenunciando a verticalização que ocorreria nas décadas seguintes. Esta fase é tratada no Capítulo 5.

Por fim foi feita uma síntese do conjunto dos impactos provocados pela nova arquitetura pública na paisagem da capital – a qual é apresentada no capítulo final desta dissertação.

Para a realização desta investigação, recorreu-se a diversos aliados. Numa primeira etapa, foi realizado um levantamento em bibliografia específica sobre a arquitetura republicana brasileira e sobre a história da capital paraibana, além de pesquisa em monografias e dissertações sobre o tema. A pesquisa foi realizada em diversos acervos encontrados em bibliotecas particulares e públicas[1].

Em seguida, foi realizada uma pesquisa detalhada[2] em documentos espalhados em diversos arquivos públicos[3].

Observou-se na etapa do cruzamento de dados que diversas informações geraram ambigüidade. Para a resolução deste problema, recorremos aos jornais da época, a mapas e fotografias, à internet, a entrevistas e até mesmo a visitas a edificações estudadas, o que foi de extrema valia, sendo possível em alguns casos ter acesso a plantas e escrituras públicas, o que permitiu a consolidação de conclusões.

Convém fazer aqui alguns comentários sobre certos termos empregados com freqüência na dissertação.

Tomamos emprestados de Kevin Lynch três termos identificadores de elementos

[1] Tais como a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia - UFPB e Biblioteca do Central do Instituto Paraibano de Educação - UNIPÊ.

[2] Mensagens de governo, relatórios, documentos diversos, mapas, fotografias, revistas e jornais.

[3] Arquivo Público e Arquivo Histórico da Paraíba, ambos situados na FUNESC - Fundação Espaço Cultural da Paraíba, Arquivo Eclesiástico da Paraíba na Arquidiocese da Paraíba, Biblioteca Álvaro de Carvalho, situada na Academia Paraibana de Letras, Arquivo dos Governadores – Coleção de Eduardo Martins, situado na Fundação Casa de José Américo, Biblioteca Irineu Pinto no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP, e Coleção de Obras Raras e Coleção de Autores Paraibanos da Biblioteca Central da UFPB, sendo esses dois últimos arquivos as mais importantes fontes de dados.

importantes da paisagem urbana. São eles: *marco*, sobre o qual já falamos; *ponto nodal*, que por vezes usamos para nos referir a praças e certos entroncamentos de vias; e *percurso*, empregado para designar itinerários importantes existentes na cidade.

Nessa dissertação, nos referimos à cidade estudada como capital da Paraíba, ou capital paraibana, devido à mudança no nome da cidade, ocorrida em 1930, em homenagem ao Presidente João Pessoa. Preferimos proceder assim em vez de usar duas denominações: Paraíba (ou Parahyba), para o período anterior à aludida mudança de nome, e João Pessoa, para a época posterior a esta.

No período 1900-1950 também foram trocados os nomes de muitos logradouros públicos. Em geral identificaremos estes pela denominação que eles tinham na época considerada (ou seja, ao falarmos de um prédio de 1926, daremos à rua onde ele se situava o nome que ela tinha nesse ano). Isto não impede que por vezes juntemos a tal denominação um nome anterior do logradouro ou o atual.

Tivemos a preocupação de ilustrar fartamente esta dissertação com fotografias porque num trabalho deste gênero as imagens falam mais do que as palavras. São essas imagens que mostrarão ao leitor a aparência dos locais antes e depois do surgimento da arquitetura aqui estudada.

Espera-se que essa pesquisa possa – com sua abordagem da problemática da transformação da paisagem urbana – contribuir para a história urbanística da capital paraibana, vindo a servir de subsídio para outras pesquisas da comunidade acadêmica e de outros setores interessados no tema por ela tratado.

2 A PAISAGEM DA CIDADE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Para uma melhor compreensão da paisagem da capital paraibana em 1900, faz-se necessário estabelecer algumas considerações acerca de sua fundação ocorrida em fins do século XVI[4].

O sítio escolhido para implantação da cidade foi o alto de uma colina localizada a pouca distância do Rio Sanhauá. Seu traçado era regular, constituído basicamente por três ruas paralelas no sentido norte-sul cortadas por ruas perpendiculares (Figura 2).

Em meados do século XVII, teve início sua expansão em direção à parte baixa da cidade, tendo com vetores caminhos que saíam do porto em direção à Cidade Alta, a uma fonte de água potável e ao interior da capitania. Duas ruas já aparecem edificadas, sendo estas a Rua da Areia e a Rua Maciel Pinheiro, como mostra a Figura 3.

FIGURA 2: Detalhe do "Frederyce Stadt", 1640
FONTE: REIS, 2000

[4] Em 1585

FIGURA 3: Mapa de autoria do Capitão-Piloto Manoel Francisco Grangeiro em 1692
FONTE: memória.joãopessoa.br

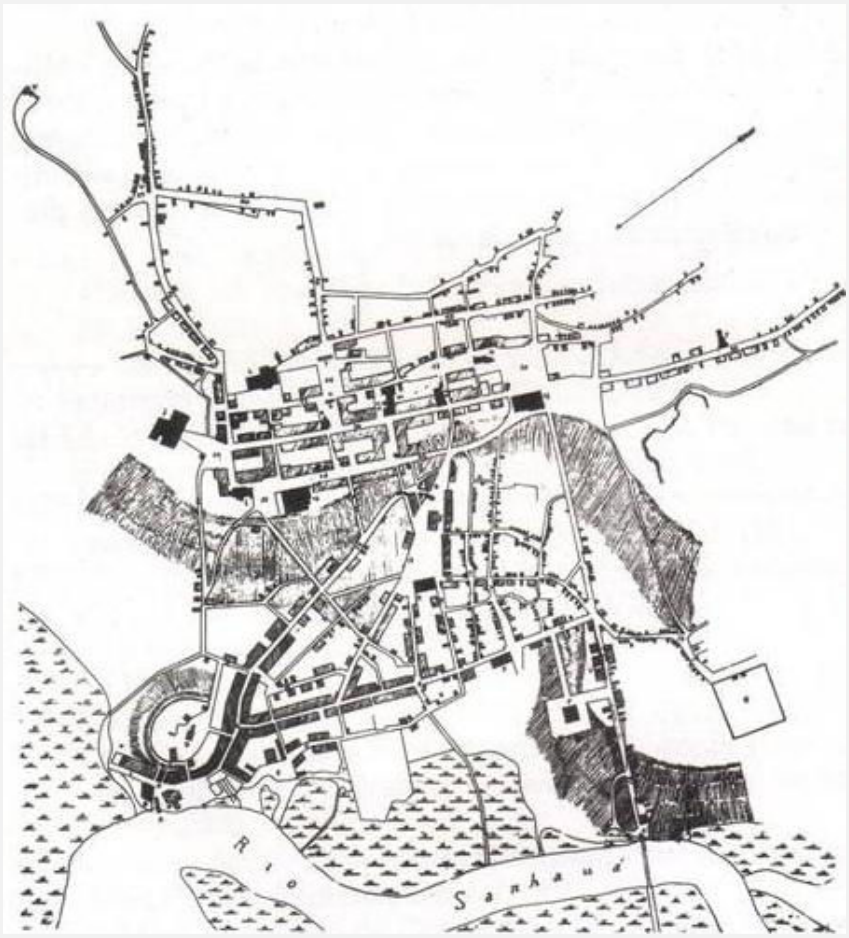


FIGURA 4: Planta da cidade levantada em 1855 e reduzida em 1905
FONTE: AGUIAR, 1992

Em meados do século XVIII consolidou-se o adensamento urbano na Cidade Baixa, onde diversas ruas foram abertas e iniciou-se uma tímida expansão urbana na Cidade Alta.

Dadas essas considerações acerca da evolução urbana da capital paraibana, traçaremos aqui um perfil da cidade no início do século XX, com base na descrição feita por Vicente Gomes Jardim na *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte* em 1889. Nesse ano, quando se proclamou a República, a paisagem da capital da Paraíba ainda conservava-se com aspecto bucólico e pitoresco. A cidade dividia-se em duas partes, a Alta e a Baixa, e seus limites eram quase os mesmos existentes em meados do século XIX[5] (Figura 4).

Faltava muito à cidade. O engenheiro João Claudino de Oliveira Cruz listou – numa série de artigos publicados na Gazeta da Parahyba em 1889, intitulados *Melhoramentos da capital da Parahyba* – os sete principais melhoramentos dos quais a cidade ainda carecia, a saber: abastecimento de água, esgoto, limpeza pública, iluminação, teatro, carril de ferro e jardim. Além dessas carências, poucas ruas eram calçadas ou dotadas de passeios laterais, contando com essas benfeitorias apenas as vias mais importantes. Os poucos postes existentes eram componentes da precária iluminação a querosene implantada anos antes e estavam restritos apenas às ruas e praças mais importantes, mostrando-se insuficientes para suprir as necessidades. Um grande motivo de preocupação para a população era a existência de uma lagoa situada muito próxima à cidade, cujas águas estagnadas eram evitadas a todo custo, pelo receio de que causassem a proliferação de doenças[6].

Escassamente edificada, a capital da Paraíba contava com dois fatores que valorizavam sua paisagem: a paisagem natural, com destaque para a bela vista sobre o Rio Paraíba e seu afluente, o Sanhauá, onde se localizava o porto da cidade; e a cobertura vegetal circundante, dominada por uma mata nativa e por coqueiros.

> O seu horizonte para o noroeste e ocidente oferece o lindo panorama do vale do Paraíba, circundado ao longe por eminências cobertas de luxuriante verdura, descortinando-se encantadoras paisagens, capazes de inspirar a imaginação do artista, os tons da mais aprimorada estética. (Paraíba, 1907, p. 41)

Distinguiam-se na cidade duas categorias de ruas: as regulares, resultantes de um de planejamento e as encurvadas, surgidas sem planejamento, como o resultado de ligações entre a

[5] Quase duas décadas depois, em 1907, dizia-se que a cidade possuía quatro bairros: Varadouro ou Cidade Baixa, Nossa Senhora das Neves ou Cidade Alta, Trincheiras e Tambiá, estando esses dois últimos localizados igualmente na parte alta da cidade.

[6] No inicio do século, era desejo do governo aterrar tal lagoa, o que não foi feito por impossibilidades financeiras.

cidade e pontos de interesse e a posterior expansão urbana ao longo desses caminhos. Na Cidade Alta, de topografia pouco acidentada, predominavam as ruas regulares e relativamente largas, decorrentes, sobretudo da implantação planejada dela em fins do século XVI e nas adjacências algumas ruas encurvadas resultantes da expansão urbana (Figura5). Na Cidade Baixa – ocupada a partir de meados do século XVII– a maioria das ruas eram mais estreitas e menos regulares, em razão também do relevo acidentado, embora nela existissem algumas ruas retas, como as projetadas e abertas pelo governo imperial (Figura 6).

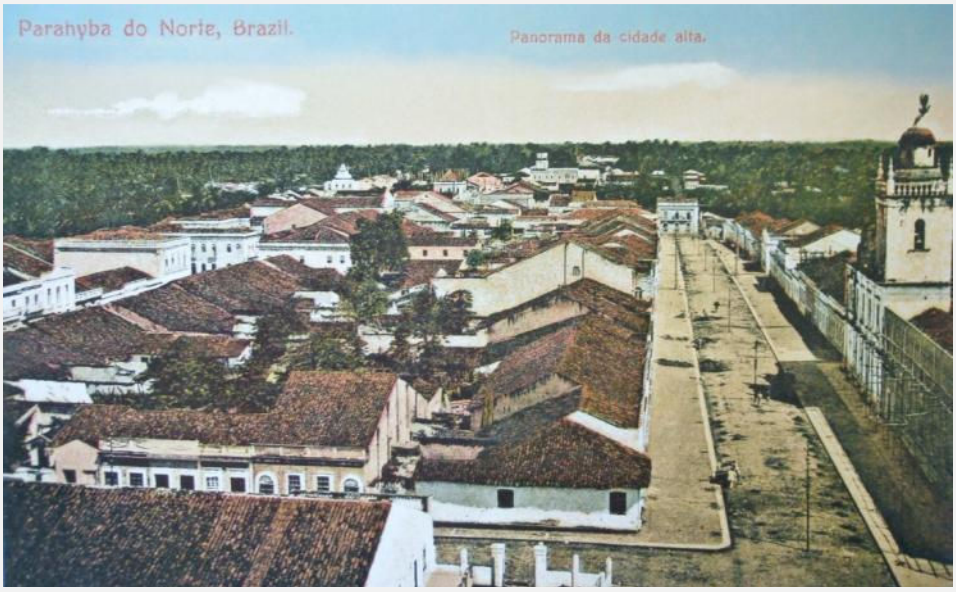


FIGURA 5: Panorama da Cidade Alta
FONTE: GERODETTI E CORNEJO, 2004

FIGURA 6: Panorama da Cidade Baixa
FONTE: GERODETTI E CORNEJO, 2004

FIGURA 7: Rua da Areia
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 8: Rua Maciel Pinheiro, na Cidade Baixa em 1903
FONTE: RODRIGUES, 1974

A rua mais larga tinha vinte e quatro metros de largura e as mais estreitas mediam entre seis e oito metros de largura, existindo, porém becos bem estreitos, com apenas dois ou três metros de largura. A principal ligação entre as cidades Alta e Baixa era a Ladeira do Rosário, de forte declividade.

Praças e largos foram espaços sempre presentes na cidade. Em 1889, Gomes Jardim contabilizou vinte logradouros desse gênero na Cidade Baixa e Cidade Alta divididos igualmente. Algumas praças formavam espaços contíguos e tinham no seu perímetro edifícios importantes ou singulares[7], a exemplo do Largo do Quartel (onde se localizavam o tesouro, o

[7] Saliente-se o fato de que muitas destas são espaços remanescentes do período colonial e passaram por diversas remodelações ao longo do período estudado, demonstrando atitudes efêmeras e inquietação dos governantes no sentido de modernização e melhorias, mantendo a paisagem urbana em constante transformação.

quartel e o teatro que estava sendo construído – Figuras 11 e 15) e a Praça Comendador Felizardo, onde se situavam o Palácio do Governo, a Igreja da Conceição e o Liceu, que no passado integravam uma grande edificação jesuíta (Figura 12).

As poucas edificações singulares eram os elementos que mais se destacavam na paisagem, em contraste com o casario que formava a maior parte desta. Na Cidade Baixa, havia doze edifícios públicos e duas igrejas, enquanto na Cidade Alta, estavam localizadas onze igrejas, três conventos e nove prédios da administração pública. Ademais, em ambas havia alguns sobrados com mais de dois pavimentos. Essas edificações singulares constituíam marcos na paisagem e como podemos ver nas fotografias, essas se distinguiam pelos seguintes atributos: a) ***altura*** (como era o caso das igrejas, com suas torres altas), ***massa horizontal*** (que caracterizava alguns prédios públicos e os conventos) e ***estilo marcante*** (traço presente na Delegacia Fiscal e na escola pública da Rua Nova (posteriormente, General Osório).

FIGURA 9: Convento de São Francisco
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

FIGURA 10: Convento de São Bento
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

FIGURA 11: Tesouro
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 12: Antigo convento jesuíta
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

FIGURA 13: Palacete da Instrução Primária
FONTE: Acervo pessoal

FIGURA 14: Delegacia Fiscal
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 15: Quartel de Polícia
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Afora as igrejas, as edificações mais altas eram estreitas, restringindo-se a alguns sobrados de três ou quatro pisos (Figura 16). E fachadas frontais de extensão significativa eram muito poucas, a maior delas sendo a do Hospital e Quartel de Linha (Figura 15), com pouco mais de 40 metros de largura. Quase todos os prédios principais da administração pública tinham exterior naquele estilo classicista simplificado do Segundo Reinado que Sousa denominou ***classicismo imperial-*** aquele classicismo geométrico e simplificado de nossa era imperial[8].

Nas ruas principais havia um maior adensamento de edificações, destacando entre elas: a Rua Nova (ou Marquês do Herval, ou General Osório), Rua Direita (ou Duque de Caxias), e Rua da Cadeia (ou Visconde de Pelotas), todas localizadas na Cidade Alta; e Rua do Comércio (ou Maciel Pinheiro) e Estrada do Carro (ou Barão do Triunfo), na parte baixa da cidade. No total, havia na cidade 2.230 edificações de alvenaria, das quais 94 eram sobrados com até

[8] Sousa (1994) adotou esse termo no lugar do qualificativo neoclássico que ele considerou impróprio para a produção brasileira, pois esta diferia da arquitetura neoclássica européia, por tomar de empréstimo elementos da arquitetura colonial brasileira, que foram adicionados a elementos utilizados nos classicismos europeus. Tal produção seria, segundo esse autor, uma "interpretação brasileira autônoma" do classicismo.

quatro pavimentos, situados principalmente nas ruas Duque de Caxias, Maciel Pinheiro e Visconde de Inhaúma (esta localizada nas imediações do porto).

FIGURA 16: Sobrados da Rua Visconde de Inhaúma
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de Memórias

Apesar da existência de algumas boas edificações classicistas, construídas durante o período do Império, a maioria das construções, inclusive alguns prédios públicos, seguia os modelos da arquitetura colonial portuguesa, sendo bastante simples, e não atendendo às regras de higiene consideradas adequadas no início do século XX. As casas desse tipo foram assim descritas: "*tão feio aspecto [...], baixas, sem luz, com frentes acanhadas*" (OLIVEIRA, 1905 p. 13). Em artigos publicados em revistas e jornais, o médico Flávio Maroja (1911) abordava temas relacionados à higiene pública e dava ênfase ao problema das edificações precárias, que propiciavam o aparecimento de doenças. Na Cidade Baixa a situação se agravava, devido ao adensamento das edificações, a pouca largura das ruas e ao considerável movimento ali existente.

As casas eram estreitas, contíguas, térreas e baixas em geral, desalinhadas com freqüência e providas de poucas aberturas. Mesmo nos sobrados predominava a simplicidade. Sobressaiam nas edificações as empenas triangulares que suportavam altos telhados em duas águas e algumas destas ainda preservavam os beirais avançando sobre as ruas. Esses eram os elementos que mais se destacavam nessas edificações modestas, que vistas em conjunto, formavam um jogo diversificado de planos inclinados, cuja dramaticidade acentuava-se nos locais de topografia movimentada e que produziam um efeito interessante quando vistos de longe.

Mesmo os edifícios comerciais não possuíam arquitetura que os diferenciasse ou destacasse dos prédios residenciais (Figura 8), e quando o comércio requeria mais espaço, ocupava-se mais de um edifício.

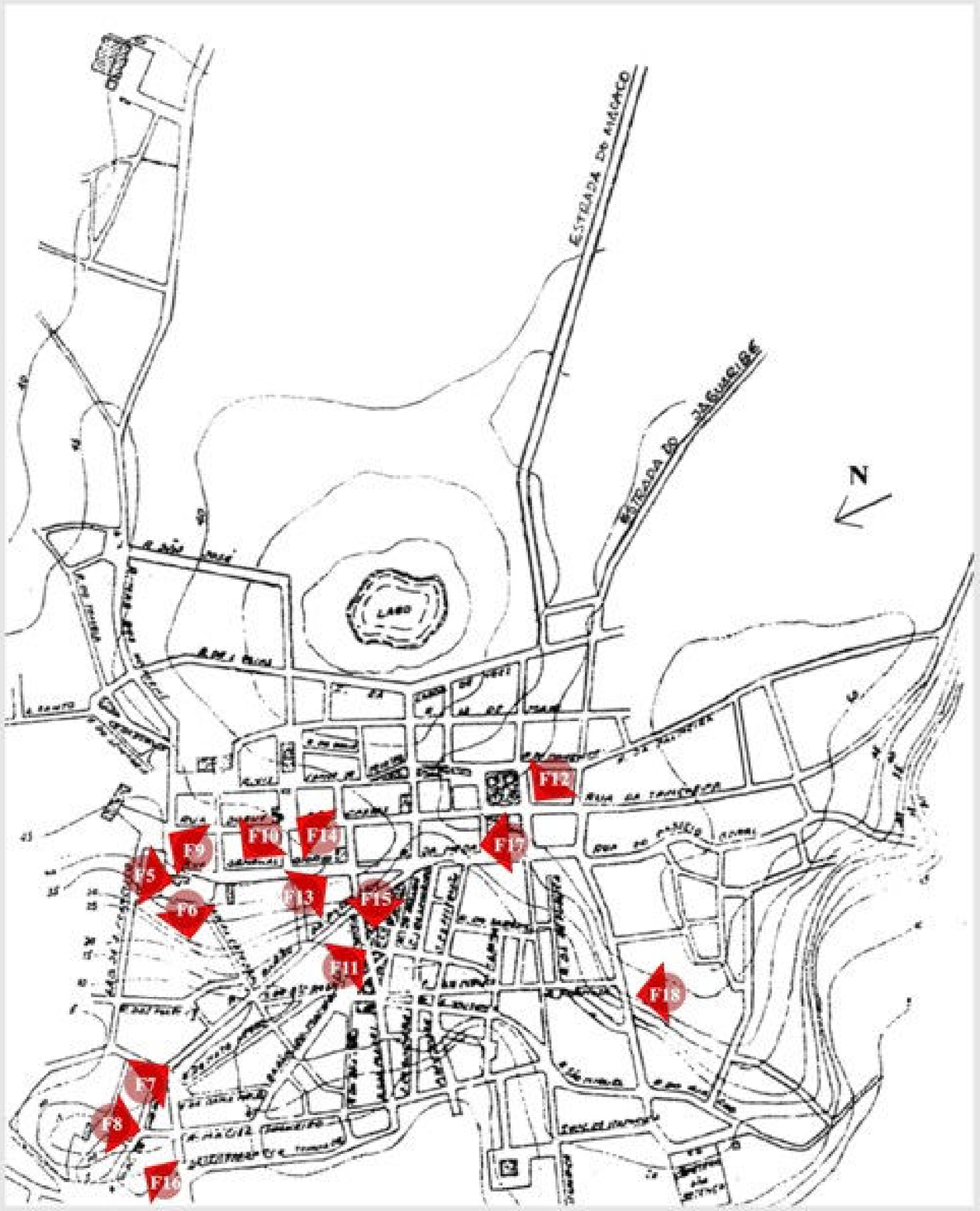
FIGURA 17: Vista dos telhados da Rua Duque de Caxias em 1902
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 18: Avenida Beaurepaire Rohan em fins do século XIX
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

Outro aspecto desfavorável era o fato de que, além da existência dessa arquitetura simplória, a cidade concentrava numerosas de casas de palha e taipa, que enfeavam a paisagem urbana: havia 873 delas, distribuídas em ruas precárias, principalmente no setor sul da Cidade Baixa (Figura 18).

Apesar disso, em 1907 um articulista emitiu a seguinte opinião sobre a cidade, no que concerne à sua arquitetura: "*A sua edificação é sólida, não obedecendo em geral ás regras architetonicas, com tudo oferece confortáveis cômodos aos seus habitantes"*. (PARAÍBA, 1907, p. 41).

Foi sobre a estrutura urbana acima descrita que se estabeleceram as mudanças que examinaremos nos capítulos seguintes.



ÂNGULO REFERENTE A:

F5 - FIGURA 5: Panorama da Cidade Alta
F6 - FIGURA 6: Panorama da Cidade Baixa
F7 - FIGURA 7: Rua da Areia
F8 - FIGURA 8: Rua Maciel Pinheiro, na Cidade Baixa em 1903
F9 - FIGURA 9: Convento de São Francisco
F10 - FIGURA 10: Convento de São Bento
F11 - FIGURA 11: Tesouro
F12 - FIGURA 12: Antigo convento jesuita
F 13 - FIGURA 13: Palacete da Instrução Primária
F 14 - FIGURA 14: Delegacia Fiscal
F 15 - FIGURA 15: Quartel de Polícia
F 16 - FIGURA 16: Sobrados da Rua Visconde de Inhaúma
F 17 - FIGURA 17: Vista dos telhados da Rua Duque de Caxias em 1902
F 18 - FIGURA 18: Avenida Beaurepaire Rohan

FIGURA 19: Ângulos das fotografias mostradas no capítulo II
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

3 OS PRIMÓRDIOS DAS MUDANÇAS: 1900-1915

A virada do século causou muitas expectativas para os paraibanos, mas trouxe poucas mudanças para a cidade, no que se refere à paisagem construída. Uma vez que as finanças do estado foram direcionadas para a implantação de infra-estruturas, outras questões relacionadas ao espaço urbano, como a construção de novas edificações, foram colocadas de lado.

Seriam obras feitas por entidades ligadas à igreja católica que dariam início às referidas mudanças. Elas tinham a particularidade de se tratarem de reformas arquitetônicas que modernizavam a aparência de edifícios coloniais em estilo português.

A adaptação de prédios antigos, que foram revestidos à moderna, ocorreu como uma operação muito similar à que aconteceu em outras cidades, a exemplo de São Paulo, onde em fins do século XIX muitos edifícios foram "afrancesados", como a Casa de Câmara e Cadeia, construída originalmente em taipa de pilão no fim do século XVIII. O edifício foi reformado em 1878, e segundo Lemos (1987, p. 84), "*aconteceu ali uma verdadeira cosmetização*" que o transformou completamente.

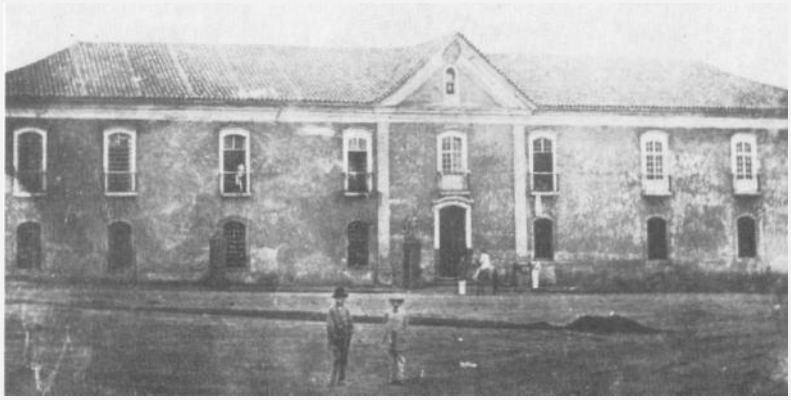


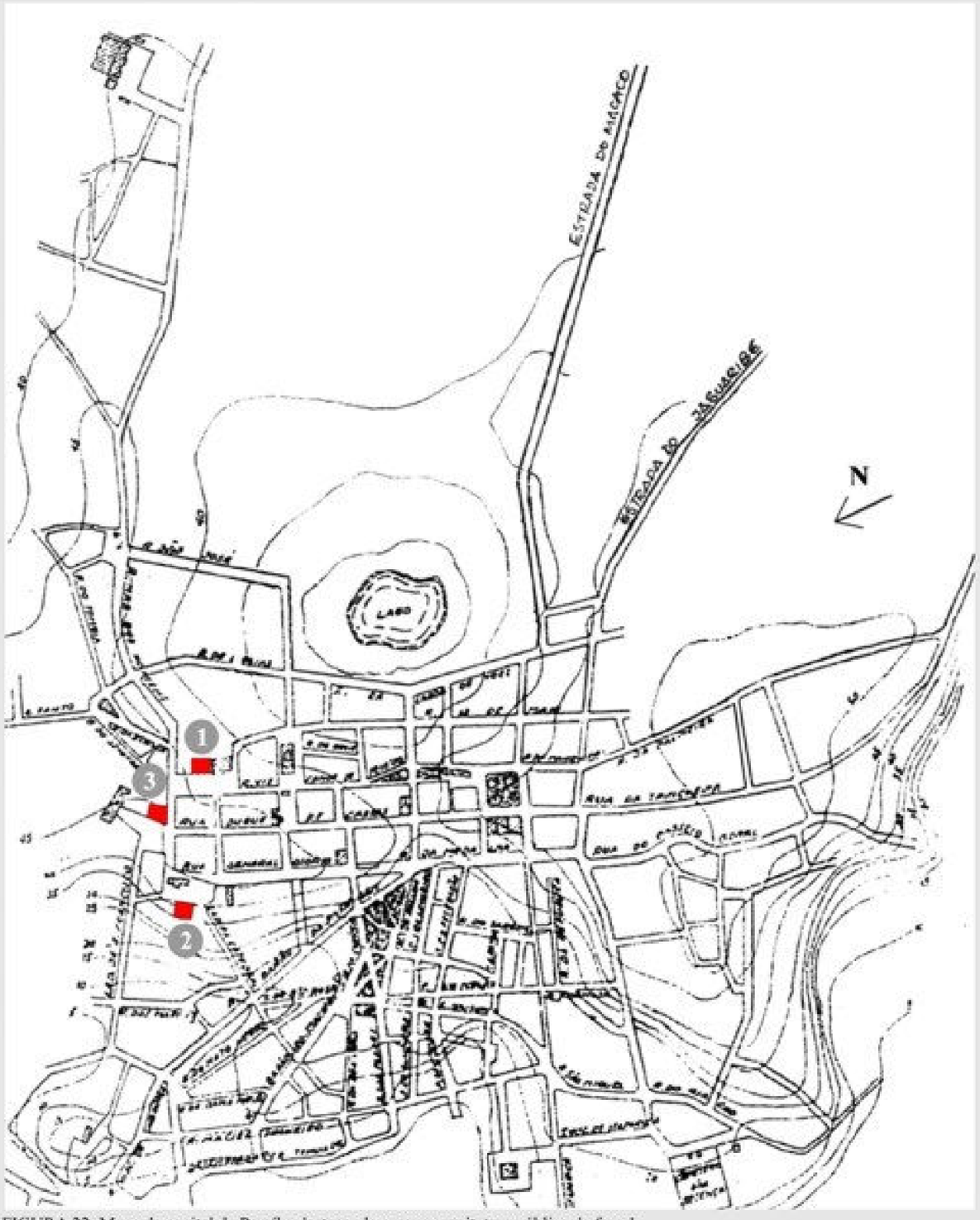
FIGURA 20: Casa de Câmara e Cadeia de São Paulo em 1862
FONTE: LEMOS, 1987, p 85

FIGURA 21: Mesmo prédio em 1879 depois de sua reforma

FONTE: LEMOS, 1987, p.85

Foi de modo semelhante que surgiram as primeiras construções que causaram impacto – pelo seu estilo arquitetônico, volumetria e escala – na paisagem da capital da Paraíba no século XX. Foram elas o Palácio Episcopal, a ampliação do Colégio Nossa Senhora das Neves e o primitivo Colégio Pio X (Figura 22) , todos realizados por iniciativa de Dom Adauto Aurélio de Miranda, primeiro bispo da cidade. Nascido na Paraíba, esteve em Paris e Roma em fins do século XIX, onde estudou Filosofia e Teologia. Ele foi o responsável por diversos trabalhos ligados à igreja e pela criação de escolas particulares.

Nos primeiros anos do século XX, novas contribuições para a arquitetura da cidade da Paraíba foram escassas e pontuais, mas os exemplares construídos por iniciativa da igreja católica foram de grande valia para a paisagem da Cidade Alta, onde se localizavam importantes igrejas e conventos. Se anteriormente estas construções eram as únicas que se destacavam na paisagem da Cidade Alta, agora elas seriam rivalizadas por novas edificações situadas nas suas vizinhanças, que se destacavam pela escala e estilo. Localizadas em frente a largos ou praças, estas deram o primeiro passo no sentido da modificação da paisagem construída local, e pode-se considerar que foram os precursores na modernização da arquitetura na Paraíba do século XX.



NOVA ARQUITETURA PÚBLICA DA FASE 1:

1 - PALÁCIO EPISCOPAL
2 - COLÉGIO N. S. DAS NEVES
3 - COLÉGIO DIOCESANO PIO X

FIGURA 22: Mapa da capital da Paraíba destacando a nova arquitetura pública da fase 1
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

Palácio Episcopal

Esta obra, realizada em 1906, consistiu na transformação do antigo Convento Carmelita, situado ao lado da Igreja do Carmo, no largo de mesmo nome (Praça Dom Adauto), num Palácio Episcopal.

O convento era uma construção assobradada de grandes proporções, principiada no início do século XVII, com traços muito simples e feição portuguesa. Sua reconstrução aproveitou a antiga estrutura[9], cuja fenestração foi mantida, juntamente com a volumetria básica dele. Modificou-se o coroamento do convento escondendo-se seu telhado com uma platibanda com balaústres[10].

A intervenção mascarou completamente o edifício, que ganhou um componente decorativo de grande importância estética: um pórtico saliente, com frontão clássico sustentado por quatro pares de colunas, que servia de varanda para o primeiro andar e de pórtico para a entrada principal. Justaposto à frente da edificação, no centro dela, ele emprestou a ela beleza e ineditismo em relação ao meio local.

O novo palácio parece ter seguido as diretrizes estabelecidas para uma planta "*bem acabada*", apesar de a fonte consultada não dar maiores detalhes sobre o projeto da obra nem apontar o autor deste. Segundo essa fonte, o palácio "*fora executado com muita arte e esmero, apresenta um aspecto majestoso e oferece ótimas acomodações*" (SEVERIANO, 1907, p. 531).

Ele inovava a arquitetura da cidade, por introduzir nela o estilo que Sousa chamou classicismo acadêmico, que, para ele, foi aquele tipo de classicismo "*produzido em fins do Império e nas primeiras décadas republicana*s", uma linguagem "*convencional, presa a fórmulas classicistas exauridas e praticamente decalcada de modelos europeus*". As fachadas nesse estilo misturavam esquemas compositivos neoclássicos e renascentistas; exibiam quase sempre um pórtico saliente e muitas colunas (que lhes davam sombras e profundidade) e eram substancialmente decoradas com motivos classicistas.

FIGURA 23: Edifício - Monumento do Ipiranga, atual Museu do Ipiranga
FONTE: Museu paulista – Universidade de São Paulo

[9] Preservou-se no interior do prédio um belíssimo arco em cantaria

[10] Observa-se uma imagem de São Pedro no alto do frontão do edifício.

O resultado final lembra o monumental Museu do Ipiranga, construído em 1890, em São Paulo, conforme projeto do arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi. Nessa cidade, onde ainda se construía em taipa de pilão no século XIX, esta edificação grandiosa tornou-se uma referência, destacando-se na paisagem e causando admiração na população local, que não estava acostumada com edificações daquele porte.

A contribuição que o Palácio Episcopal deu à paisagem do ponto nodal onde ele se situava foi substituir uma fachada simplória, vetusta e provinciana, herdada da era colonial, por uma que, embora com as mesmas dimensões, era elegante, moderna e em conformidade com modelos internacionais.

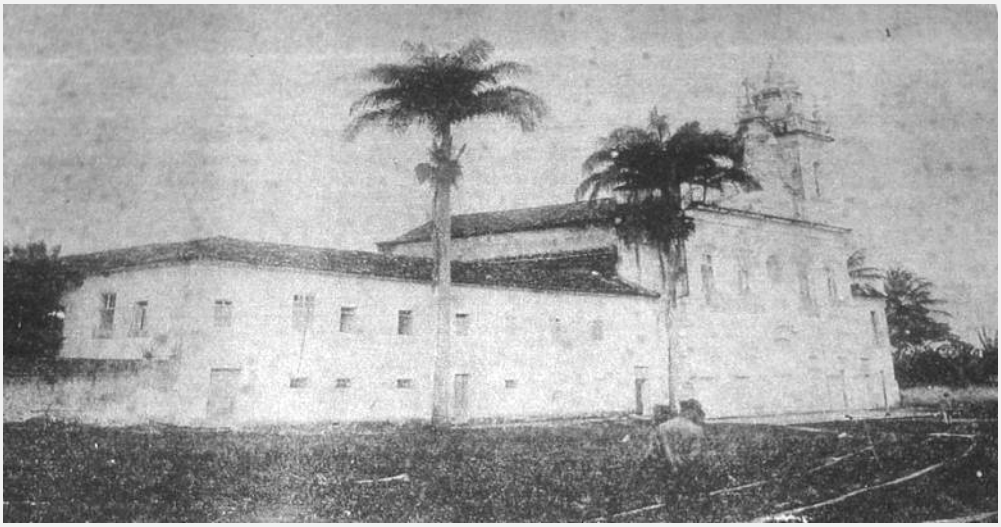


FIGURA 24: Antigo convento dos carmelitas antes da reforma
FONTE: SEVERIANO, 1907

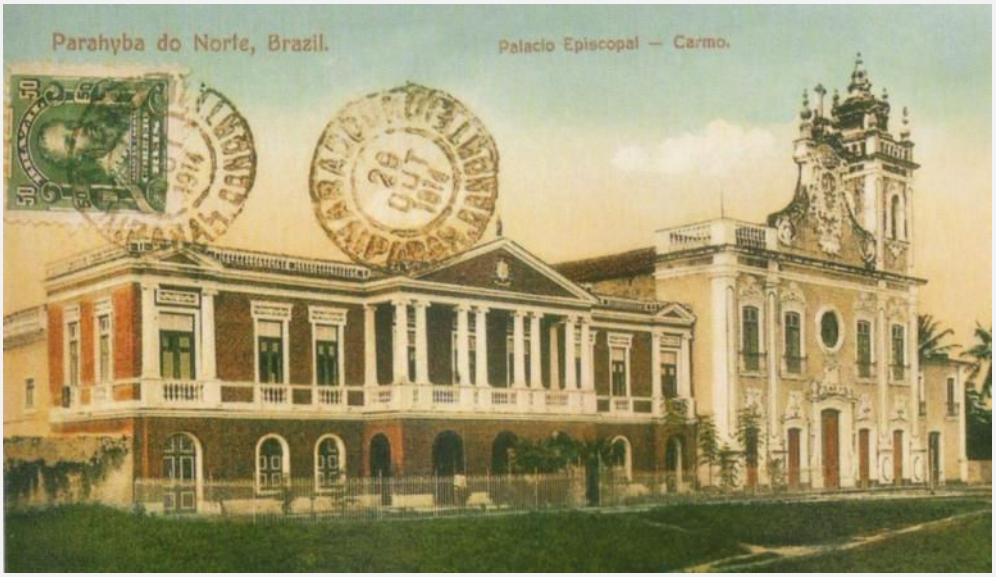


FIGURA 25: Palácio Episcopal depois da reforma
FONTE: GERODETTI e CORNEJO, 2004

Colégio Nossa Senhora das Neves e Colégio Diocesano Pio X

Essas duas obras foram realizadas em quadras muito próximas ao Palácio do Bispo. Elas consistiram na conversão de construções térreas em colégios católicos particulares fundados no início do século XX, e mudaram substancialmente a paisagem circunvizinha.

O Colégio Nossa Senhora das Neves, que passara a funcionar no lado poente do Largo da Matriz (posteriormente Praça Dom Ulrico), nas instalações de uma antiga escola, compunha-se primitivamente de uma casa térrea, semelhante às outras da vizinhança, e uma pequena capela, com fachada encimada por um frontão triangular. O colégio foi sendo ampliado aos poucos, de acordo com as possibilidades financeiras, por um mestre de obras português chamado Sebadelhe.

Primeiramente, provavelmente em 1906, construiu-se um sobrado ao lado da capela. Ele tinha na fachada elementos da arquitetura clássica: arcos plenos nas aberturas do pavimento térreo, platibanda cheia e frontões decorativos sobre as vergas retas dos vãos do pavimento superior. É possível observar, através de uma fotografia antiga, que o telhado, que deveria ter quatro águas, ficou partido, denunciando que a construção iria ser ampliada no futuro, o que aconteceu por volta de 1910, quando construiu-se ao lado dela um novo edifício, idêntico a ela, e uma ala central de ligação decorada com um pequeno frontão partido, encimado pela imagem de uma santa.

Ampliado, o edifício ficou com um aspecto sóbrio e elegante, afiliado ao classicismo imperial. Embora ele não inovasse em termos estilísticos (já que sua linguagem estava presente em vários prédios da cidade) ele modificou bastante a altura e a aparência colonial acanhada da fachada poente do Largo da Matriz, ao mesmo tempo em que a embelezou consideravelmente.

Observe-se que posteriormente o colégio sofreria uma nova ampliação, que será analisada no Capítulo 4.

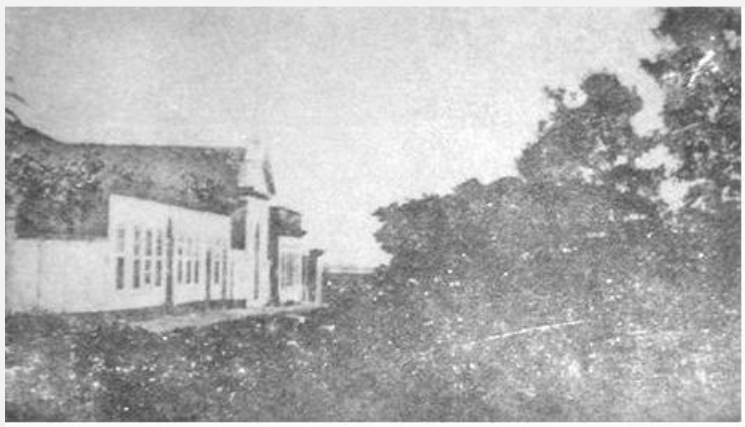


FIGURA 26: Construções primitivas no local do Colégio N. S. das Neves
FONTE: SEVERIANO, 1907

FIGURA 27: Colégio Nossa Senhora das Neves e sua primeira ampliação
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

FIGURA 28: Colégio Nossa Senhora das Neves
FONTE: SEVERIANO, 1918

Já o Colégio Diocesano Pio X foi instalado na esquina da Praça de São Francisco, onde existia uma casa térrea com telhado de duas águas e cumeeira bastante alta, de volumetria semelhante à de casas construídas no período da colônia, mas diferenciada destas pelo recuo lateral que apresentava. A fachada voltada para a praça estava encimada por uma empena alta, rasgada por três vãos, e continha a porta de entrada e outras cinco aberturas. Essa casa serviu de residência para o bispo até a criação do Palácio Episcopal, tendo sido, depois disso, completamente reformada (na segunda década do século XX) para abrigar o Colégio Diocesano Pio X.

A reforma fica evidenciada pela fenestração parte central da fachada voltada para a praça que foi preservada. Construiu-se um primeiro andar, incorporando o sótão que ficava por

trás da empena e ocupando toda a extensão da fachada. O edifício transformou-se assim num bloco horizontal de dois pavimentos coroado por uma platibanda cheia, com fachadas pouco ornamentadas e vazada por aberturas ritmadas. Provavelmente em 1910 as obras do colégio, de execução atribuída a um engenheiro paraibano Matheus Augusto de Oliveira (MOURA FILHA *et al*, 1985), já haviam sido concluídas (mais tarde o prédio sofreria nova ampliação).

A simplicidade e o caráter geométrico do Colégio Diocesano Pio X afiliavam-no ao classicismo imperial, que na segunda metade do século XIX tinha conhecido grande difusão no Recife (cidade que influenciava a arquitetura da capital paraibana) onde, segundo Sousa, "*houve uma tendência a se privilegiar as formas simples e severas e de finalidade acima de tudo utilitária, e não apenas simbólica ou ornamental*" (Sousa 1994, p. 96). Esse estilo perdurou na Paraíba até as duas primeiras décadas do século XX.

Pode-se avaliar o impacto que o edifício em pauta provocou na paisagem da Praça de São Francisco comparando as Figuras 29 e 30. Ele eliminou dela uma fachada térrea coroada por um extenso e alto triângulo, e introduziu no seu lugar uma fachada retangular de dois pavimentos. Ademais ele alterou a escala e o formato do pátio do convento franciscano e modificou o alinhamento do lado oriental deste.

A criação desse edifício e dos dois outros comentados antes, apesar de resultante de obras de reforma e ampliação, constituiu o estágio inicial do processo de transformação da arquitetura da cidade da Paraíba. Eles ocuparam o lugar de construções modestas de aparência colonial que davam à paisagem das praças onde eles se situavam um ar antiquado que era indesejável e incompatível com a modernidade que então se buscava.

FIGURA 29: Primitiva edificação do Colégio Diocesano Pio X em 1903
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memória

FIGURA 30: Vista para o Colégio Diocesano Pio X
FONTE: Acervo Pessoal

FIGURA 31: Antiga residência episcopal em 1906
FONTE: SEVERIANO, 1907

FIGURA 32: Colégio Diocesano Pio X
FONTE: IHGP

4 O EMBELEZAMENTO COMO POLÍTICA GOVERNAMENTAL: 1916-1940

> A Paraíba, com água, esgoto, luz elétrica, já parecia uma cidade. Mas o casario ainda era do estilo antigo, estilo ótimo para se aperfeiçoar, honrando nas linhas originais a criação própria ou bem herdada. (MARIZ, 1939, p. 128)

Quase vinte anos após a instauração da República, a grande maioria das edificações existentes na capital da Paraíba tinham ainda feição colonial. Prédios de aparência simples, com telhados altos, dominavam a paisagem e nem mesmo a proximidade com o Recife – que desde o período do Império experimentava um grande desenvolvimento, com influências advindas de outras partes do mundo, devido à localização estratégica do seu porto – estimulou algum progresso considerável na Paraíba. A população praticamente dobrou no curto período de vinte anos, de perto de 29.000 habitantes em 1900 para cerca de 53.000 em 1922 (Paraíba, 1922), e as necessidades de melhorias para atender essa população crescente tornam-se cada vez mais manifestadas nos discursos dos governos, que se uniram no desejo de modernizar e embelezar a cidade, de apagar o passado colonial e de se igualar, ao menos em parte, a outros centros do país que já haviam dado grandes passos nesse sentido.

> Eu conheci essa cidade da Paraíba, creio que em 1915. Era de um ingênuo delicioso. Seus sobrados, suas casas, como que se trepavam umas por cima das outras, nas ladeiras em ziz-zag. Era toda em zig-zag a Parahyba. E o casario era deliciosamente irregular. E alguns sobrados de residência tinham abalcoados de um aconchego mourisco. (FREIRE, 1925)

É apenas no segundo decênio do século XX que se observa na capital paraibana um processo mais vigoroso de modernização da sua arquitetura. É nesse período que ocorre a construção de edificações espelhadas em novos ideários arquitetônicos. Já era tempo de equipar a cidade com prédios modernos e elegantes, em harmonia com os novos tempos e em consonância com as grandes capitais estaduais.

Os novos prédios, alguns dos quais construídos por profissionais especializados, com materiais importados da Europa, ganhavam nova implantação em lotes amplos, o que permitiu construções monumentais que inseriram uma nova escala no espaço urbano. Muitas vezes eram construídos em cabeças de quadra, em frente a praças, exibindo assim suas três fachadas, o que lhes valorizava a perspectiva; outras vezes foram erigidos em ruas alargadas ou ainda em áreas de expansão da cidade. Diferenciando-se marcadamente das edificações do passado, eles contribuíam fortemente para a transformação da paisagem da cidade.

Foi o poder público o responsável pela criação da grande maioria desses prédios, que constituíam um instrumento de afirmação do governo perante a população e anunciavam a chegada de novos tempos.

A produção desses edifícios teve início na gestão do governador Camilo de Holanda (1916-1920), que submeteu a capital paraibana a uma significativa reforma urbanística.

As obras por ele realizadas tiveram a característica de terem sido produzidas por arquitetos e engenheiros treinados no exterior e na capital brasileira[11]. De boa qualidade, elas foram executadas pela Diretoria de Obras Públicas, coordenada pelo engenheiro Rafael Holanda[12].

A afirmação seguinte, de Camilo de Holanda, deixa claro sua preocupação em modernizar a cidade, em consonância com os novos tempos: "*A remodelação da capital preocupou-nos fortemente, dadas as lacunas da cidade, cuja feição ainda colonial contrastava com os nossos anseios de progresso*" (Paraíba, 1920, p. 13).

Ele adotou um plano de embelezamento geral da cidade, compreendendo obras viárias e arquitetônicas. Como parte desse plano, foram construídos novos prédios com instalações modernas, boas condições de higiene e bom gosto - na sua maioria exemplares do estilo classicismo acadêmico, que já caracterizamos no capítulo anterior.

As obras de Camilo de Holanda foram interrompidas devido a uma crise financeira em 1919, mas já foram suficientes para causar uma primeira mudança no aspecto da cidade. Novas obras seriam realizadas na gestão seguinte, de Solon de Lucena (1921-1924), boa parte das quais foram conduzidas pelo dinâmico prefeito da capital, por ele nomeado: o médico Guedes Pereira[13].

O sistema viário da cidade foi reorganizado pela prefeitura, possibilitando a ligação entre pontos extremos da cidade. Foram empreendidas demolições de muitas edificações, para alargamento de vias, melhorando o tráfego e livrando a cidade de vários prédios considerados "pardieiros" pelas suas condições sanitárias e arquitetônicas, o que contribuía para melhorar o aspecto da cidade.

[11] Esses profissionais de formação acadêmica passaram por escolas que tinham a cidade de Paris como paradigma a ser seguido.

[12] Formado no Instituto Britânico de Engenheiros Eletricistas, tinha escritório na Rua Maciel Pinheiro.

[13] Formado no Rio de Janeiro. Viveu nessa cidade durante o período das obras de Pereira Passos.

FIGURA 33: Mapa da capital paraibana em 1923 com previsão de alargamento das ruas
FONTE: IHGP

No plano de Guedes Pereira para embelezar e modernizar a cidade destacavam-se a abertura de uma longa via estruturadora chamada de Avenida de Acesso, que atravessaria toda a cidade, e a criação da Praça Vidal de Negreiros, no coração da Cidade Alta – para cuja construção foi necessária a demolição, em 1922, de dois edifícios, doze casas e a secular Igreja do Rosário (Figura 33).

Apesar da forte argumentação sobre higienizar e facilitar a locomoção na cidade, existia o forte propósito de também modernizar o espaço urbano e embelezá-lo, a exemplo do que acontecia nas cidades mais desenvolvidas. As ações visando o embelezamento da cidade modificaram com intensidade o aspecto dela, o que causou descontentamento em alguns habitantes, como mostra a citação abaixo, tirada de uma revista local.

> Faz dez anos se iniciou o movimento transformador da nossa urbe, acentuado nesses tempos de modo notável. A cidade está mudando sensivelmente de aspecto. Perde a sua feição colonial para vestir a mascara uniforme da civilização. Há quem se rejubile com isto e deseja que a mudança seja completa, radical. Não deve sobrar pedra sobre pedra. Todos os prédios antigos devem ser demolidos, ou pelo menos transformados, vestidos à moderna, hediondez para a qual a estética já não tem qualificativo. Para essa nevrose de modernismo não há remédio. Ela tem causas profundas, complexas e variadas. Somos um povo sem raízes, sem tradições, sem história. (BEZERRA, 1921)

As origens remotas da vontade de transformar a cidade estavam na remodelação de Paris, empreendida no terceiro quartel do século XIX pelo seu prefeito, Haussmann. Amplos boulevards arborizados e retilíneos foram rasgados no tecido da cidade existente, gerando eixos monumentais que valorizavam a perspectiva dos novos prédios ali construídos. A intervenção de Haussmann repercutiu-se em todo o mundo, tornando-se um paradigma para as cidades que desejavam se modernizar, como o Rio de Janeiro, a capital da República do Brasil. Logo no começo do século (1903), Pereira Passos, à frente da prefeitura do Rio de Janeiro, deu inicio a uma reforma urbana nos moldes haussmanianos[14], na qual se destacaria a abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). Com 1.820 metros de extensão e 33 metros de largura, esta via retilínea se sobrepunha ao antigo tecido urbano central, ligando a região portuária às áreas de expansão na zona sul da cidade.

Essa reforma foi considerada, por um analista, como uma "*forma de afirmação da República diante do Brasil e do Brasil diante do mundo*" (CZAJKOWSKI, 2000 p. 18).

FIGURA 34: Teatro Municipal e a Escola Nacional de Belas Artes, Avenida Rio Branco
FONTE: PINHEIRO, 2002

[14] Pereira Passos estivera em Paris na época dos trabalhos de Haussmann. iniciou as obras de ampliação do porto e o agenciamento da região próxima a este, com abertura de largas avenidas sobre o tecido urbano antigo, tortuoso e estreito, a custo de inúmeras demolições e desmonte de morros

FIGURA 35: Avenida Central em 1910
FONTE: PINHEIRO, 2002

Assim como em Paris, a reforma urbana tinha uma intenção sanitária, constituindo uma maneira de minimizar as doenças tropicais, e apoiavam-se no preceito "*embelezar, sanear e circular*". Porém, intenções plásticas também estavam presentes nela[15], prova disso sendo o cuidado que se teve com as fachadas das novas edificações da Avenida Central, selecionadas através de um concorrido concurso de projetos e influenciadas pela arquitetura da *Belle Époque* francesa[16]. Essas edificações se distinguiam por completo dos sobrados do período colonial que até então predominavam naquela área. Receberem uma carga enorme de elementos decorativos, tais como cúpulas, torres e pássaros encimando frontões decorados. Devido às novas técnicas construtivas, as fachadas poderiam se adequar aos terrenos irregulares resultantes da cirurgia urbana que cortou muitas quadras em sentido diagonal. A avenida recebeu também belas edificações monumentais, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola Nacional de Belas Artes.

Inspiradas no Rio de Janeiro, ainda que anos depois, várias cidades brasileiras tomaram a iniciativa de promover suas reformas urbanas, para dotá-las de ruas amplas e de edificações modernas.

[15] Observa-se o desmonte de morros para melhorar a circulação de ar na cidade e o disciplinamento das edificações através de legislação.

[16] Essas fachadas tiveram suas dimensões regulamentadas e deveriam ter pelo menos três pavimentos.

FIGURA 36: Praça Affonso Penna no Recife, depois da reforma urbana
FONTE: LEME, 1924

Outro exemplo para a Paraíba foi o Recife, cujo centro antigo foi remodelado em 1909 – 1913. Nele foram abertas as Avenidas Central e Marquês de Olinda que foram margeadas com prédios na linguagem classicista acadêmica, alguns coroados por cúpulas, que formaram conjuntos urbanos com unidade formal (Silva, 1987). Essa linguagem, nova na cidade, fazia uma ruptura com o passado colonial e aproximava a arquitetura local dos modelos europeus, que eram sinônimo de modernidade e progresso.

Se a gestão de Sólon de Lucena foi marcada por uma vigorosa reforma urbana, o mesmo não aconteceu na administração seguinte, de João Suassuna (1924-1928), que concentrou seus esforços na conclusão da implantação da rede de esgotos, iniciada por seu antecessor.

Entretanto as obras de remodelação urbana foram retomadas, com vigor, por João Pessoa, que sucedeu a João Suassuna.

> O saudoso João Pessoa pretendeu plantar uma capital nova, sobre a antiga. O seu esforço excedeu a todas as previsões. Não parecia um governo que trabalhava, mas um terremoto que sacudia a cidade. Mas o seu interesse pelo novo atingiu o nosso passado destruíndo-lhes obras de inestimável valor. (MEDEIROS, 1933, p 46)

A citação acima mostra o caráter das obras que João Pessoa pretendia levar adiante com seu plano de remodelamento e embelezamento para a capital paraibana. A atuação desse governador foi subitamente interrompida devido à sua morte, em 1930. Todavia, na sua curta

gestão, ele contribuiu para mudar a fisionomia da paisagem da cidade que tomaria seu nome, através de demolições, alargamentos de ruas (fig. 37), novas construções, e reconstruções – e também através da introdução dos estilos neocolonial e *Art-Déco* na arquitetura pública local.

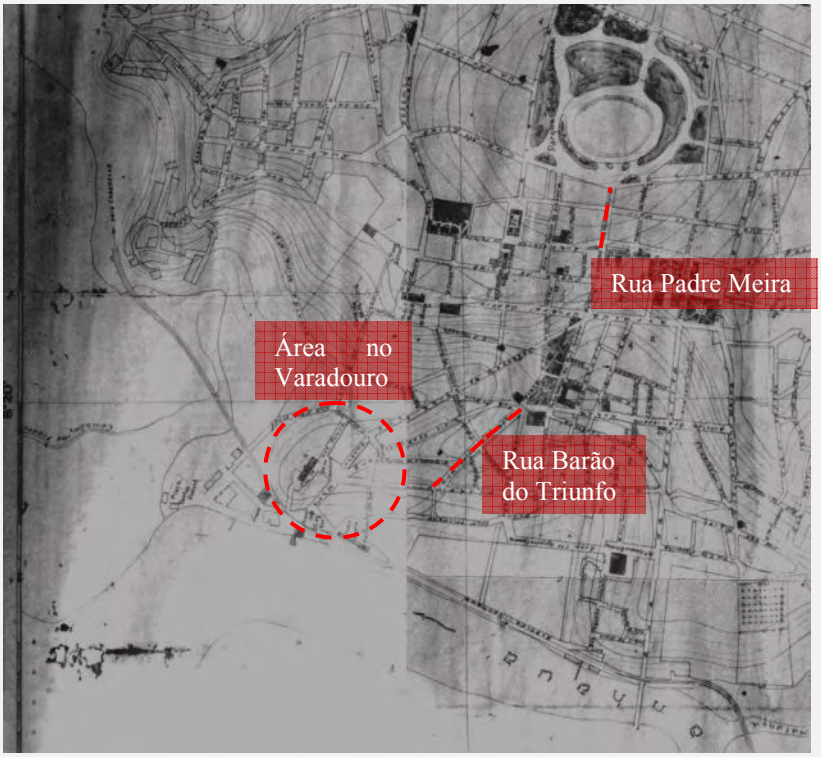


FIGURA 37: Trecho de mapa da capital paraibana em 1930
FONTE: IHGP

Algumas de suas obras foram continuadas por Antenor Navarro, que dirigiu o estado, na condição de interventor designado pelo governo federal, entre 1930 e 1932. Na sua gestão foi implantada, através de uma operação de cirurgia urbana que destruiu várias edificações do Varadouro, a praça que tem o seu nome – que modificou radicalmente a paisagem da área comercial da cidade.

Uma proveitosa medida de Antenor Navarro foi contratar a elaboração de um plano urbanístico global para a capital paraibana, que seria entregue ao conceituado urbanista Nestor de Figueiredo, pernambucano formado e estabelecido no Rio de Janeiro (PARAÍBA, 1933).

Figueiredo fez propostas arrojadas para as áreas de expansão da cidade[17], mas propôs poucas modificações para o tecido urbano já consolidado, pois entendeu que "*a cidade de João Pessoa não deve perder a personalidade do seu lindo pitoresco*" (PARAÍBA, 1932, p. 3). Ele considerou que a cidade tradicional fora construída com coerência, e por isso deveria ser

[17] Dentre estas devem ser destacadas – por sua importância e por terem sido executadas – a criação do park-way da Lagoa e do bairro que receberia o nome de Torre. Ver *O que será de futuro a cidade de João Pessoa*. A União, 2/ out 1932.

poupada de grandes transformações. Uma das modificações que ele propôs para ela foi um pequeno deslocamento, na direção sul, da estação ferroviária.

Sucedeu a Antenor Navarro, o interventor Gratuliano Brito (1932-1934), cuja principal contribuição no campo da produção de edifícios públicos (no qual ele teve de restringir os investimentos em razão da precariedade das finanças estaduais, decorrente da seca de 1932-33) foi a construção do prédio da Secretaria das Finanças, por ele iniciada mas só concluída na gestão seguinte. Esta edificação pioneira introduziu a linguagem modernista na arquitetura governamental da capital e foi a primeira desta a ter cinco pavimentos.

Ao final de sua gestão eram claramente visíveis as transformações que a arquitetura da cidade tinha experimentado nas duas décadas precedentes:

> É notável o sopro renovador nas construções publicas e particulares dos últimos anos, transformação que se veio acentuando ao influxo da riqueza coletiva, pela ação de administradores de mais gosto e com o aparecimento de arquitetos de modernas escolas. (MARIZ, 1935, p.7)

Argemiro de Figueiredo assumiu o governo da Paraíba em 1935, ano em que as finanças estaduais melhoraram consideravelmente, permitindo-lhe realizar muitas obras na capital e no resto do estado. Estas foram executadas tanto na área de expansão urbana (a chamada cidade nova), onde seguiam as prescrições do plano de Nestor de Figueiredo, quanto na cidade tradicional, nesta envolvendo entre outras, demolições, alargamentos e pavimentação de vias e novas construções. Os trabalhos eram executados pela D.V.O.P. - Departamento de Viação e Obras Públicas que tinha à frente o engenheiro Ítalo Joffily – o qual tinha como auxiliar o arquiteto Clodoaldo Gouveia.

Logo em 1935, Argemiro de Figueiredo deixou claro que era sua intenção modificar radicalmente o sistema viário da cidade (Figura 38) e de construir muitos edifícios públicos.

> Precisamos tratar com violência da viação urbana de João Pessoa, que é um dos maiores anseios do povo. Precisamos levantar um edifício para a instalação da justiça. Precisamos construir uma penitenciária moderna [...]. Precisamos de edifícios mais amplos e acordes com as novas crescentes necessidades, para o alojamento das novas forças policiais, do ensino secundário, do ensino normal. (PARAÍBA, 1935, p. 18).

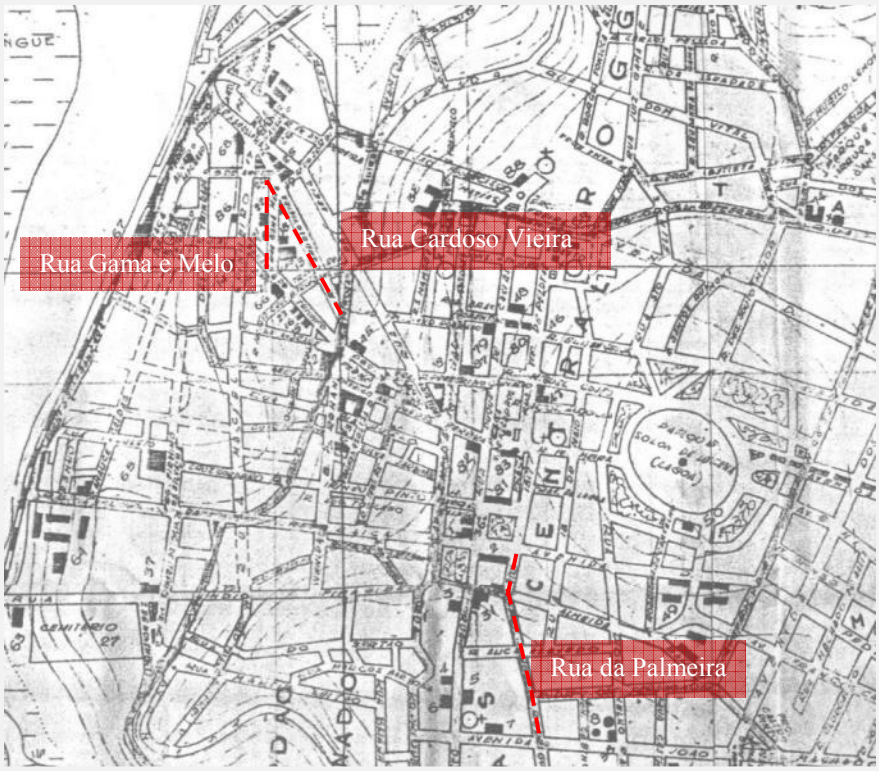


FIGURA 38: Trecho de mapa da capital paraibana em 1950, destacando-se as obras de Argemiro de Figueiredo
FONTE: PMJP

Ele decidiu que esses edifícios deveriam afiliar-se à escola modernista ou funcionalista, que começava a se impor no Brasil. Ele deixou claro que era partidário dessa escola logo em 1935, ao referir-se, na sua mensagem daquele ano, ao prédio da Secretaria das Finanças (Figura 89, p. 60), cujas outras ele estava então concluindo:

> [...] tendo sido posto de lado tudo que implicasse em falso moderno, de linhas cubistas, porém afastado da verdadeira arquitetura do nosso tempo. Foram desprezados os velhos motivos de estilos clássicos e se obteve o primado das linhas funcionais, dentro do atual espírito construtivo. (PARAÍBA, 1935, p. 33).

Entretanto, sua maior obra arquitetônica, o Instituto de Educação (inaugurado em 1939), seria erguida fora da cidade tradicional, no *park-way* da Lagoa, na cidade nova. Projetado por Ítalo Joffily[18] e executado pela DVOP, compunha-se de três edificações, das quais a principal, o edifício central, era enorme, com três pavimentos e medindo quase 150 m por 50 m.

[18] Segundo Celso Mariz, contemporâneo da obra, e Alberto Sousa, que, entrevistando Ítalo Joffily nos anos 1980, ouviu este afirmar que fora o autor do projeto da edificação.

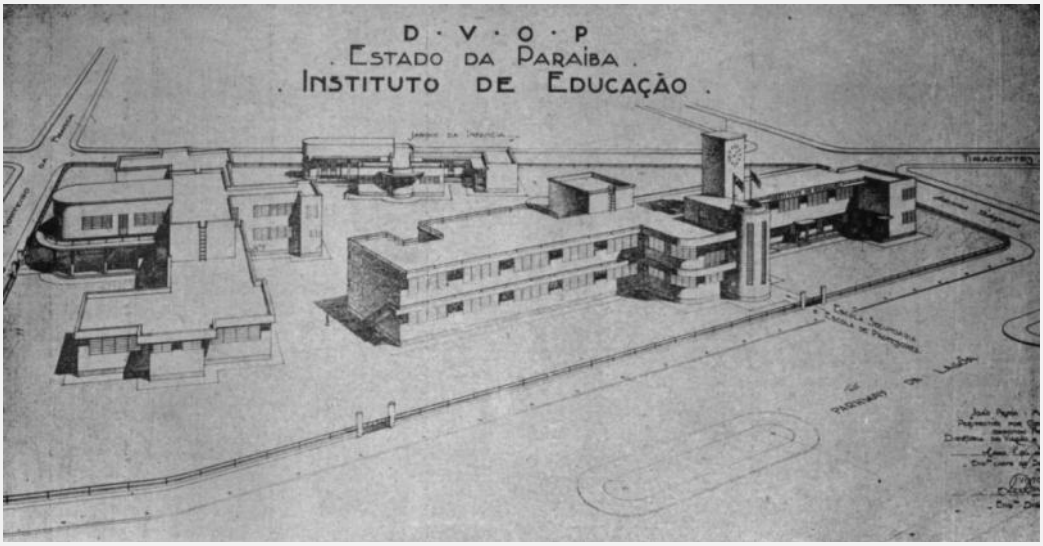


FIGURA 39: Perspectiva do Instituo de Educação
FONTE: PARAÍBA, 1938

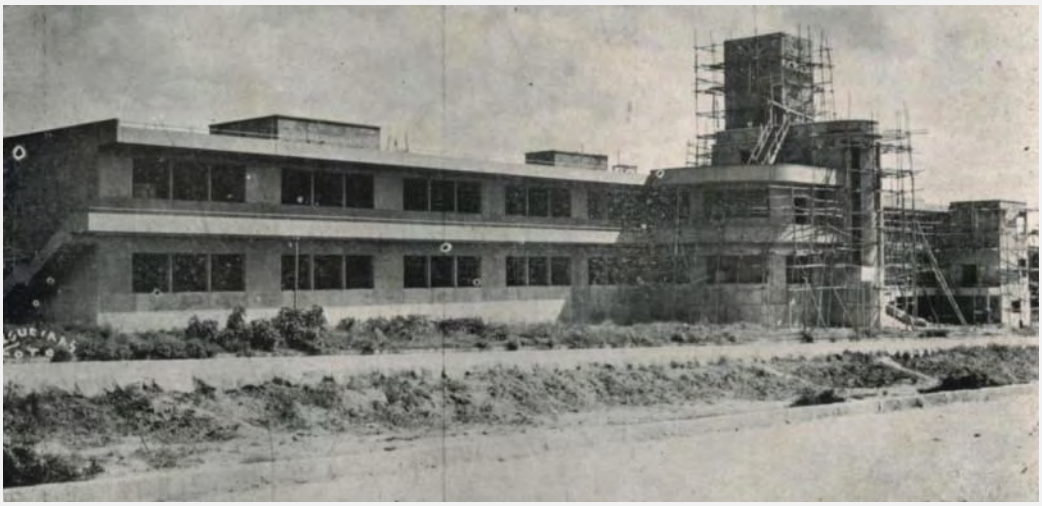


FIGURA 40: Instituo de Educação em construção
FONTE: PARAÍBA, 1938

FIGURA 41: Instituto de Educação na Cidade Nova
FONTE: IHGP

Esse edifício, o atual Liceu Paraibano, era um prédio moderno, imponente e de boa arquitetura. Ademais fora muito bem construído. Segundo as palavras de Nestor de Figueiredo, no jornal A União (de 30/4/1938, p.1), "*O Instituto de Educação da Paraíba entra sem favor nenhum para a classe dos edifícios bem construídos da nossa pátria*."

O término da gestão de Argemiro de Figueiredo coincide com o fim do período estudado neste capítulo. Esse período iniciou-se e terminou com governantes que se empenharam em modernizar e embelezar a fisionomia da capital através de variadas ações de suas administrações[19].

Foram muitos os prédios públicos marcantes surgidos nesse período na cidade. Uns eram construções novas, outros originaram-se de reformas de edifícios existentes. Uns eram edificações associados a operações de cirurgia urbana, outros independeram dessas. A maior parte deles foi produzida pelo poder público, mas o setor privado também deu sua contribuição à empreitada do embelezamento urbano, encarregando-se da criação de alguns desses edifícios.

A seguir examinaremos individualmente cada um desses prédios. Para facilitar a leitura de nossa análise eles foram agrupados em duas categorias: a arquitetura do poder público e as edificações do setor privado.

[19] O poder público não utilizou apenas a cirurgia urbana e a produção de edifícios marcantes para atingir esses objetivos: ele fez uso também da legislação urbanística. Para evitar construções acanhadas no núcleo comercial da cidade, um decreto de 1918 determinou que prédios que fossem construídos ou reconstruídos nas principais ruas dele teriam de ser assobradados – prescrição esta que seria reiterada por um decreto de 1921, que, ademais, proibiu construções de palha e taipa no interior do perímetro urbano. Em 1928 o primeiro Código de Posturas da cidade (Lei nº 140 de 4/10/1928) proibiu o uso de beirais lançando água diretamente na rua (o que fez as platibandas se disseminam nas casas segundo "as exigências da estética") e exigiu que as edificações situadas em esquinas tivessem duas fachadas (que poderiam ter qualquer estilo, desde que estivessem "dentro do decoro publico e das regras de arte"), para evitar que o alçado de uma das esquinas se limitasse a uma parede cega, como acontecia com freqüência antes. E em 1938 um novo Código de Posturas estendeu a exigência da altura mínima de dois pavimentos para toda a zona central da cidade.

4.1 A ARQUITETURA DO PODER PÚBLICO

São em número de dezoito os edifícios que analisaremos abaixo. Eles têm em comum a característica de se distinguirem nitidamente da arquitetura produzida na cidade antes de 1910. Contudo, eles formam um conjunto bastante heterogêneo, em razão de diferenças de estilo, de altura e de massa.

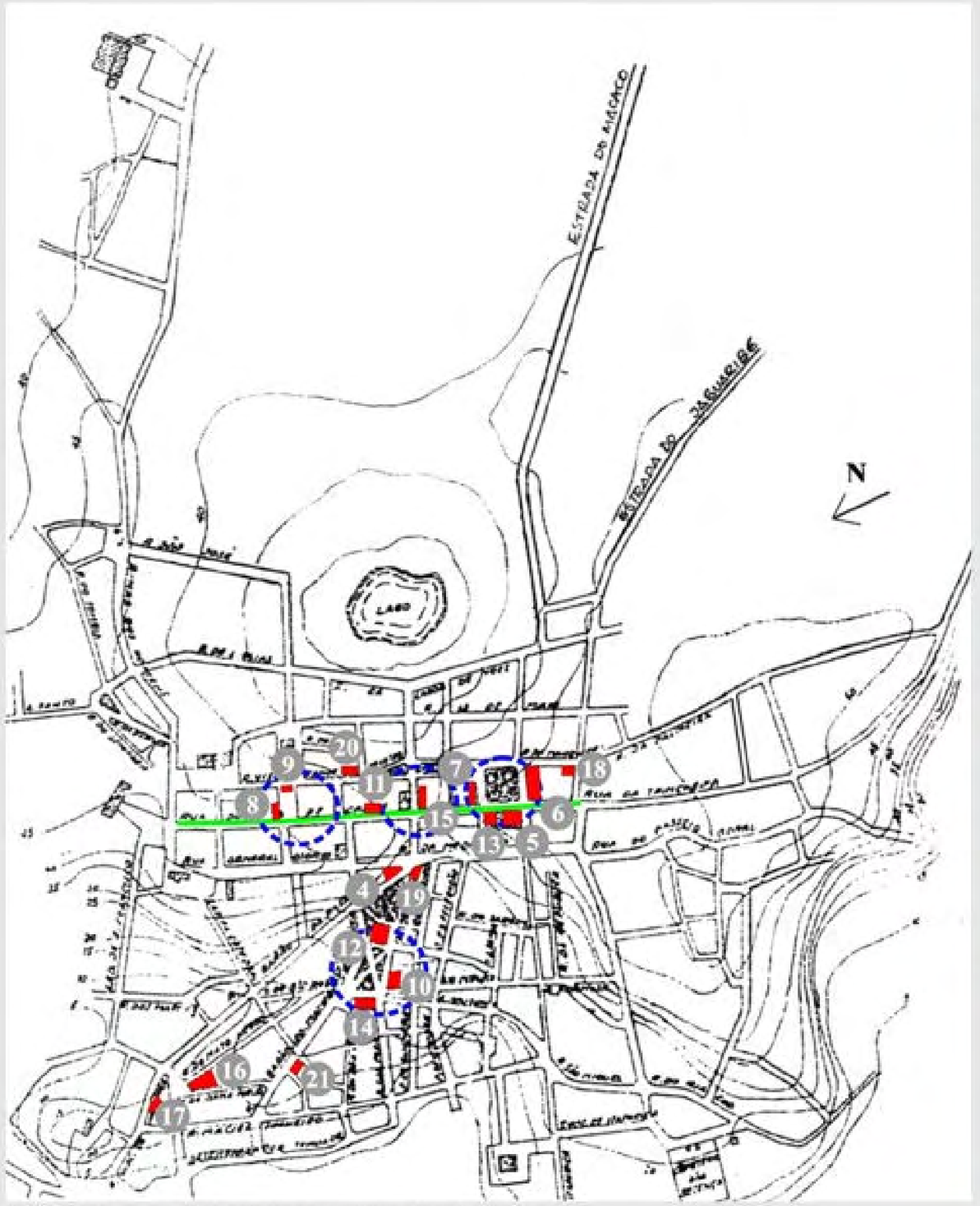
Embora tenham sido construídos no decorrer de um período de apenas 25 anos, entre eles há prédios de seis linguagens diferentes: classicismo acadêmico, neobarroco, classicismo despojado republicano[20], neocolonial, *Art-Déco* e modernismo.

Alguns deles eram volumosos e imponentes; outros eram construções de apenas dois pavimentos – umas longas, outras com frontaria de extensão modesta ou mediana; e um deles era uma construção térrea.

Todos eles, com diferentes intensidades, modificaram a paisagem dos logradouros onde eles se erguiam – que eram praças, na sua maioria. Fizeram isso preenchendo vazios, substituindo edificações de aparência considerada antiquada e provinciana e introduzindo no cenário local fachadas altas, extensas, elegantes e em conformidade com a estética de sua época. Alguns deles, como o Palácio das Secretarias e a Secretaria das Finanças, tornaram-se, pelo seu porte imponente, marcos maiores da paisagem urbana.

O impacto transformador desses edifícios se fez sentir mais fortemente em quatro praças (Figura 42), três das quais (as primeiras indicadas a seguir) constituíam os principais pontos nodais da cidade, sendo, portanto, componentes-chave da paisagem desta: a Comendador Felizardo (rebatizada João Pessoa em 1930), a Pedro Américo, a Vidal de Negreiros e a Rio Branco. Em quase todas elas (a exceção sendo a Praça Vidal de Negreiros) o cenário edificado ficou claramente dominada por alguns desses prédios: na primeira, pela Escola Normal, Palácio do Governo, Liceu e Imprensa Oficial, todos com dois pavimentos; na segunda pelo Palácio das Secretarias, Correios e Telégrafos, e Quartel, todos com três ou mais pavimentos; e na quarta, pela Prefeitura e Delegacia Fiscal, ambas com dois pavimentos. E como três dessas praças situavam-se ao longo do principal percurso da Cidade Alta (compreendido entre o Pátio de São Francisco e a Praça Venâncio Neiva), este também modificou-se em termos paisagísticos.

[20] Estamos adotando este termo, cunhado por Alberto Sousa, para designar aquele classicismo simplificado (que fazia uso de motivos clássicos convencionais, principalmente nos coroamentos, mas de forma bastante discreta) empregado nos anos da Primeira República.



NOVA ARQUITETURA PÚBLICA DA FASE 2:

4 - GRUPO ESCOLAR THOMAS MINDELLO
5 - PALÁCIO DO GOVERNO
6 - ESCOLA NORMAL
7 - IMPRENSA OFICIAL
8 - DELEGACIA FISCAL
9 - PREFEITURA MUNICIPAL
10 - CORREIOS E TELÉGRAFOS
11 - PAVILHÃO DO PONTO DE CEM REIS
12 - PALÁCIO DAS SECRETARIAS
13 - LICEU PARAIBANO
14 - QUARTEL DE POLÍCIA
15 - PARAÍBA HOTEL
16 - SECRETARIA DA FAZENDA
17 - CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA
18 - RÁDIO TABAJARA
19 - ESCRITÓRIO E SUBESTAÇÃO DA CENTRAL ELÉTRICA DA PARAÍBA
20 - HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO
21 - CAPITANIA DOS PORTOS

PERCURSO NORTE-SUL

PONTOS NODAIS:

-PRAÇA RIO BRANCO
-PRAÇA VIDAL DE NEGREIROS
-PRAÇA COMENDADOR FELIZARDO
-PRAÇA PEDRO AMÉRICO

FIGURA 42: Mapa da capital da Paraíba destacando a pública da fase 2
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

Grupo Escolar Thomas Mindello

Apesar de existir desde o século XVII[21], a Ladeira do Rosário, atual Avenida Guedes Pereira chegou ao fim do século XIX pouco edificada.

Bastante íngreme, ela recebeu, somente em 1916, uma edificação de destaque, em terreno, com formato trapezoidal, localizado no seu pé, entre a Praça Aristides Lobo e a Rua General Osório.

O prédio ali construído foi projetado pelo arquiteto italiano Paschoal Fiorillo (MARIZ, 1939) para uma finalidade desconhecida e em 1916 foi adquirido pelo governo do estado para sediar o Grupo Escolar Thomas Mindelo (A NOTÍCIA, 1916), primeiro do gênero na Paraíba.

Fiorillo resolveu o problema do desnível do terreno elevando o piso da edificação até sua cota mais alta, onde se localizavam os fundos do prédio. Na parte mais baixa do terreno, foi colocada a entrada principal, com frente para a Ladeira do Rosário. Para marcar essa fachada, que era a frontal e a mais estreita, foram adicionados um pequeno pórtico e uma escada curvilínea.[22] Ressalte-se a habilidade do arquiteto em conseguir inserir uma fachada interessante na face frontal do lote, de dimensões tão reduzidas.

Embora simples, com apenas um pavimento e pouca ornamentação, esse prédio constituía o segundo exemplar do classicismo acadêmico na capital da Paraíba.[23] Sua arquitetura, incomum na cidade, valorizou a Ladeira do Rosário, causando impacto na paisagem dessa via importante, principal ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa.

FIGURA 43: Terreno onde foi construído o Thomas Mindello
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

[21] Como mostra o Croqui da cidade da Parahyba, de autoria do Capitão-piloto Manoel Francisco Granjeiro levantado em 1692.

[22] Na década seguinte, quando do alargamento da Ladeira do Rosário, ela foi substituída por uma escadaria dupla.

[23] O primeiro fora o Palácio Episcopal, analisado no capítulo 3.

FIGURA 44: Vista para a Ladeira d o Rosário ainda sem o Thomas Mindello
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de Memórias

FIGURA 45: Vista para a Praça Pedro Américo, vendo-se o Thomas Mindello
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 46: Thomas Mindello após alargamento da Avenida Guedes Pereira
FONTE: IHGP

Palácio do Governo

O Palácio do Governo funcionava num antigo prédio localizado na face oeste da Praça Comendador Felizardo, o qual fazia parte do conjunto arquitetônico jesuíta, composto por escola, igreja e residência dos padres, que desde 1771, após a expulsão da ordem do Brasil, foi ocupado pelo governo do Estado.

Considerado um "pardieiro insalubre" e de estética pobre para desempenhar a função de Palácio do Governo, passou por algumas reformas no período do Império,[24] quando adquiriu linhas clássicas. Sua principal reforma teve início em 1914, pelo engenheiro Miguel Raposo, e foi finalizada em 1917 pelo arquiteto italiano Paschoal Fiorillo, responsável pela modernização da sua arquitetura.

Fiorillo mudou completamente a feição do Palácio, embora tenha preservado as proporções e alguns elementos da fachada principal, como a fenestração, o frontão triangular e as pilastras com capitéis jônicos.

A fachada principal, que era quase lisa, ganhou movimento com o acréscimo de novas pilastras e uma rica decoração. A fachada lateral, voltada para a Praça Venâncio Neiva, ganhou novas aberturas e a mesma decoração usada na fachada principal, o que possibilitou o embelezamento daquela praça, que ficou pronta naquele mesmo ano. A platibanda cheia foi substituída por outra, encimada por elementos decorativos e onde se alternavam partes com balaústres e partes cheias.

A reforma realizada, devido à farta decoração introduzida, modificou completamente a feição da antiga edificação, simples e de aspecto provinciano. A capital da Paraíba ganhava seu primeiro prédio no estilo neobarroco, um estilo internacional, exuberante e digno de um palácio para o governo do estado.

[24] Em 1850, 1858 e 1875.

FIGURA 47: Fachada do Palácio do Governo
FONTE: MELO, 1990

FIGURA 48: Palácio do Governo antes de sua reforma
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 49: Palácio do Governo depois da reforma
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Escola Normal

A maior edificação construída por Camilo de Holanda foi a Escola Normal, que realmente impressionava pela beleza e escala. Ocupava toda a extensão da quadra, no lado sul da Praça Comendador Felizardo, e parece ter sido feita com dimensões maiores que as necessárias naquele momento.

> As construções desta natureza devem logo visar as necessidades do futuro, que são tanto maiores quanto todas as possibilidades nos levam a acreditar no rápido desenvolvimento da população da Parahyba. (PARAÍBA, 1918, p.39)

Era monumental, com quase 900 m² de área em cada um dos dois pavimentos, que tinham 5 metros de pé direito; ela possuía ainda um porão habitável. Sua fachada frontal tinha mais de 70 metros de largura, sendo a maior fachada da cidade na época.

Camilo de Holanda justificava o tamanho do empreendimento dizendo que o prédio visava satisfazer o desenvolvimento da cidade por longo tempo, mas a sua real intenção era dotar a capital de edifícios modernos, embelezando-a; afinal a Escola Normal localizava-se na Praça Comendador Felizardo, a mais importante da cidade. Seguia as regras arquitetônicas ideais para uma edificação escolar, no "*estilo universitário*" (PARAÍBA, 1920, p. 4), ou seja, com a solidez do classicismo acadêmico. Exibia pórtico de entrada, característico deste estilo, marcando o eixo da edificação, de rígida simetria.

Nas extremidades da fachada, pavilhões avançados quebravam a continuidade do edifício, tal como nas realizações da arquitetura francesa. O porão resolvia o desnível do terreno, e por meio de uma escadaria protegida por mureta tinha-se acesso ao pórtico central, dotado de arcadas no primeiro pavimento e colunata no segundo, sustentando um frontão triangular decorado com diversos ornamentos que o embelezavam.

A Escola Normal foi inaugurada em 19/3/1919. Foi projetada por Octavio de Gouveia Freire, arquiteto paraibano[25] que utilizou sabiamente no prédio as regras aprendidas na Escola Especial de Arquitetura de Paris, onde estudou (Paraíba, 1917).

Construída em área antes ocupada por uma antiga edificação térrea, a Escola Normal, com sua monumentalidade e a beleza da sua fachada classicista acadêmica, contribuiu para modernizar a paisagem e mudar a escala da Praça Comendador Felizardo.

[25] No ano de 1917 o arquiteto tinha escritório na Rua Maciel Pinheiro.

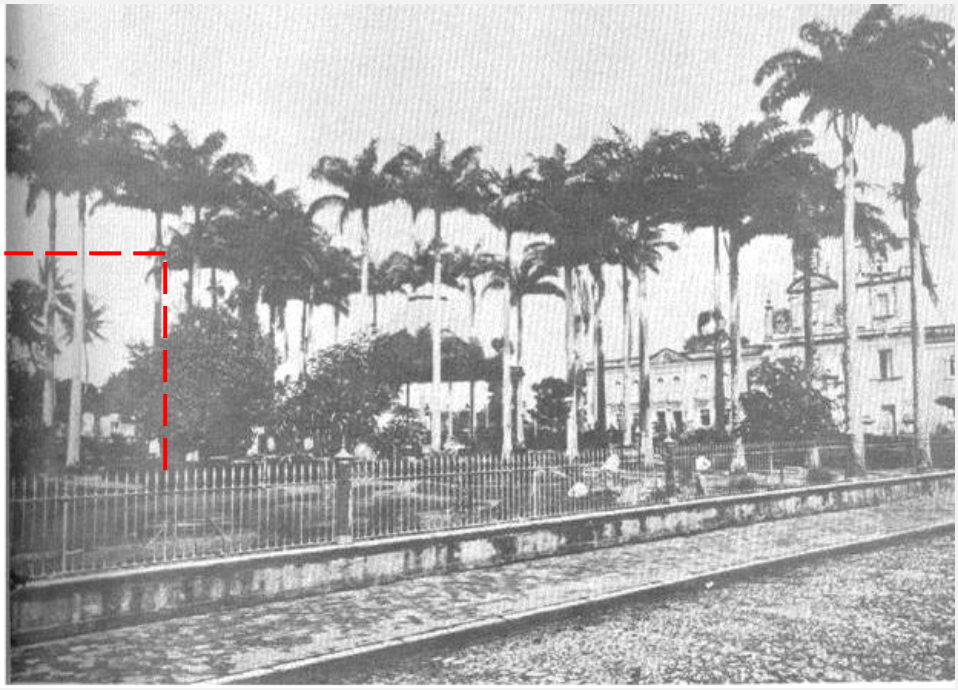


FIGURA 50: Praça Comendador Felizardo ainda sem a Escola Normal
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 51: Praça Comendador Felizardo com a Escola Normal no plano de fundo
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 52: Fachada da Escola Normal
FONTE: Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Setor de Engenharia

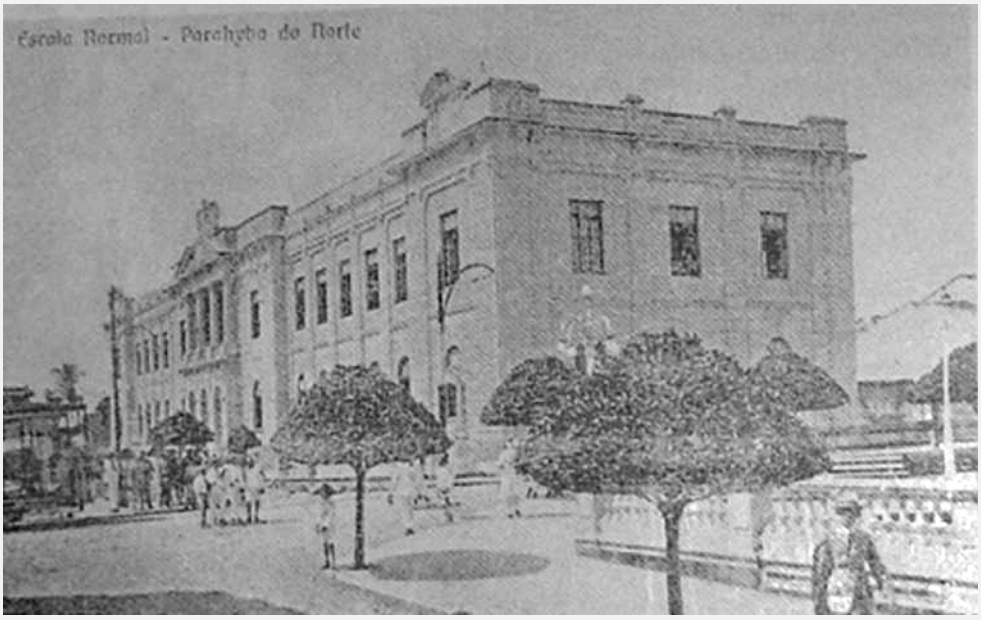


FIGURA 53: Escola Normal
FONTE: Revista Era Nova

Imprensa Oficial

Em frente à Escola Normal, no lado norte da Praça Comendador Felizardo – onde havia uma pequena casa térrea que abrigava a sede da Imprensa Oficial do Estado –, foi erigido outro grande edifício.

O novo prédio, no estilo classicista acadêmico e projetado também por Octavio Freire, era bastante extenso e tinha dois pavimentos. Sua ornamentação foi usada com moderação, concentrando-se principalmente nas janelas do segundo pavimento e na platibanda. Nele foi utilizado um elemento inédito na arquitetura da capital paraibana: uma cúpula de canto neobarroca, encimada por uma águia, principal elemento decorativo da edificação (esta cúpula ruiu e não foi reconstruída).

O presidente estadual Camilo de Holanda referiu-se ao prédio desta maneira: "*salienta-se pelas suas linhas de arte*, *concorrendo para embelezar a praça onde fica situado*" (PARAÍBA, 1920, p 4.).

O impacto do edifício na paisagem foi grande, pois no local onde anteriormente havia uma casa térrea estreita com empena lateral voltada para a Praça Comendador Felizardo, foi erigido um prédio com coroamento horizontal, escala monumental e nova arquitetura. Segundo Joaquim Inácio (1924, p.6), um viajante que esteve na capital em 1924, os edifícios da Imprensa Oficial e Escola Normal "*honrariam qualquer capital*".

FIGURA 54: Local onde foi construída a Imprensa Oficial
FONTE: GERODETTI e CORNEJO, 2004

FIGURA 55: Imprensa Oficial, já sem sua cúpula
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memórias

FIGURA 56: Imprensa Oficial. Fachada Oeste

FIGURA 57: Imprensa Oficial. Fachada leste
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FONTE: RODRIGUES, 1974

Delegacia Fiscal

A Delegacia Fiscal funcionava num antigo prédio construído em 1775, no antigo Largo do Erário (hoje Praça Rio Branco), para a morada dos Capitães-Mores. Era um sobrado com uma grande escadaria dupla, em pedra e ornamentada, que conduzia às entradas do primeiro e segundo andares. Ele devia ser o sobrado mais suntuoso da cidade e foi reconstruído devido a um incêndio criminoso ocorrido em 1916, que o destruiu quase por completo.

Embora tal escadaria tenha sido removida na reconstrução, as paredes externas do prédio foram aproveitadas. No centro da frontaria, colocou-se uma sacada simples no primeiro andar e um frontão encurvado no coroamento dela.

Se compararmos o resultado final da reconstrução com o aspecto do prédio anteriormente, veremos que houve uma perda em qualidade estética. Apesar disso, a nova Delegacia Fiscal, modernizada pelo estilo classicista acadêmico, deu nova aparência ao ponto nodal onde ela estava situada. Sua reinauguração ocorreu em abril de 1920 (Memorial descritivo [...] s.d.).

FIGURA 58: Prédio do Tesouro
FONTE: Revista Era Nova

FIGURA 59: Delegacia Fiscal
FONTE: Acervo pessoal

Prefeitura Municipal

A Prefeitura Municipal da capital da Paraíba funcionava num antigo prédio construído entre 1699 e 1703 (JARDIM, 1889, p.103), situado no antigo Largo do Erário, próximo à Delegacia Fiscal. A edificação originalmente sediava a Casa de Câmara e Cadeia até 1887, quando passou a sediar a prefeitura municipal.

O prédio sofreu algumas adaptações para sua nova função, e no início da década de 1920 uma grande reforma transformou sua antiga fachada em estilo classicista imperial numa em estilo classicista acadêmico.

O volume da edificação foi mantido, assim como a fenestração, mas elementos decorativos, como um frontão ornamentado e colunas, foram acrescentados, mascarando completamente a antiga fachada e dando um aspecto novo à Prefeitura Municipal da cidade que se desejava modernizar.

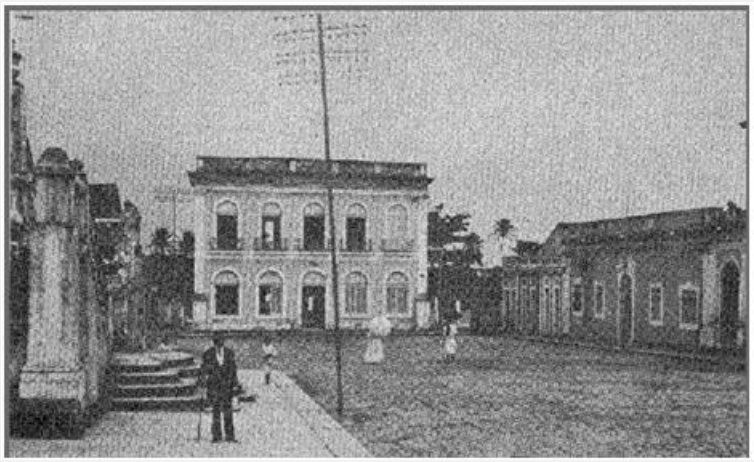


FIGURA 60: Prédio da antiga cadeia
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 61: Prefeitura Municipal
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Correios e Telégrafos

Esta edificação, a que atingiu as maiores dimensões já vistas na Paraíba na década de 1920, foi uma obra do governo federal, da administração do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Segundo RODRIGUES (2000) o prédio foi projetado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em 1920, mas de acordo com MARIZ (1939) seu arquiteto foi o paraibano Clodoaldo Gouveia. Sua construção foi iniciada em 1921 e finalizada cinco anos depois. O prédio foi inaugurado em janeiro de 1927.

O edifício se assemelha a outros do mesmo órgão, construídos naqueles tempos, a exemplo do de Niterói. Em estilo classicista acadêmico, eles exprimiam monumentalidade, e segundo CZAJKOWSKI (2000), constituíam o símbolo do governo naquela época; com grandes dimensões, eles lembravam certos *châteaux* franceses – pesados, sólidos e com extremidades ressaltadas e mais altas.

FIGURA 62: Agência dos Correios de Niterói – RJ
FONTE: INEPAC-RJ

O prédio ocupava todo um quarteirão e tinha três pavimentos, algo sem precedentes na cidade, impressionando pelas suas dimensões (mais de 55 m de frente, quase 50 m de profundidade e quase 20 m de altura). Esse grande volume com arquitetura classicista acadêmica contrastava com as pequenas casas térreas geminadas localizadas nas vizinhanças. As figuras 63 e 64 indicam o local onde o prédio foi construído e as edificações que ele substituiu. Construído na esquina da Rua Beaurepaire Rohan com a Praça Pedro Américo, completava o cenário dessa praça e fechava a perspectiva para quem a ela chegava vindo pela Rua Barão do Triunfo. Era mais um edifício monumental que reforçava a tendência de construir com influência da arquitetura francesa para modernizar a capital paraibana.

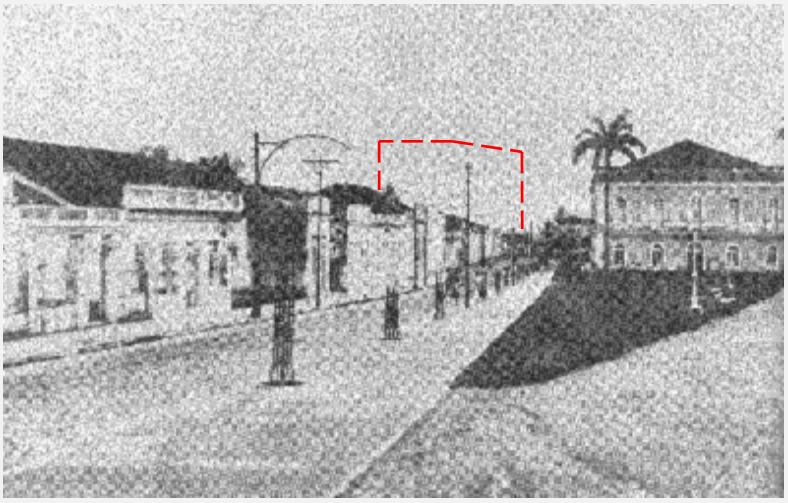


FIGURA 63: Rua do fogo em 1920, ainda sem o prédio dos Correios e Telégrafos
FONTE: RODRIGUES, 1974

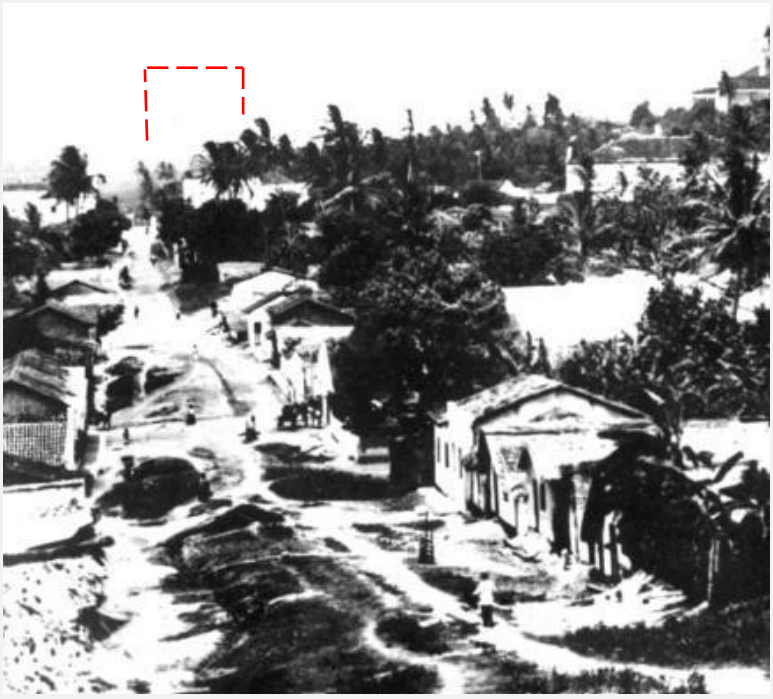


FIGURA 64: Avenida B. Rohan, ainda sem o prédio dos Correios e Telégrafos
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memórias

FIGURA 65: Fachada dos Correios e Telégrafos
FONTE: RODRIGUES, s.d.

FIGURA 66: Prédio dos Correios e Telégrafos durante sua construção
FONTE: Revista Era Nova

FIGURA 67: Correios e Telégrafos
FONTE: Acervo Pessoal

FIGURA 68: Avenida B. Rohan, vendo-se o prédio dos correios no fim da rua
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Pavilhão do Ponto de Cem Réis

O Pavilhão do Ponto de Cem Réis era um elegante abrigo para espera de bondes que continha também uma *bombonière*.[26] Localizava-se no interior da Praça Vidal de Negreiros, (também conhecida por Ponto de Cem Réis), ficando alinhado com a Rua Duque de Caxias. Obra da gestão do prefeito Guedes Pereira, ele foi inaugurado, juntamente com tal praça, em 12 de outubro de 1924.

Era uma construção térrea que apresentava um amplo vazio – interrompido por dois pares de colunas e protegido por uma marquise em material leve – no centro das duas fachadas mais extensas

A criação dessa praça por si só causou um grande impacto na cidade, pois se tratava de um amplo espaço aberto em meio ao casario do período colonial. O pavilhão, construído em estilo classicista acadêmico, veio acentuar a transformação da paisagem daquele local, substituindo uma igreja colonial e casas antigas, o que alterou o percurso da Rua Duque de Caxias.

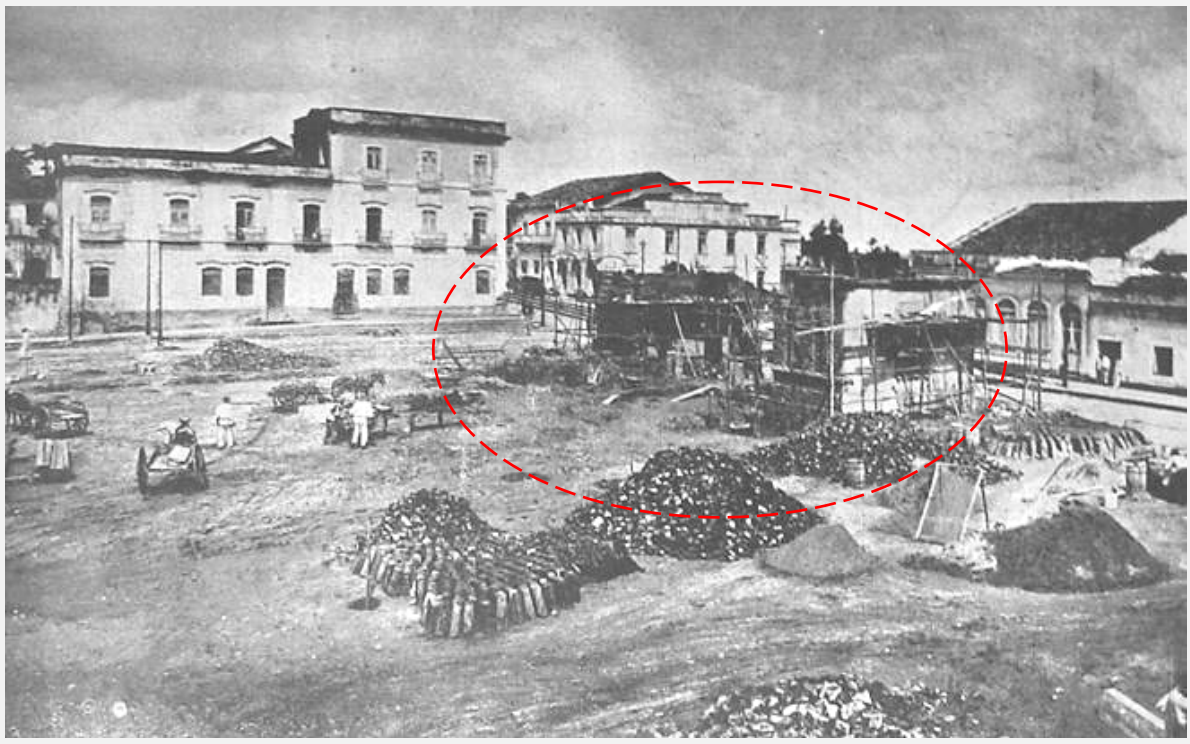


FIGURA 69: Construção do Pavilhão do Ponto de Cem Réis
FONTE: Revista Era nova

[26] Foi demolido na década de 1950

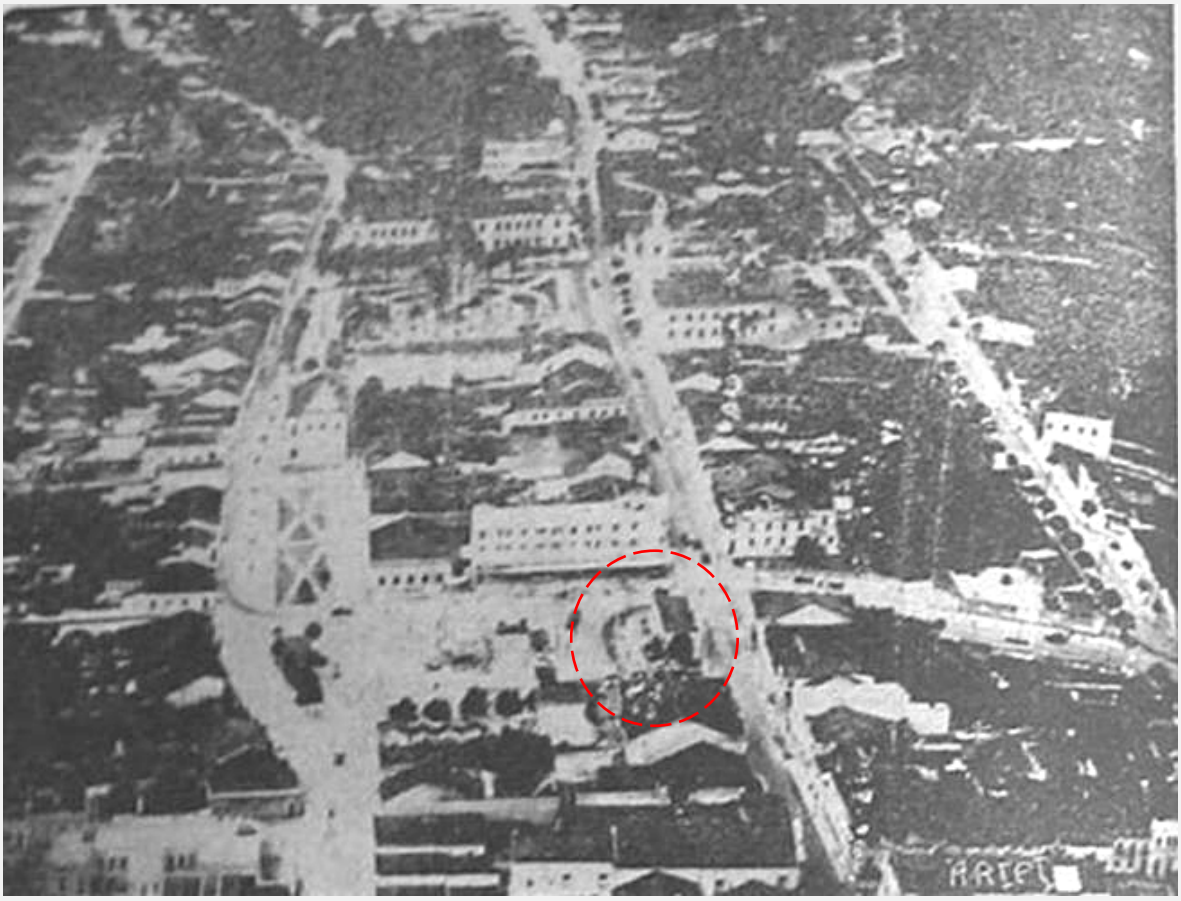


FIGURA 70: Vista aérea do Ponto de Cem réis
FONTE: PARAÍBA, 1932

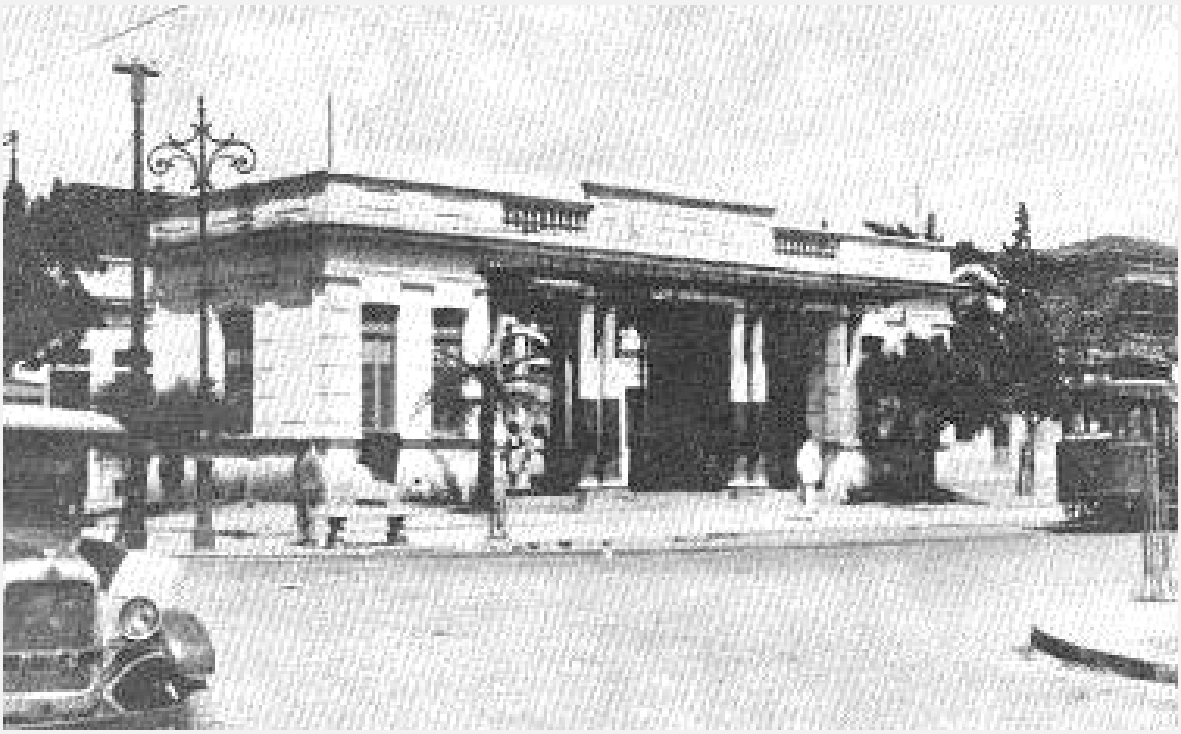


FIGURA 71: Pavilhão do Ponto de Cem Réis
FONTE: RODRIGUES, 1974

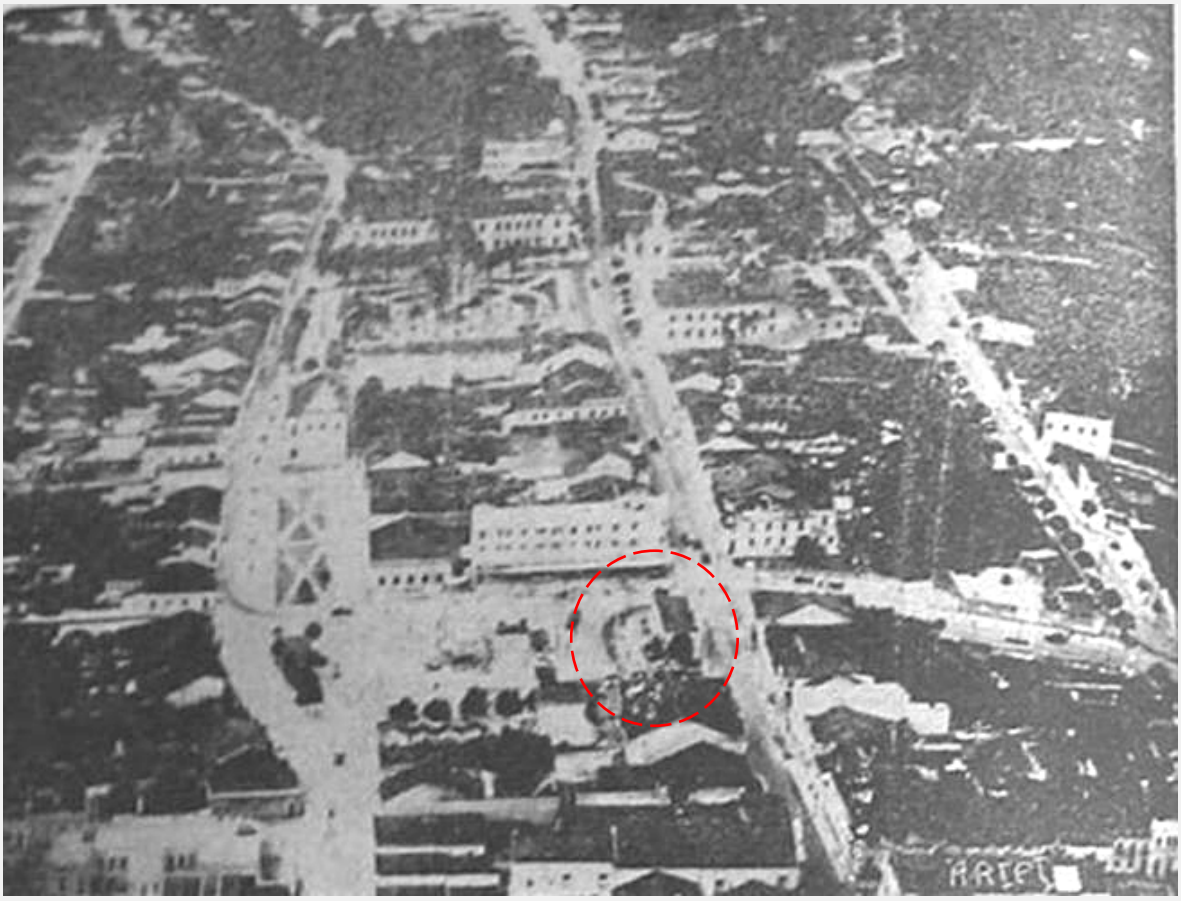


FIGURA 70: Vista aérea do Ponto de Cem réis
FONTE: PARAÍBA, 1932

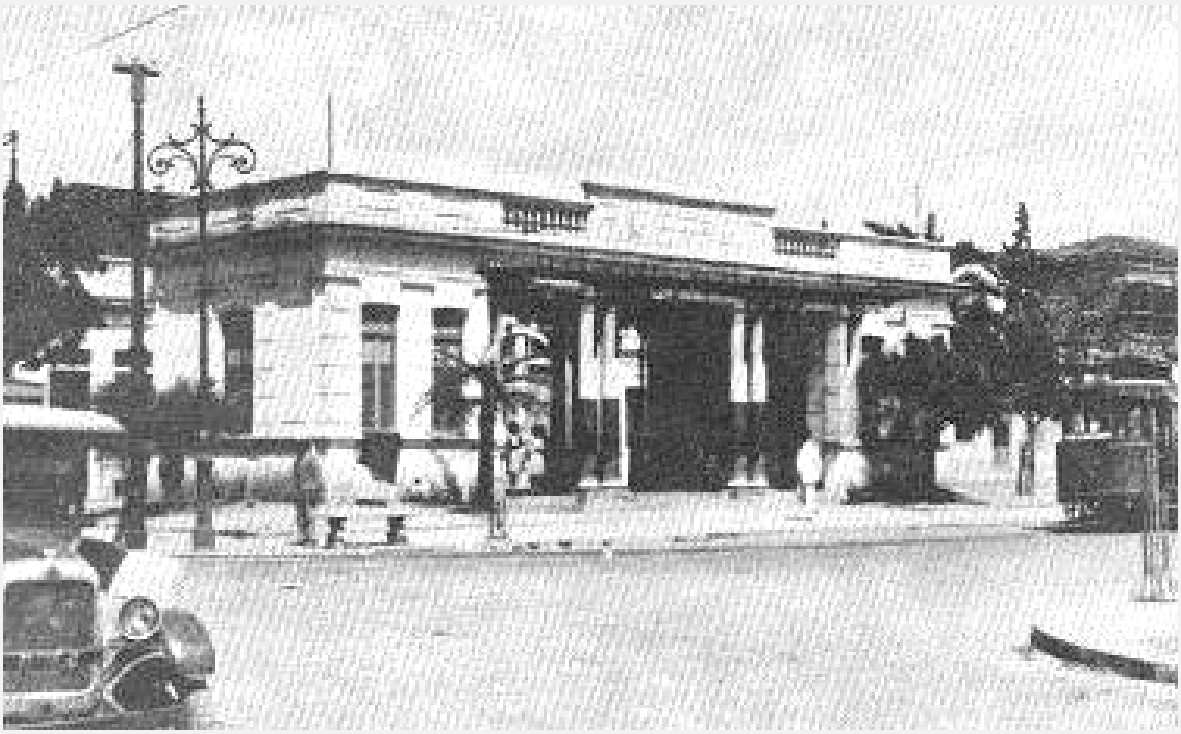


FIGURA 71: Pavilhão do Ponto de Cem Réis
FONTE: RODRIGUES, 1974

Palácio das Secretarias

Durante sua gestão (1928-1930), João Pessoa resolveu adotar o estilo neocolonial, que se encontrava em voga no país, para modernizar a arquitetura da capital. Decidiu que ele seria usado na ampliação do prédio do antigo Tesouro – localizado entre as praças Pedro Américo e Aristides Lobo e construído nos anos 1860 –, que, com dois pisos a mais, passaria a concentrar todos os serviços da fazenda do estado, recebendo, por isso, o nome de Palácio das Secretarias.

O arquiteto carioca Ângelo Bruhns foi convidado para participar do projeto de ampliação e remodelação do prédio – de dois pavimentos e com fachadas em estilo classicista imperial. Porém parece que sua atuação foi como consultor e não como projetista, pois Celso Mariz (1935. p.7), em matéria para o *Annuario da Parahyba* cita como autor do projeto o arquiteto italiano Giovanni Gioia.

O fato é que Ângelo Bruhns esteve na Paraíba em dezembro de 1928, em visita aos conventos de São Francisco e do Carmo, conforme noticiou a imprensa local. Para a Paraíba era de grande importância a participação desse arquiteto de reconhecimento nacional [27] na concepção de uma marcante edificação de sua capital.

FIGURA 72: Instituto de Educação no Rio de Janeiro
FONTE: CZAJKOWSKI, 2000

Bruhns foi o autor da edificação em estilo neocolonial considerada mais importante do Rio de Janeiro, a Escola Normal, hoje Instituto de Educação, construída entre os anos de 1926 e1930, com fachada simétrica e monumental inspirada em igrejas nordestinas do período colonial.

Além do seu estilo inovador, dava importância arquitetônica ao Palácio das Secretarias sua altura de quatro pavimentos, que fazia dele o prédio mais alto da cidade na época de sua inauguração (07/03/1931). Ele modificou substancialmente a paisagem das praças Pedro Américo e Aristides Lobo e da Avenida Guedes Pereira, introduzindo nela uma imponente edificação vertical e em estilo atualizado, condizente com o remodelamento pelo qual a capital passava.

[27] Ângelo Bruhns trabalhou com Lúcio Costa e outros arquitetos numa pesquisa sobre arquitetura colonial brasileira em Minas Gerais no ano de 1924, o que justifica sua produção arquitetônica ligada ao neocolonial; foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), nos anos de 1932 e 1933.

FIGURA 73: Avenida Guedes Pereira em 1931
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 74: Antigo prédio do Tesouro
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de Memórias

FIGURA 75: Palácio das Secretarias
FONTE: PARAÍBA, 1932

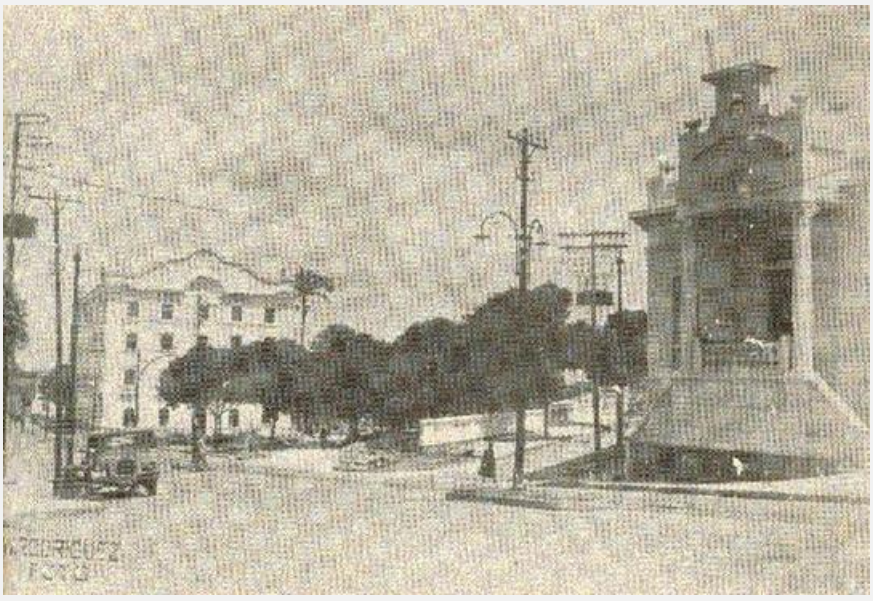


FIGURA 76: Avenida Guedes Pereira em 1931
FONTE: RODRIGUES, 1974

Liceu Paraibano

O presidente João Pessoa foi o responsável pela última grande intervenção realizada nas edificações que faziam parte do antigo conjunto jesuíta, localizado na Praça Comendador Felizardo. Como vimos atrás, entre 1914 e 1917 uma grande reforma dera ao Palácio do Governo fachadas em estilo neobarroco.

A Igreja da Conceição, inserida entre o Liceu e o Palácio do Governo, foi demolida (com exceção de sua torre), o que separou visualmente os dois edifícios. Quanto ao Liceu, ele incorporou a torre preservada (que tornou-se um marco da paisagem local) e foi ampliado em direção aos fundos, e seu exterior, afiliado ao classicismo imperial, foi remodelado, sendo vestido com o estilo neocolonial. O projeto da reforma teve por autor o arquiteto Clodoaldo Gouveia.

O Liceu Paraibano, com seu estilo novo, concluiu a transformação da paisagem do ponto nodal onde estava situado, pois era o elemento que faltava para completar a mudança de aparência da Praça Comendador Felizardo.

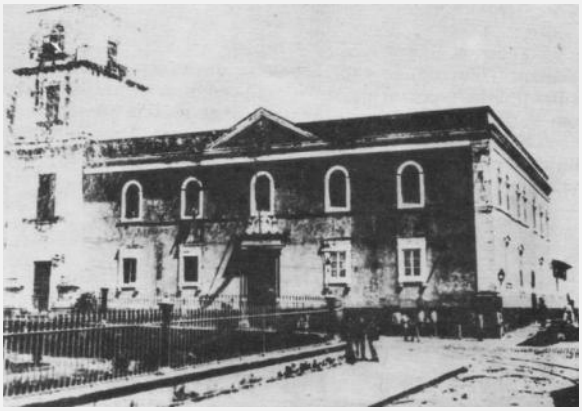


FIGURA 77: Liceu paraibano antes
FONTE: MELO, 1990

FIGURA 78: Liceu paraibano depois da reforma
FONTE: Acervo Pessoal

Quartel de polícia

Este edifício resultou da reconstrução do antigo Quartel de Linha e Enfermaria Militar, construído entre 1854 e 1857 (JARDIM, 1889, P.106), com dois pavimentos e em estilo classicista imperial. Em 1931, as ruas Padre Azevedo e Sá Andrade[28] foram alargadas, o que gerou terreno disponível para a ampliação dessa edificação, que tornara-se pequena para as

[28] Decreto 127 do ano de 1931

funções que desempenhava.

Reformado por Giovanni Gioia (MARIZ, 1935, p.7), o prédio ganhou mais um pavimento e seu exterior foi completamente modificado, o que fez dele um volume robusto, de faces decoradas com faixas verticais escalonadas, características do Art Déco. Sua inauguração aconteceu em março de 1932.

Ele completava a modernização do cenário do importante ponto nodal formado pela Praça Pedro Américo, que tinha sido iniciada com o prédio dos Correios e reforçada pelo Palácio das Secretarias. Com ele esta praça tornava-se a única da cidade a ter três edifícios governamentais com três ou mais pavimentos.

FIGURA 79: Prédios do tesouro e quartel (em segundo plano) em 1916
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

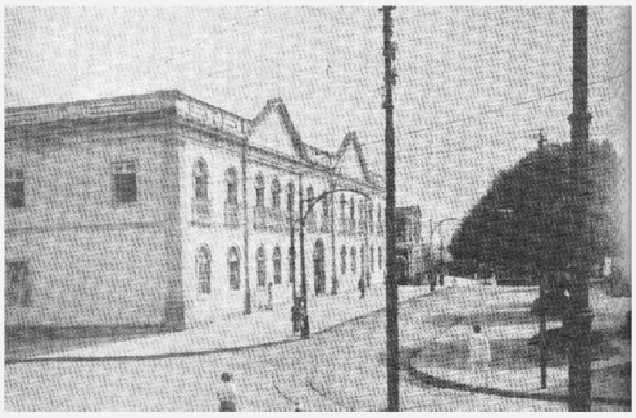


FIGURA 80: Quartel de Polícia antes da reforma
FONTE: RODRIGUES, 1974

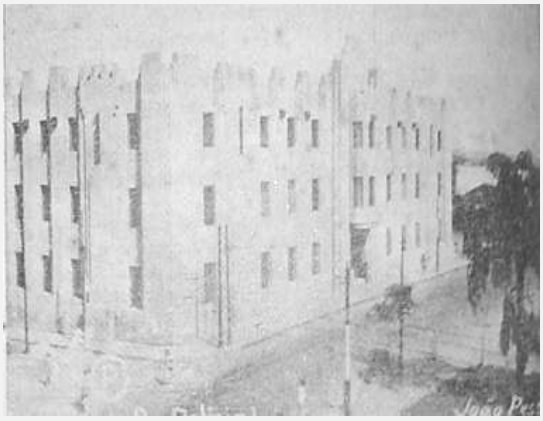


FIGURA 81: Quartel de Polícia depois da reforma
FONTE: PARAÍBA, 1932

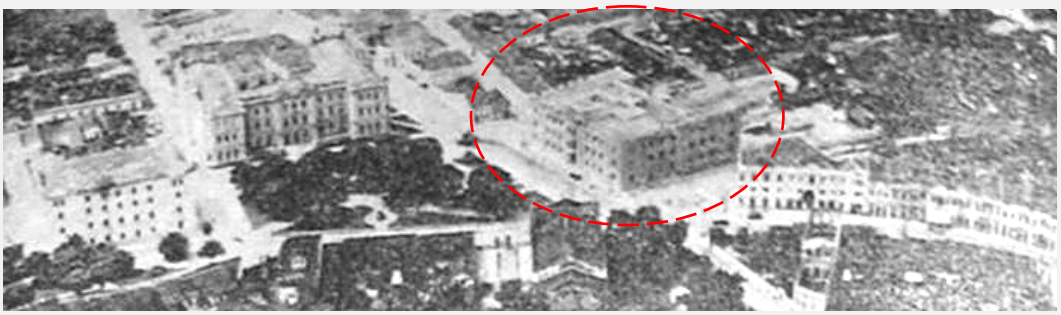


FIGURA 82: Fotografia aérea da Praça Pedro Américo
FONTE: PARAÍBA, 1932

Paraíba Hotel

No lado sul da Praça Vidal de Negreiros, foi construído, por iniciativa do Presidente João Pessoa, o elegante prédio do Paraíba Hotel, projeto do arquiteto Clodoaldo Gouveia. O novo equipamento urbano ficou pronto no ano de 1932 e impactava fortemente na paisagem desse novo logradouro.

Sua contribuição paisagística estava no seu estilo *Art Déco* (recentemente introduzido na cidade) e nas suas grandes dimensões: ele tinha três pavimentos e ocupava quase todo o lado da praça acima referido. Ele substituiu um velho sobrado que exibia a particularidade de ter duas alturas diferentes: três pavimentos num trecho menor e dois no trecho restante.

Sua fachada deixava claro que se planejava uma ampliação do prédio na direção leste, levando-o até a esquina da quadra, razão pela qual ela não ficou simétrica, o que só ocorreria quando tal ampliação se realizasse.

Reforçava seu impacto na paisagem sua localização estratégica, num ponto nodal situado no cruzamento dos dois principais percursos da cidade: o coincidente com a Rua Duque de Caxias e o que se estendia da Rua Barão de Triunfo à Rua Padre Meira.

FIGURA 83: Antigos sobrados que deram lugar ao Paraíba Hotel.
FONTE: Revista Era Nova

FIGURA 84: Hotel Paraíba.
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

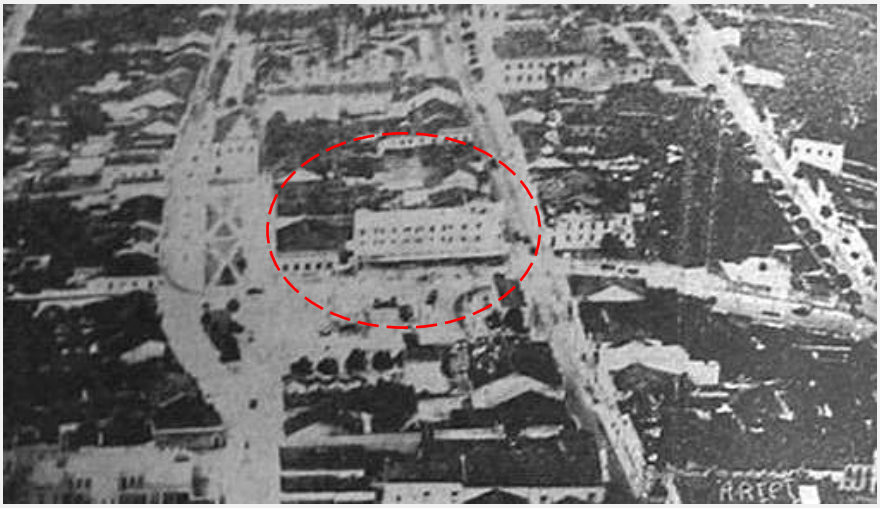


FIGURA 85: Fotografia aérea, vendo-se e Paraíba Hotel
FONTE: PARAÍBA, 1932

Secretaria da Fazenda

A arquitetura modernista chegou à capital paraibana por intermédio do governo do estado, através de uma edificação projetada e executada pelo Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP). Tratava-se do prédio da Secretaria da Fazenda (Secretaria de Finanças, na atualidade), inaugurado em 25/04/1935, que passaria a sediar, numa única construção, duas repartições que se encontravam instaladas em edificações das proximidades: a Recebedoria de Rendas e a Secretaria da Fazenda do Estado.

O terreno onde ele foi construído era triangular e situava-se na esquina formada pelas ruas Gama e Melo e Cardoso Vieira. Nele havia uma edificação térrea que abrigava quatro açougues.

O prédio, que acompanhava a forma do terreno, foi construído em concreto armado e tinha cinco pavimentos, servidos por elevador. Sua altura chegava a vinte e cinco metros. Diferentemente das edificações publicas existentes na capital paraibana, ele tinha as paredes lisas, sem ornamentação, em consonância com a linguagem que ele seguia.

Era um edifício que destacava-se por sua modernidade e seguia os últimos avanços da arquitetura européia. Segundo Argemiro de Figueiredo (PARAÍBA, 1935, p. 34): "*O edifício da Secretaria da Fazenda é um índice bem acentuado de progresso e certamente introduziu entre nós a verdadeira arquitetura moderna.*" Ao ser inaugurado, ele incorporou-se ao reduzido conjunto dos prédios modernistas então existentes no Brasil. Ele era então o prédio mais alto e moderno da capital paraibana.

Sua relevância no que diz respeito ao impacto causado na paisagem deriva da sua altura

inusitada para a cidade e da nova linguagem arquitetônica que ele introduziu nela: o modernismo.

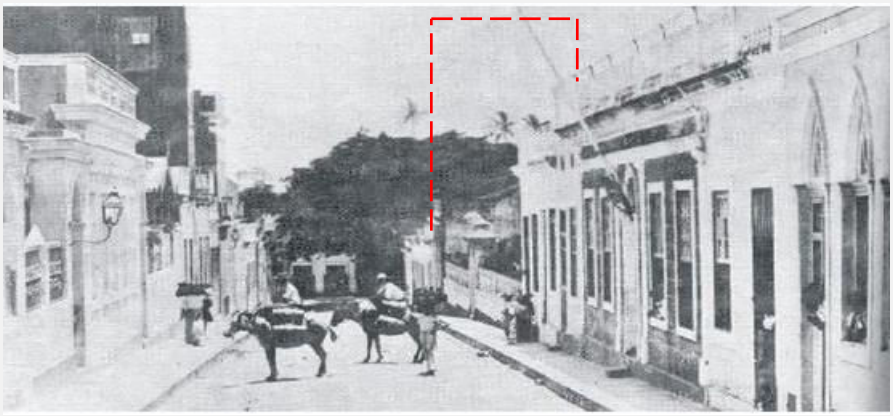


FIGURA 86: Rua Gama e Melo antes do seu alargamento
FONTE: RODRIGUES, 1974

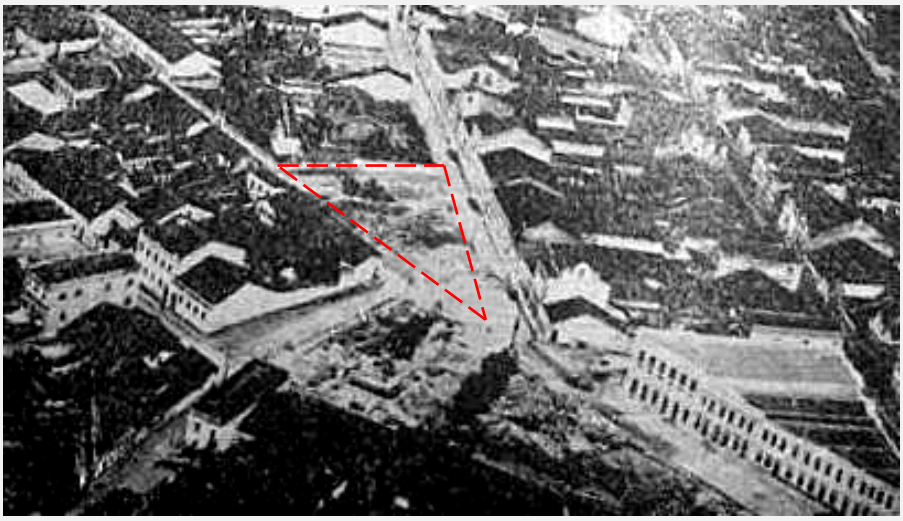


FIGURA 87: Terreno onde foi construída a Secretaria da Fazenda
FONTE: PARAÍBA, 1932

FIGURA 88: Vista posterior da Secretaria da Fazenda
FONTE: PARAÍBA, 1938

FIGURA 89: Vista frontal da Secretaria da Fazenda
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Caixa Central de Crédito Agrícola

Ainda na década de 1930, alguns anos depois da cirurgia urbana empreendida por João Pessoa no Varadouro, foi construído – num terreno gerado por tal intervenção e situado na esquina das ruas Cardoso Vieira e Visconde de Inhaúma – um prédio para sediar a Caixa Central de Crédito Agrícola.

Marcante e em estilo moderno, ele foi edificado, com três pavimentos, em terreno triangular, após a construção da Secretaria da Fazenda, localizada a curta distância. Seu exterior repetia a mesma fórmula compositiva usada neste edifício. A semelhança entre os dois fica evidente na forma triangular de suas plantas, nas suas varandas arredondadas e nas divisões horizontais de separação dos pavimentos.

O edifício acrescentou uma segunda construção modernista ao cenário refeito e modernizado do ponto nodal centrado na Praça Antenor Navarro.

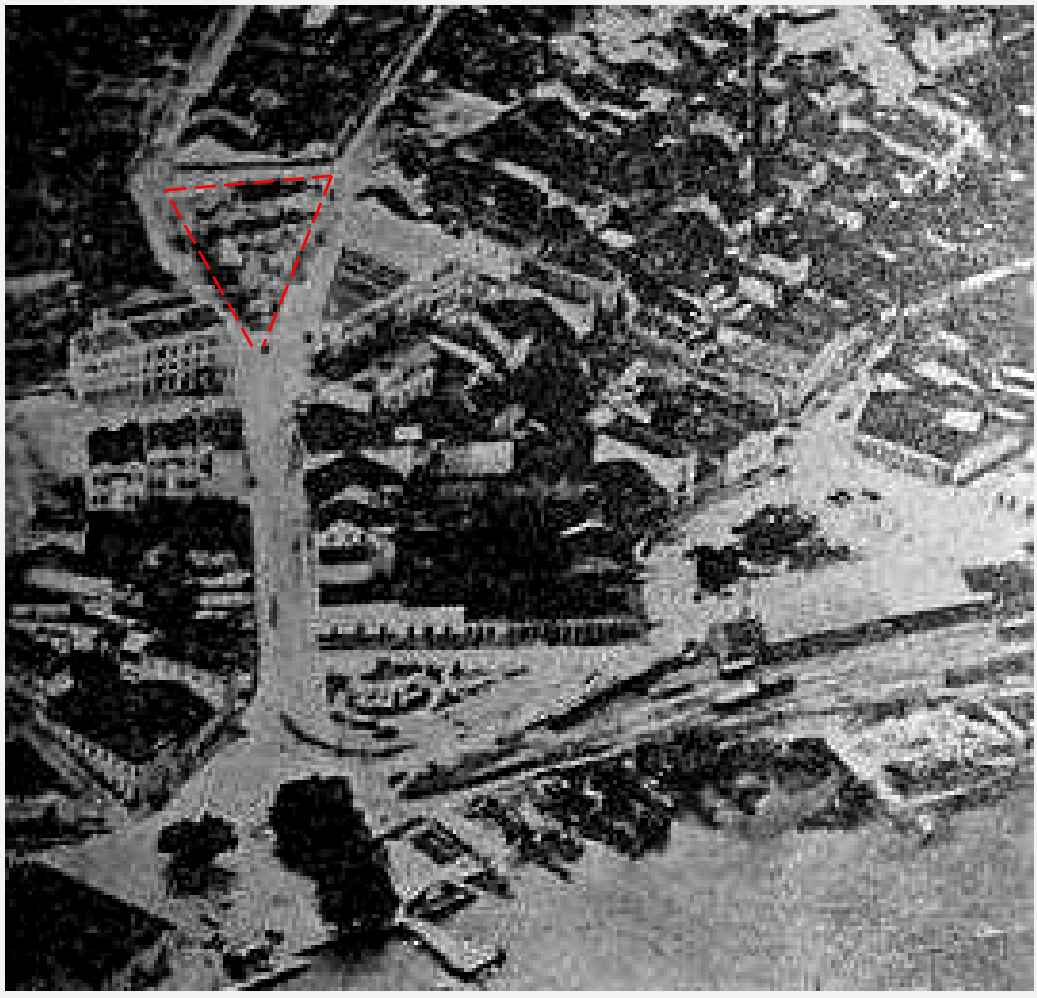


FIGURA 90: Vista aérea do terreno da Caixa Central de Crédito Agrícola
FONTE: PARAÌBA, 1932

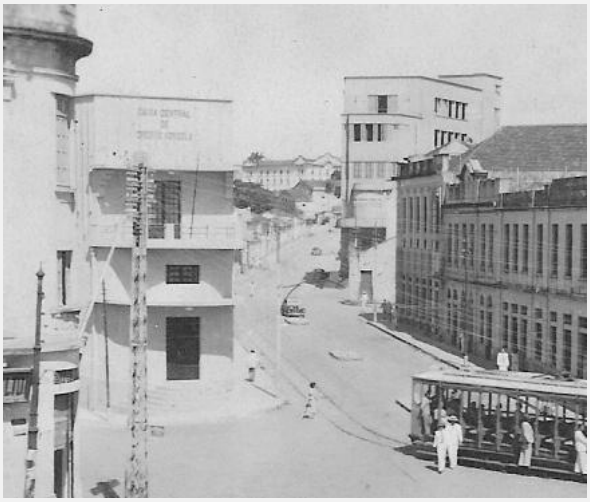


FIGURA 91: Caixa Central de Crédito Agrícola e S. da Fazenda em segundo plano
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 92: Caixa Central de Crédito Agrícola
FONTE: Panfleto do Cartório Toscano de Brito

A Rádio Tabajara

Argemiro de Figueiredo construiu um prédio para a sede da rádio do estado, a Rádio Tabajara, que começou a funcionar em janeiro de 1937. Localizava-se na esquina das ruas da Palmeira e Marechal Almeida Barreto, no lugar onde existira uma residência térrea do século XIX, que fora demolida para o alargamento da primeira rua.

Era um prédio elegante, em linguagem modernista, de dois pavimentos e com entrada principal na esquina[29]. A estação da emissora foi igualmente construída nessa linguagem, mas nos arredores da cidade, em local distante da área aqui estudada.

Essas edificações evidenciavam a nova tendência estilística do D.V.O.P. na arquitetura produzida pelo órgão.

Apesar de sua modernidade e de sua boa qualidade arquitetônica, o prédio da Rádio Tabajara deu uma contribuição pontual à modificação da paisagem das ruas onde ele foi erguido.

[29] Ele já foi demolido.

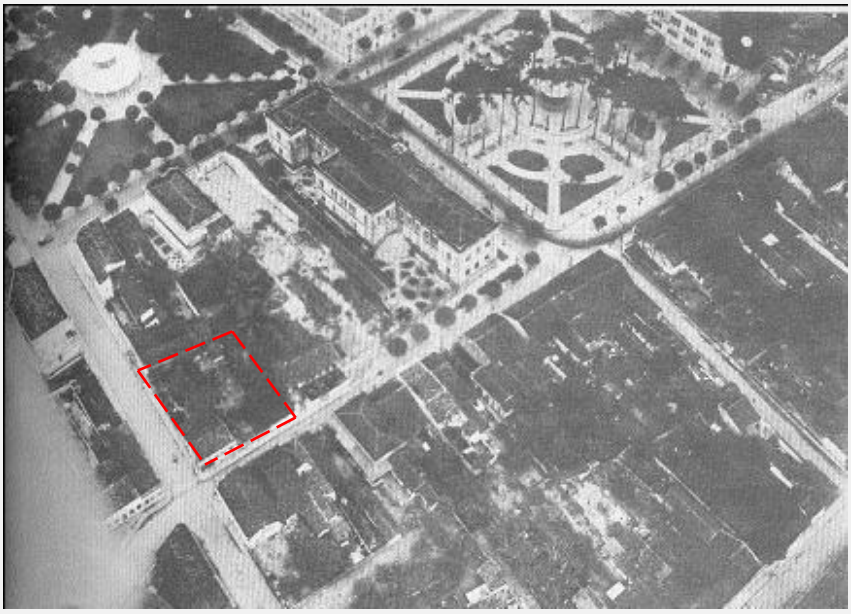


FIGURA 93: Local onde foi construída a Rádio Tabajara.
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 94: Alargamento da Rua da Palmeira, onde foi construída a Rádio Tabajara
FONTE: PARAÍBA, 1938

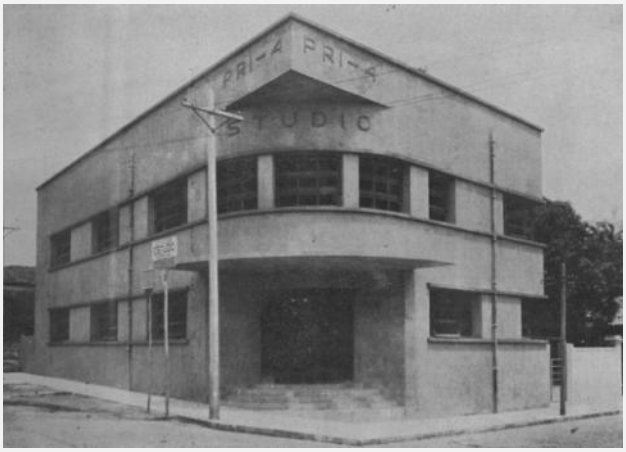


FIGURA 95: Radio Tabajara e estação da Rádio
FONTE: PARAÍBA, 1938

FIGURA 96: Estação da Rádio Tabajara
FONTE: PARAÍBA, 1938

Escritório e subestação da Central Elétrica da Paraíba

Como parte da ampliação dos serviços elétricos da capital, realizada por Argemiro de Figueiredo, construiu-se na esquina das avenidas Guedes Pereira e General Osório, o escritório e a subestação da Central Elétrica, localizada nos arredores da cidade.[30]

O prédio do escritório tinha dois pavimentos e acompanhava a forma irregular do terreno; sua fachada, simples, era isenta de ornamentação, sendo animada esteticamente por faixas verticais que separavam as prumadas de aberturas da edificação. A subestação era um pequeno anexo com apenas um pavimento e também apresentava fachada simples. Ambos os edifícios afiliavam-se à linguagem modernista.

Construídos num terreno onde anteriormente existia uma residência térrea, esses prédios contíguos contribuíram para a modificação paisagística do ponto nodal secundário onde eles se situavam, que havia sido iniciada, em meados dos anos 1910, pelo Grupo Escolar Thomas Mindelo, do qual falamos atrás.

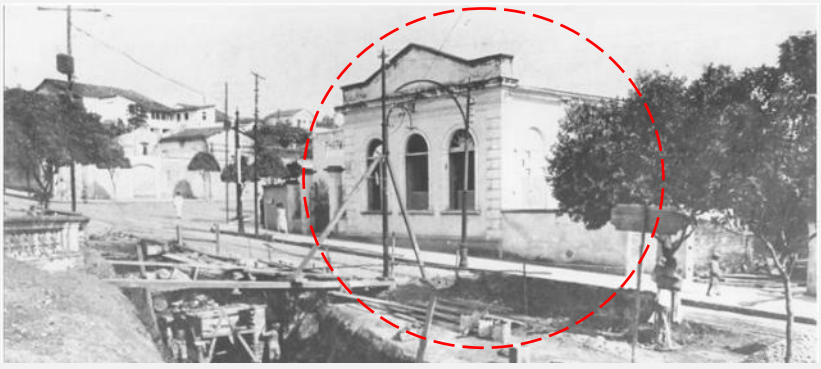


FIGURA 97: Local onde foi construído o Escritório da Central Elétrica
Fonte: PARAÍBA, 1938

FIGURA 98: Escritório da Central Elétrica
Fonte: PARAÍBA, 1938

[30] Esses dois serviços funcionavam numa antiga fábrica de tecidos situada no vizinho município de Santa Rita e no prédio da extinta ETFL, na Cruz do Peixe.

FIGURA 99: Escritório da Central Elétrica e a Avenida Guedes Pereira
Fonte: PARAÍBA, 1938

Hospital de Pronto Socorro

No início da década de 1930, um prédio para o Hospital de Pronto Socorro foi edificado na área central da capital paraibana, na esquina das ruas Visconde de Pelotas e Miguel Couto.

Bastante simples, em linguagem modernista, inicialmente foi construído com apenas um pavimento, mas com estrutura que permitia uma posterior ampliação vertical. A ampliação foi projetada no final da década de 1930, por George Munier (PARAÍBA, 1936), arquiteto francês então atuante no Recife.

Com ajuda do governo do estado, a prefeitura municipal foi responsável por sua ampliação, quando o pequeno prédio ganhou mais um pavimento (MANAÍRA, 1940).[31]

Sua importância para a paisagem urbana local residia no fato de que ele reforçava a presença da linguagem modernista no cenário arquitetônico da cidade, em processo de transformação.

[31] O prédio já foi demolido.

FIGURA 100: Hospital de Pronto Socorro antes da ampliação
FONTE: PARAÍBA, 1938

FIGURA 101: Hospital de Pronto Socorro depois da ampliação
FONTE: Revista Era Nova

Capitania dos Portos

O antigo prédio da Capitania dos Portos funcionava desde 1863 nas proximidades do porto, em frente à Praça XV de Novembro (antiga Praça de Pedro II). Era pequeno e inapropriado para desempenhar sua função; ademais o local onde se situava sofria constantes alagamentos.

Somente no final dos anos 1930, a sede da Capitania dos Portos foi transferida dali para a Rua Barão do Triunfo, onde ainda existiam terrenos desocupados, remanescentes do alargamento da rua no inicio da década, realizado pelo presidente João Pessoa.

A nova sede foi edificada em terreno amplo, composto por vários lotes, onde foi possível construir um edifício grande e moderno.

O projeto da edificação foi concebido por Hermenegildo di Lascio e sua construção foi executada pela firma construtora do mesmo arquiteto, tendo sido iniciada em 1939. O prédio tinha dois pavimentos e sua fachada trazia elementos que faziam alusão à arquitetura náutica, para lembrar a função dele, tais como as janelas redondas, à maneira de escotilhas, e o terraço no pavimento superior.

No exterior, o prédio misturava a linguagem modernista com alguns traços do estilo Art Déco. Ele diferia da arquitetura da cidade, e causava impacto nela, por lembrar um navio. Sua contribuição paisagística foi reforçar a remodelação arquitetônica do lado sul da Rua Barão do Triunfo, iniciada no princípio dos anos 1930.

Pouco antes do início de sua construção, a imprensa local dizia que o edifício colocava-se "*a par do movimento de renovação que está experimentando nossa metrópole"*. (ILUSTRAÇÃO, 1939).

FIGURA 102: Local onde foi construída a Capitania dos Portos.
FONTE: ILUSTRAÇÃO, 1936.

FIGURA 103: Fachada frontal da Capitania dos Portos
FONTE: PARAÍBA, 1940.

FIGURA 104: Fachada lateral da Capitania dos Portos
FONTE: Arquivo Capitania dos Portos / PB

FIGURA 105: Capitania dos Portos
FONTE: MANAÍRA, 1940

FIGURA 106: Rua Barão do Triunfo, vendo-se os a capitania dos portos
FONTE: ILUSTRAÇÃO, 1944

4.2. AS EDIFICAÇÕES DO SETOR PRIVADO

Semelhantemente aos prédios atrás comentados, essas edificações distinguiam-se nitidamente da arquitetura produzida na cidade antes de 1910.

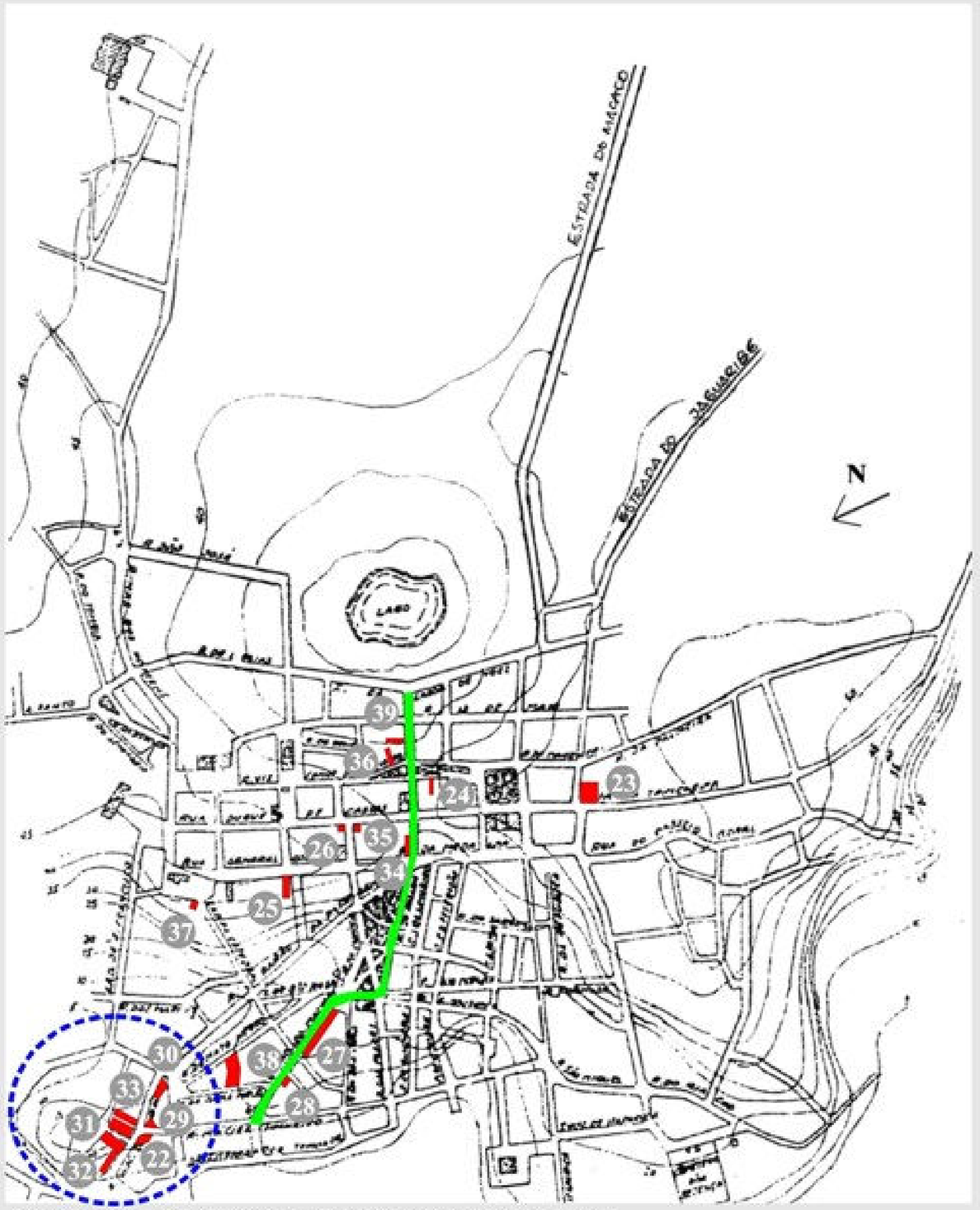
Um aspecto curioso delas é o fato de entre elas estarem cinco conjuntos de prédios contíguos assemelhados, cada um constituindo uma longa construção de dois pavimentos e função comercial, com fachada alongada e modulada, afiliada ao classicismo austero republicano ou ao estilo *Art Déco*. Quatro deles derivaram da execução de operações de cirurgia: o alargamento de duas ruas, o prolongamento de uma outra e a abertura de uma praça.

As outras edificações que integram o segmento arquitetônico em pauta são três igrejas, duas fábricas, dois prédios de associações, dois cinemas, dois estabelecimentos bancários, uma escola e um clube social. Seis estilos arquitetônicos faziam-se presentes nesse conjunto de treze edifícios. Três seguiam a linguagem do classicismo acadêmico; um, o classicismo despojado republicano, quatro, o estilo Art Déco; um, o estilo neo-egípcio; um a linguagem classicista-modernista e três exibiam fisionomia eclética. Eles eram heterogêneos também no que respeita às suas dimensões.

Os elementos da paisagem mais afetados pelos dois grupos de edificações foram um importante ponto nodal da zona comercial (o entroncamento das ruas Maciel Pinheiro e Visconde de Inhaúma) e o principal percurso leste-oeste da cidade, compreendido entre o extremo ocidental da Rua Barão de Triunfo e o extremo oriental da Rua Padre Meira (Fig. 107).

Tal ponto nodal foi fortalecido em 1930 pela incorporação de uma praça que foi aberta ao lado dele (a do Varadouro, hoje Antenor Navarro, cuja criação exigiu a demolição de vários prédios) e pela ligação dele à Rua Cardoso Vieira (mais uma operação de cirurgia urbana), o que fez com que mais uma via convergisse para ele. Três dos edifícios mencionados no terceiro parágrafo e três dos conjuntos de prédios contíguos atrás referidos situavam-se nesse ponto nodal ou no seu entorno, o que dá uma idéia da magnitude da transformação estética lá provocada pelas novas edificações públicos e pela cirurgia urbana associada à maioria delas.

O aludido percurso também foi enfatizado e valorizado por intervenções cirúrgicas, dentre as quais merecem destaque a abertura da Praça Vidal de Negreiros – no local onde ele se cruzava com o principal eixo viário da Cidade Alta, a Rua Duque de Caxias – e a criação da Rua Padre Meira, resultante do alargamento e união de dois becos antigos. Nesse percurso estavam dois dos referidos conjuntos de prédios comerciais contíguos e três dos prédios mencionados no terceiro parágrafo.



NOVA ARQUITETURA PÚBLICA DO SETOR PRIVADO DA FASE 2:

22 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
23 - ACADEMIA DE COMÉRCIO EPITÁCIO PESSOA
24 - IGREJA PRESBITERIANA
25 - LOJA MAÇÔNICA
26 - CLUBE DOS DIÁRIOS
27 - CONJ. EDIF. COMERCIAIS NA RUA BARÃO DO TRIUNFO
28 - IMÓVEL DO BANCO DO BRASIL
29 - CONJ. EDIF. COMERCIAIS NO PROLONGAMENTO DA R. GAMA E MELO
30 - FÁBRICA DE CIGARROS POPULAR
31 - CONJ . EDIF. COMERCIAIS NA PRAÇA ANTENOR NAVARRO
32 - CONJ. EDIF. COMERCIAIS NA RUA VISCONDE DE INHAÚMA
33 - FÁBRICA VINHOS TITO SILVA
34 - CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES COMERCIAIS NA AVENIDA GUEDES PEREIRA
35 - CINEMA REX
36 - CINEMA PLAZA
37- CAPELA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS NEVES
38 - AGÊNCIA METROPOLITANA DO BANCO DO BRASIL
39 - IGREJA DAS MERCÊS

PERCURSO LESTE-OESTE

PONTO NODAL NO VARADOURO:

FIGURA 107: Mapa da capital da Paraiba destacando a arquitetura do setor privado
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

Associação Comercial

Em 1917, Camilo de Holanda alargou a encurvada extremidade norte da Rua Maciel Pinheiro, a principal via comercial da cidade, retificando o alinhamento oeste dela. [32] Para isto, seis prédios antigos, localizados próximos da esquina com a Rua Visconde de Inhaúma, foram demolidos. Nos terrenos onde eles se situavam foi construído um prédio para a Associação Comercial.

Projetada por Hermenegildo di Lascio,[33] e inaugurada em 17/07/1919, a Associação Comercial era uma construção monumental e requintada, com fachada no estilo classicista acadêmico, onde se percebiam influências da arquitetura francesa.

O prédio tinha dois pavimentos, o inferior sendo bastante elevado devido ao porão habitável sobre o qual ele se assentava. O plano central da fachada, onde se encontrava o acesso principal, feito através de uma escadaria, era recuado e continha um pórtico, com pilastras colossais e colunas superpostas. As alas das extremidades, bastante salientes, eram coroadas por frontões triangulares, decorados com o capacete de Mercúrio, deus do comércio, e sua platibanda era ricamente decorada.

O edifício causou um grande impacto paisagístico na movimentada Rua Maciel Pinheiro devido à sua escala monumental e seu estilo arquitetônico, então raro na cidade.

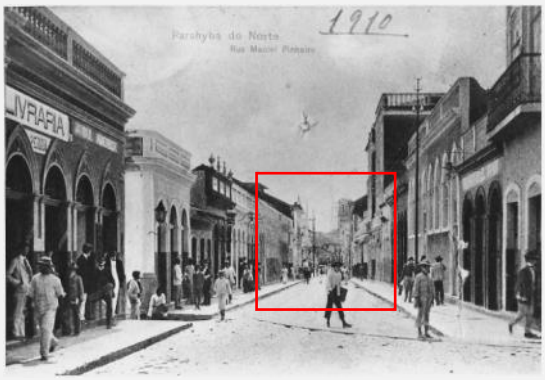


FIGURA 108: Rua Maciel Pinheiro em 1910
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 109: Edificações substituídas pela Associação Comercial
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

[32] Decreto número 16 de 28/2/1917

[33] Italiano, Di Lascio estudou arquitetura na Escola de Belas Artes de Buenos Aires, Argentina. Foi convidado para participar do serviço de planejamento de obras públicas na capital e chegou à Paraíba em 1916.

FIGURA 110: Rua Maciel Pinheiro em 1903, ainda com suas construções antigas
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 111: Rua Maciel Pinheiro e a Associação Comercial
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 112: Rua Maciel Pinheiro em 2004
FONTE: Acervo pessoal

FIGURA 113: Associação Comercial
FONTE: Acervo Pessoal

Academia de Comércio Epitácio Pessoa

Outro exemplar do classicismo acadêmico que merece destaque é a Academia de Comércio Epitácio Pessoa. Foi edificada num lote de esquina, onde em fins do século XIX havia uma casa térrea. Nesse lote estava sendo construído, por volta de 1920, um prédio para sediar o Parahyba Club, que foi adquirido pelo governo estadual, na gestão de Sólon de Lucena, e doado aos comerciários, para abrigar uma escola para preparar empregados do comércio.

Projetada e construída por Hermenegildo di Lascio (em 1921-1922), a Academia de Comércio tinha dois pavimentos e apresentava na esquina uma rotunda recuada (por onde se entrava no edifício) que se prolongava verticalmente numa cúpula pontuda, [34] a segunda construída na capital paraibana (a primeira tinha sido a do prédio da Imprensa Oficial, situada nas proximidades). Tal rotunda interligava dois corpos salientes, cada um contendo no primeiro andar uma ampla janela tripartida, que era o elemento mais marcante do exterior deles.

FIGURA 114: Associação Comercial do Recife, semelhante à Academia de Comércio
FONTE: SILVA, 1987, p. 191

Inaugurada em 7/9/1922, a Academia de Comércio, voltava-se para a Praça Venâncio Neiva, embelezando-a. Sua importância na paisagem devia-se à sua arquitetura modernizada, à sua volumetria destacada e, principalmente, à sua marcante cúpula de canto.

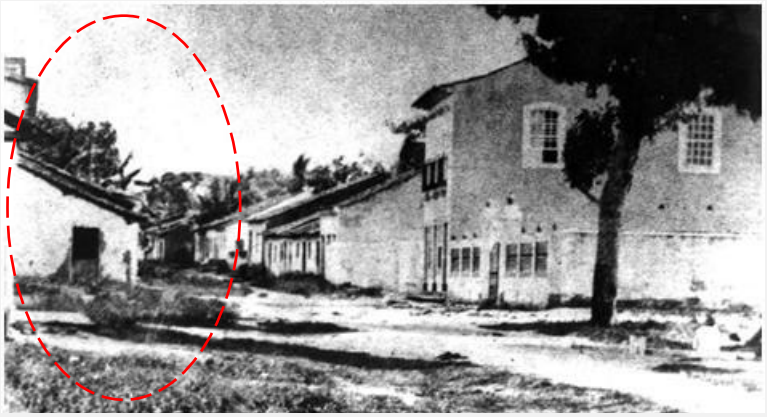


FIGURA 115: Local onde foi construída a Academia de Comércio Ep. Pessoa
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de Memórias

[34] Segundo o arquiteto Mário di Lascio, filho de Hermenegildo di Lascio, a cúpula da Academia de Comércio, foi executada de forma artesanal, com uma estrutura de ripa de madeira forrada pela sua parte inferior, e coberta com uma mistura de pó de pedra, cimento, cal, barro e açúcar preto (que servia de impermeabilizante para a estrutura).

FIGURA 116: Prédio da Academia de Comércio em destaque no panorama da cidade
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 117: Academia de Comércio Epitácio Pessoa
FONTE: PARAÍBA, 1932

Igreja Presbiteriana

Um exemplo interessante de edificação privada em lote estreito que foi modernizada por uma reforma é a Igreja Presbiteriana. Localizava-se no antigo Pátio das Mercês, (atualmente Praça 1817) e originalmente se assemelhava às casas vizinhas.

Sabe-se que sua reforma foi executada no início da década de 1920, pelo construtor Antônio Gama,[35] que utilizou aberturas ogivais mescladas com óculos e outros elementos simbólicos, remodelando completamente a fachada da edificação, que passou a ser exuberante e eclética.

Com sua nova fachada de frontão alto, a Igreja Presbiteriana se destacava na paisagem por muito diferir das acanhadas casas vizinhas que preservavam a arquitetura tradicional luso-portuguesa.

FIGURA 118: Igreja das Mercês e Igreja presbiteriana em 1919
FONTE: STUCKERT, 2004, p. 29

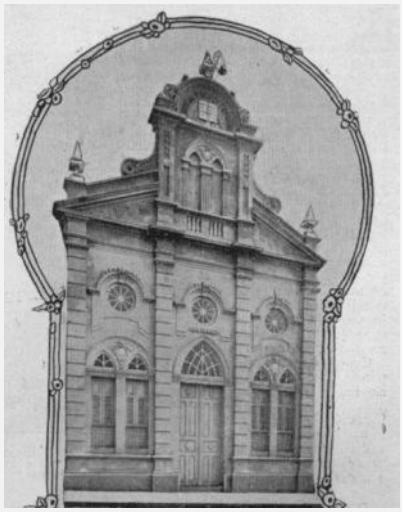


FIGURA 119: Igreja presbiteriana
FONTE: Revista Era Nova

Loja Maçônica

A Loja Maçônica Branca Dias foi instalada num antigo sobrado, estreito e com dois pavimentos, localizado na Avenida General Osório (onde funcionava um colégio), que foi reformado pela firma Cunha e di Lascio,[36] entre 1925 e 1927.

A nova fachada do prédio, em estilo neo-egípcio e mais alta que a primitiva, recebeu uma grande carga de elementos alegóricos que lembravam a comunidade dos maçons, como o

[35] A Revista Era Nova de 1924 traz a informação de que a edificação tinha sido recentemente remodelada.
[36] Construtora paraibana fundada em 1917, de propriedade do arquiteto Hermenegildo di Lascio e seu sócio.

esquadro, o compasso, a letra G, o olho de Deus, colunas em forma de papiros e esfinges.[37]

A Loja Maçônica foi inaugurada em 30/05/1927 e se destacava na paisagem por ser um sobrado com arquitetura exótica, inserido em meio ao casario térreo da Avenida General Osório. Outro fator de impacto gerado pela edificação é que ela fechava a perspectiva de uma travessa estreita (Rua Brás Florentino), que ligava a Praça Rio Branco a essa avenida.

FIGURA 120: Residência Carioca neo-egípcia
FONTE: CZAJKOWSKI 2000, p. 64

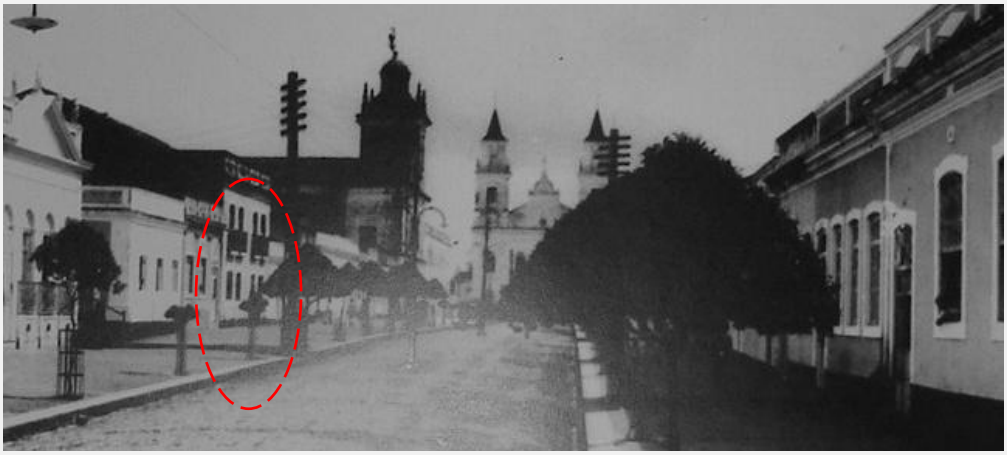


FIGURA 121: Rua General Osório, mostrando prédio que precedeu a Loja Maçônica
FONTE: João Pessoa, álbum de Memórias

FIGURA 122: Rua General Osório, mostrando a Loja Maçônica
FONTE: João Pessoa, álbum de Memórias

[37] Essa ornamentação assemelhava-se àquela de a um sobrado neo-egípcio do Rio de Janeiro que foi catalogado por CZAJKOWSKI (2000).

FIGURA 123: Loja Maçônica
FONTE: Acervo Pessoal

FIGURA 124: Detalhe da Loja maçônica
FONTE: Acervo Pessoal

Clube dos Diários

Na esquina das ruas Duque de Caxias e Peregrino de Carvalho, remodelou-se, em data que não conseguimos precisar (mas anterior a 1931, como revela uma fotografia desse ano), um antigo sobrado de dois pisos, para abrigar a sede do Clube dos Diários.[38] O encontro dessas ruas era um ponto nodal secundário, onde erguia-se um importante marco centenário: a igreja da Misericórdia.

O prédio remodelado, que preservou a volumetria do sobrado primitivo, ganhou novas fachadas, elegantes e no estilo classicista acadêmico. Uma particularidade dele era o fato de que sua entrada se localizava na esquina.

O Clube dos Diários introduziu no ponto nodal onde ele se situava novas fachadas que iniciaram a modernização e o embelezamento dele, processos que mais tarde seriam continuados pelo Cinema Rex.

[38] Posteriormente, o prédio abrigaria a sede do Clube Cabo Branco.

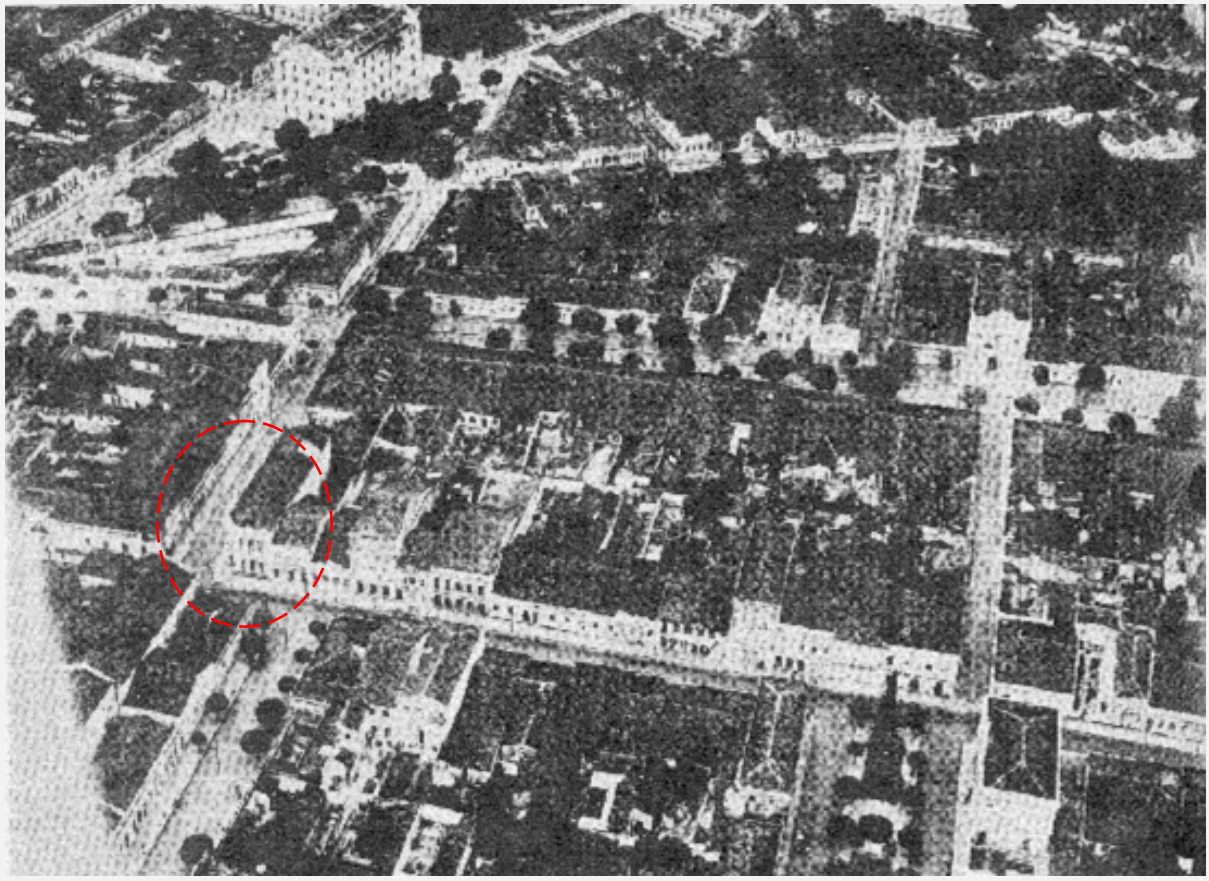


FIGURA 125: Vista aérea da Rua Duque de Caxias em 1931
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 126: Rua Peregrino de Carvalho e construção que precedeu o Clube dos Diários
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 127: Fachada do Clube dos Diários
FONTE: PARAÍBA, 1932

Conjunto de edificações comerciais na Rua Barão do Triunfo

Em 1929, um decreto assinado por João Pessoa [39] determinava o alargamento da Rua Barão do Triunfo e a desapropriação de todos os prédios lindeiros ao lado sul dela bem como de alguns imóveis das ruas Maciel Pinheiro e Desembargador Trindade e da Praça Álvaro Machado.

Com apenas nove metros de largura média e com casario predominantemente térreo, a Rua Barão do Triunfo passaria a ter 20 metros de largura em toda a sua extensão, desde a Praça Álvaro Machado (onde ficava a estação ferroviária) até a Praça Pedro Américo, facilitando o tráfego na Cidade Baixa.

O trecho demolido foi reconstruído ao longo dos anos 1930 e 1940, com edificações públicas, a maioria de função comercial. A primeira e mais destacada dessas foi um extenso conjunto de prédios contíguos que se estendia da Praça Pedro Américo até a antiga Travessa da Boa Vista (hoje Rua Jacinto Cruz).

Suas fachadas trouxeram para a capital da Paraíba um estilo inédito nela, o classicismo despojado republicano, que segundo Sousa era um "classicismo simplificado e com pouca decoração". Com mais de 130 metros de extensão, a edificação continha prédios de dois e três pavimentos, alguns dos quais com fachada em estilo Art Déco.

A edificação impactava na paisagem por sua fisionomia nova, completamente diferente daquelas dos prédios por ela substituídos e dos edifícios do outro lado da rua.

FIGURA 128: Rua Barão do Triunfo – vista oeste-leste
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

FIGURA 129: Rua Barão do Triunfo em 1903 - vista leste-oeste
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

[39] Decreto de número 1618, de 23/12/1929.

FIGURA 130: Rua Barão do Triunfo depois do seu alargamento – vista oeste-leste
FONTE: PARAÍBA, 1932

FIGURA 131: Rua Barão do Triunfo depois do seu alargamento - vista leste-oeste
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

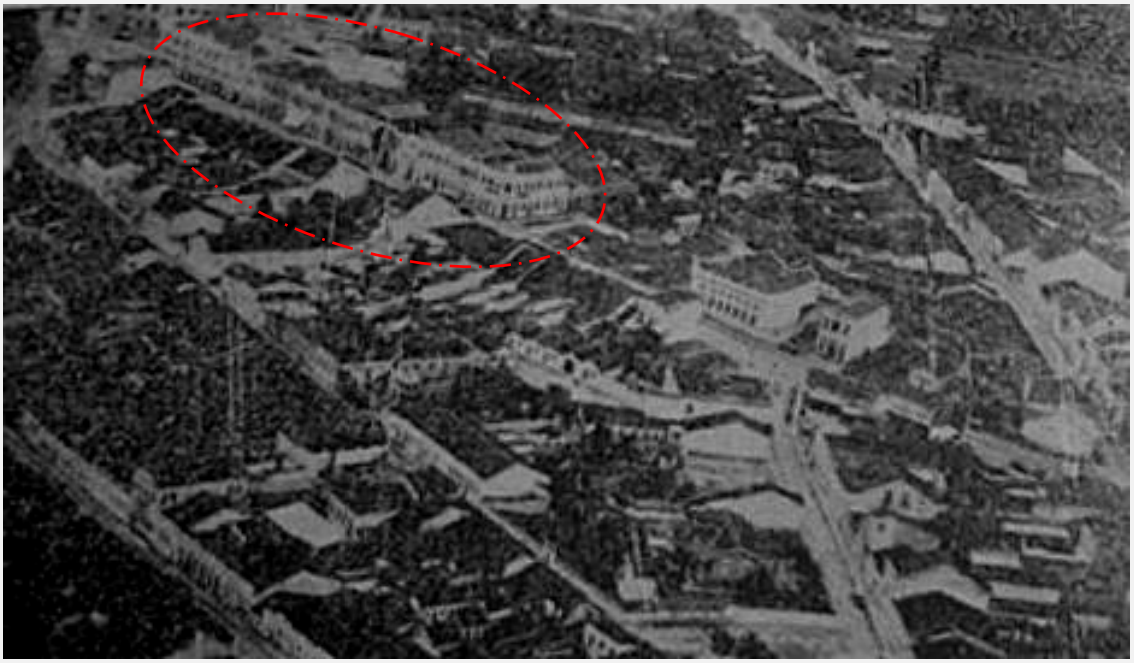


FIGURA 132: Fotografia aérea da Rua Barão do Triunfo e seus novos prédios
FONTE: PARAÍBA, 1932

Imóvel do Banco do Brasil

Neste elegante prédio, onde funcionou a agência local do Banco do Brasil, foi construído na Rua Barão do Triunfo, pouco depois do alargamento desta, realizado em 1930. Tinha apenas um pavimento e localizava-se em terreno de esquina, onde se encontrava sua entrada.

Apesar de seu pequeno porte, esse edifício, em estilo classicista acadêmico, contribuiu não apenas para compor a nova fachada do alinhamento sul de tal rua, mas também para embelezar a perspectiva do extremo sul da Rua Gama e Melo, proporcionando um novo e

agradável fechamento visual para ele.

No início dos anos 1940, o prédio passou a pertencer ao estado, sendo então ampliado com mais um pavimento e garagem subterrânea para sediar o MEP – Montepio dos Funcionários Públicos do Estado da Paraíba. A ampliação realizada "*guardou as linhas clássicas da primitiva construção. O prédio foi recuado cerca de dois metros do nível da rua e teve o aumento de mais um andar, conforme as exigências das posturas municipais*" (RELATÓRIO de 1946, p.17). A reforma não mudou o aspecto geral da edificação, mas deixou-a mais imponente e elegante.

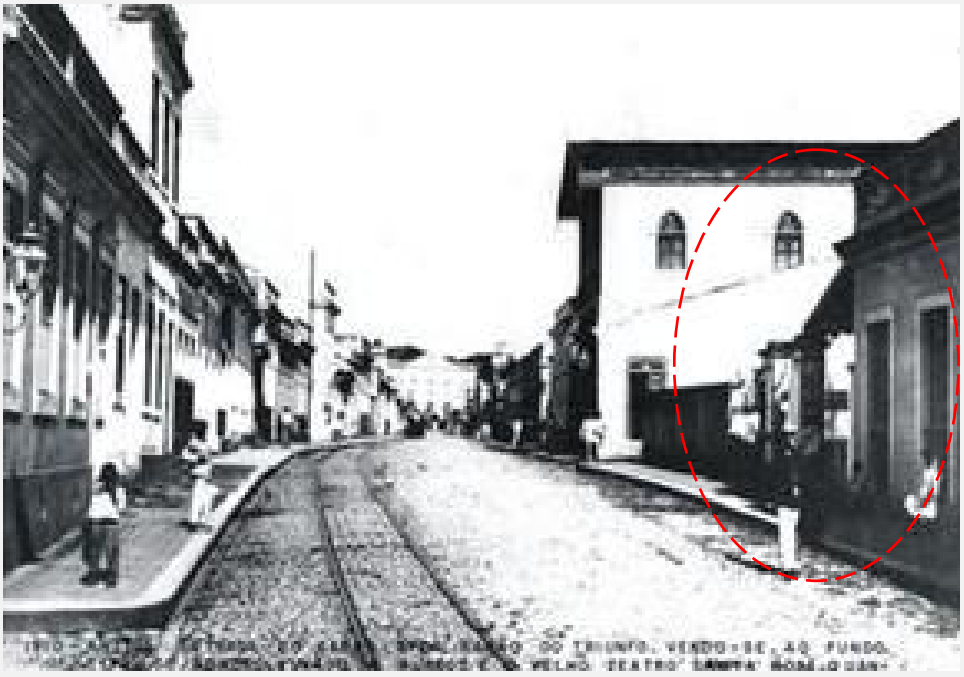


FIGURA 133: Prédio que precedeu o Imóvel do Banco do Brasil
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

FIGURA 134: Imóvel do Banco do Brasil
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 135: Prédio do MEP, depois de sua reforma
FONTE: RELATÓRIO, 1946

Conjunto de edificações comerciais no prolongamento da Rua Gama e Melo

Em 1930, João Pessoa decretou o prolongamento da Rua Gama e Melo[40] através de um antigo quarteirão em forma de V – que seria inteiramente demolido –, transformando-o em duas quadras triangulares (Figura 136).

Numa dessas quadras, a que era lindeira à Rua Maciel Pinheiro (via que foi alargada ao longo de tal quadra), construiu-se logo um bloco de prédios comerciais contíguos, cuja fachada maior, com mais de 60 metros de extensão, voltava-se para o prolongamento da Rua Gama e Melo.

Em 1931 todos os prédios dessa nova quadra já estavam prontos, construídos com dois pavimentos e formando um interessante conjunto de fachadas assemelhadas, no estilo classicista despojado republicano.

O impacto desse bloco na paisagem foi substancial, pois ele acentuou a modernização – iniciada com a construção do prédio da Associação Comercial – do cenário do ponto nodal correspondente à extremidade norte da Rua Maciel Pinheiro, a principal artéria comercial da cidade.

FIGURA 136: Reforma Urbana no Varadouro
FONTE: Mapas de 1924 e 1930

[40] Decreto 1629 de 1/2/1930- - Aprova o alargamento da Maciel Pinheiro e prolongamento da Rua Gama e Melo (até o Barão da Passagem) e desapropriações (todos os prédios e terrenos situados nas referidas ruas e nas Ruas 5 de Agosto e Praça Arruda Câmara).

FIGURA 137: Edificações comerciais no prolongamento da Rua Gama e Melo
FONTE: PARAÍBA, 1932

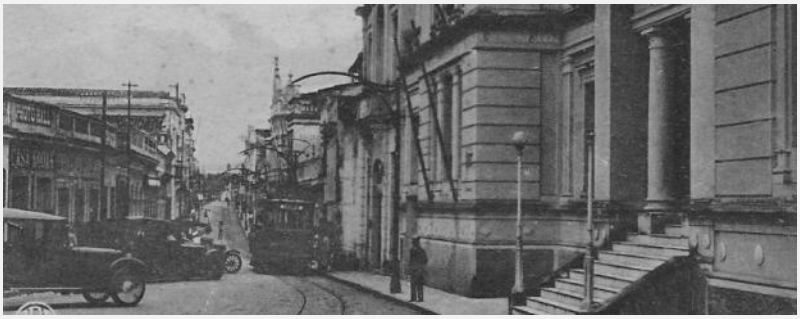


FIGURA 138: Maciel pinheiro em 1920
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 139: Edificações comerciais e a Associação Comercial
FONTE: PARAÍBA, 1932

FIGURA 140: Edificações comerciais no prolongamento da Rua Gama e Melo
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Fábrica de Cigarros Popular

As fábricas existentes no Varadouro no primeiro quartel do século XX eram muito semelhantes à arquitetura residencial e comercial do local. Na década de 1930, novas instalações fabris, com máquinas modernas e fisionomia diferenciada, se instalaram naquela parte da cidade.[41]

Uma dessas foi a Fábrica Popular, da empresa Ferreira Amorim & Cia, que funcionava na capital paraibana desde 1875, na Rua Maciel Pinheiro.

Ela foi construída num terreno trapezoidal resultante do prolongamento da Rua Gama e Melo (realizado em 1930, como vimos atrás) e compreendido entre este e a Rua Barão da Passagem. Tinha dois pavimentos e sua fachada principal era extensa e afiliada ao estilo *Art Déco*. A imprensa local (A UNIÃO, 07 jul 1933) noticiou que ela possuía "*ótimas instalações"* e abrigava um "*maquinário novo e potente*".

Essa nova fábrica, ao contrário das antigas, diferia marcadamente da arquitetura do seu entorno. Ela dotou a maior parte do alinhamento norte do prolongamento viário mencionado de uma fachada moderna, uniforme e vistosa.

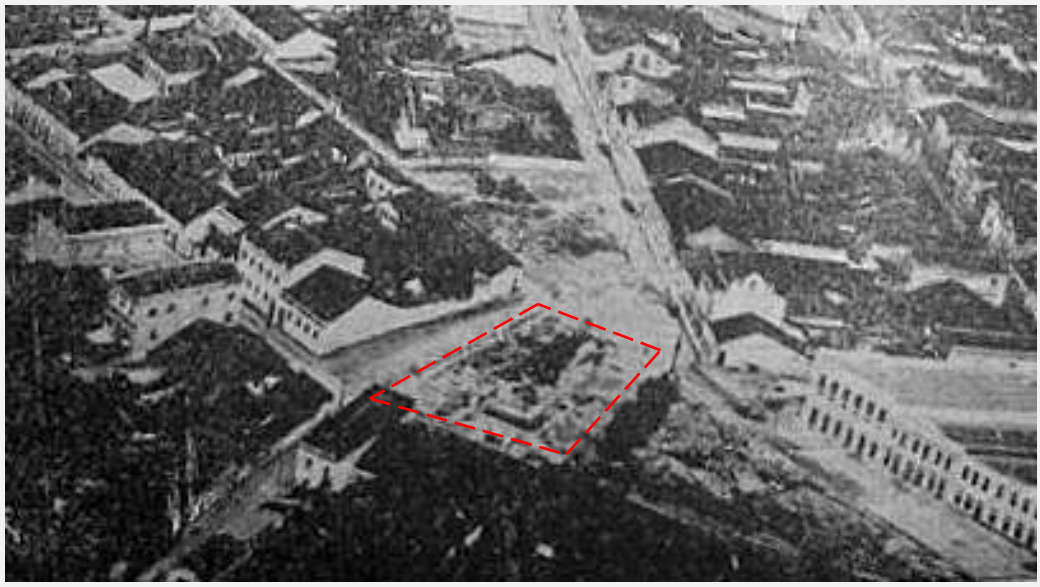


FIGURA 141: Terreno onde foi edificada a Fábrica Popular
FONTE: PARAÍBA, 1932

[41] O governo isentava de impostos quem construísse novas indústrias na capital paraibana. A partir de 1928, as fábricas da cidade passaram a ser disciplinadas pelo Código de Posturas Municipais, sendo a partir daí permitidas apenas em prédios apropriados, arejados e iluminados.

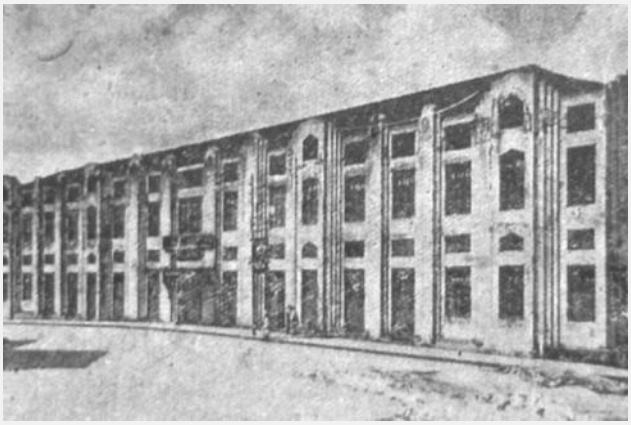


FIGURA 142: Fachada Fábrica Popular
FONTE: PARAÍBA, 1935

FIGURA 143: Prédio da Fábrica Popular em 2004
FONTE: Acervo Pessoal

Conjunto de edificações comerciais na Praça Antenor Navarro

Este conjunto de edificações surgiu em decorrência de uma operação de cirurgia urbana realizada no Varadouro, por iniciativa do presidente João Pessoa. Abriu-se numa área densamente construída, situada na extremidade norte da Rua Maciel Pinheiro (um ponto nodal), um vazio urbano destinado a uma praça, que recebeu o nome de Praça do Varadouro (em 1932 ela foi rebatizada Praça Antenor Navarro).

Os lados leste e oeste da nova praça foram edificados com prédios comerciais contíguos que tinham dois ou três pavimentos. Suas fachadas pertenciam a dois estilos distintos, o classicismo despojado republicano e o *Art Déco*, mas formavam um conjunto equilibrado e interessante.

O resultado final da operação de demolição e reconstrução empreendida foi muito impactante, pois ocasionou a completa transformação da leitura e escala daquele ponto nodal originalmente comprimido: este foi consideravelmente alargado e suas novas edificações passaram a dialogar com o monumental prédio da Associação Comercial, importante marco local, que ganhou mais espaço para ser contemplado.

FIGURA 144: Casario demolido para abertura da Praça Antenor Navarro
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

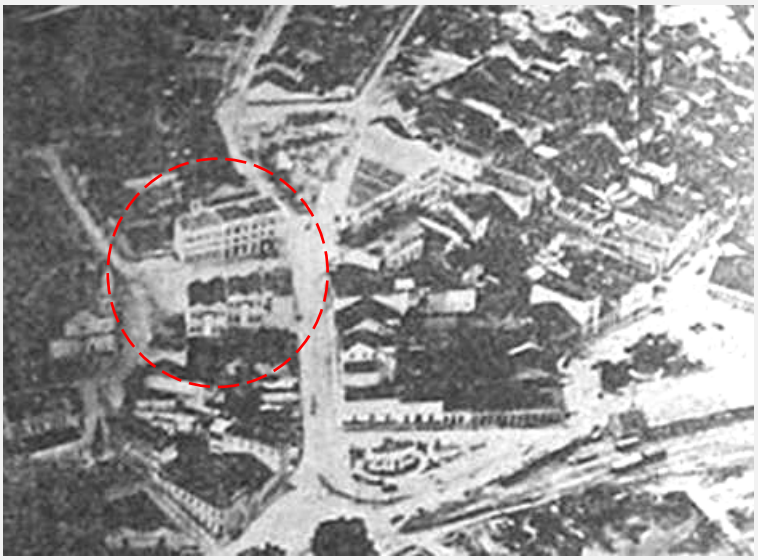


FIGURA 145: fotografia aérea da Praça Antenor Navarro
FONTE: PARAÍBA, 1932

FIGURA 146: Vista para a Praça Antenor Navarro
FONTE: Acervo Pessoal

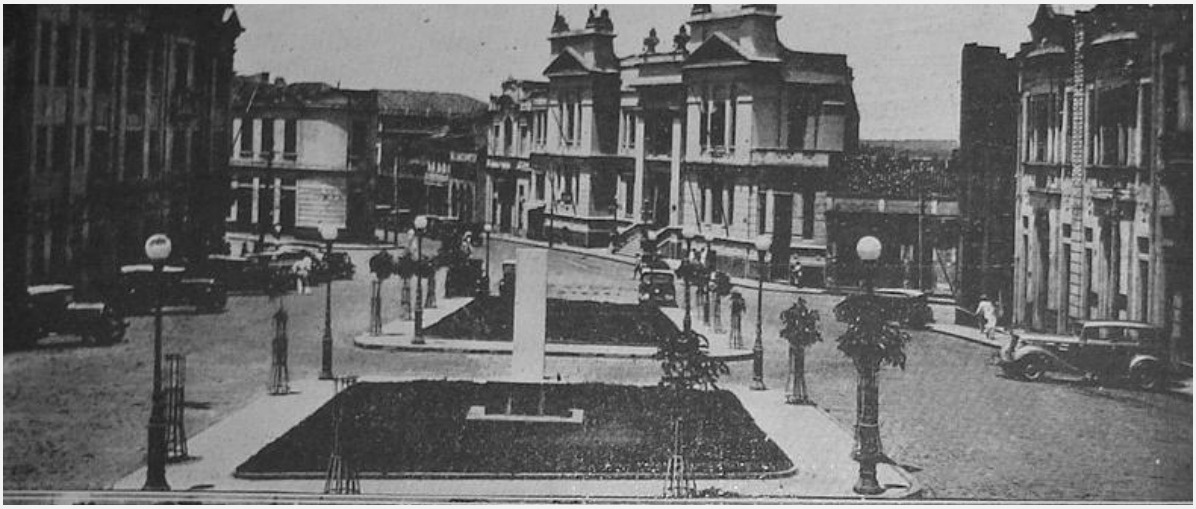


FIGURA 147: Praça Antenor Navarro
FONTE: REVISTA ILUSTRAÇÃO, 1937

Conjunto de edificações comerciais na Rua Visconde de Inhaúma

Construído nos primeiros anos da década de 1930, este conjunto de edificações resultou do alargamento da Rua Visconde de Inhaúma, intervenção que exigiu a demolição de vários sobradões e que também fazia parte operação de cirurgia urbana atrás mencionada.

Erguido no enladeirado alinhamento norte da citada rua, ele compunha-se de uma série de prédios comerciais contíguos com dois pavimentos e em estilo Art Déco, e dava continuidade ao conjunto de edificações precedente.

Anteriormente edificado com velhos sobrados de diferentes alturas, tal alinhamento tinha um *skyline* muito movimentado, que foi substituído por um mais baixo e bem menos recortado. Outra mudança paisagística causada pela intervenção foi a substituição de fachadas de aparência setecentista e oitocentista por fachadas modernas, que formavam um conjunto homogêneo.

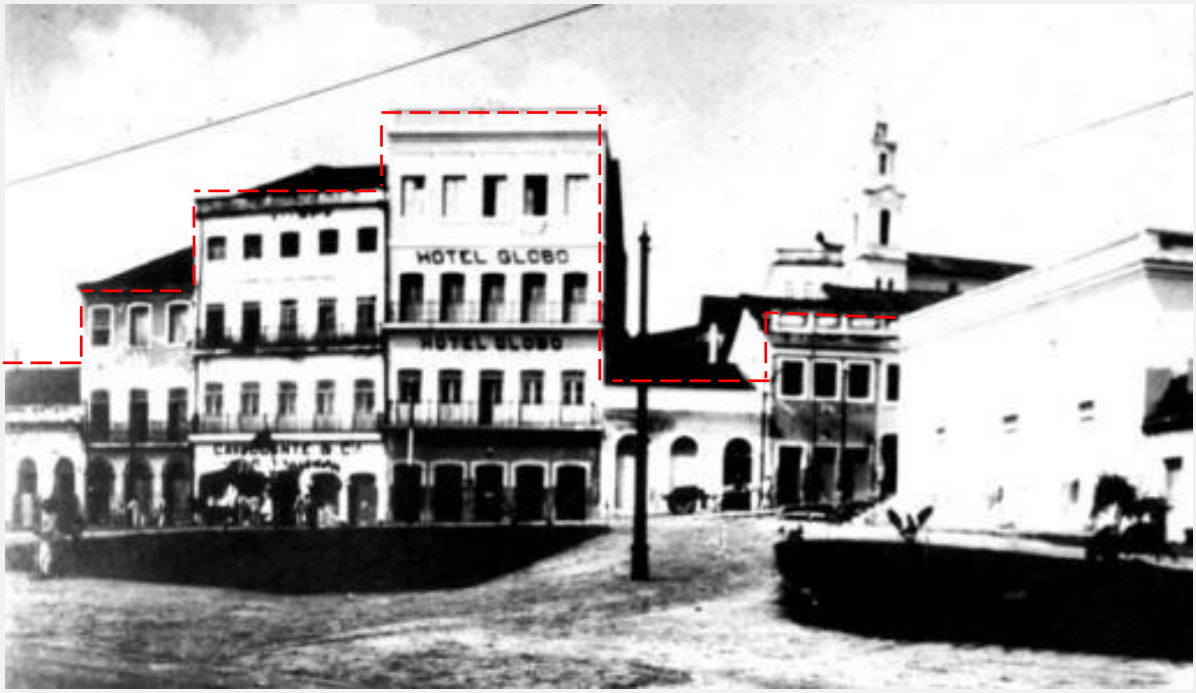


FIGURA 148: Antigo Casario da Rua Visconde de Inhaúma
FONTE: RODRIGUES, 1974

FIGURA 149: Antigo casario da Rua Visconde de Inhaúma – vista leste-eoste
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

FIGURA 150: Antigo casario da Rua Visconde de Inhaúma – vista oeste-leste
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memórias

FIGURA 151: Rua Visconde de Inhaúma vista leste-eoste
FONTE: Acervo Pessoal

FIGURA 152: Rua Visconde de Inhaúma – vista oeste-leste
FONTE: Acervo Pessoal

Fábrica de Vinhos Tito Silva

Esta fábrica funcionava na capital paraibana desde 1892, numa pequena edificação. No início dos anos 1930 deu-se a ela uma nova sede, com instalações condizentes com os novos tempos, que foi construída na Rua Barão da Passagem, nas proximidades da Associação Comercial.

O novo prédio ocupou três lotes, onde antes existiam residências antigas. Ele compunha-se de três galpões, tendo o central a altura de dois pavimentos, enquanto os laterais eram térreos.

O impacto dessa fábrica na paisagem local deveu-se à modernidade de sua interessante fachada, em estilo Art Déco.

FIGURA 153: Fábrica de vinhos Tito Silva
FONTE: Acervo pessoal

FIGURA 154: Fachada da fábrica de vinhos Tito Silva
FONTE: Acervo pessoal

Conjunto de edificações comerciais na Av. Guedes Pereira

Na Av. Guedes Pereira (antiga Ladeira do Rosário), subindo em direção à Praça Vidal de Negreiros, foi construído entre 1935 e 1937, em terreno desocupado, situado no lado norte da via, um interessante conjunto de edifícios comerciais contíguos.

Ele compunha-se de oito prédios elegantes com dois pavimentos: sete deles eram idênticos, construídos em estilo classicista despojado republicano, enquanto o outro, situado na esquina com a Av. General Osório, afiliava-se ao estilo *Art Déco*.

Esse conjunto de edificações completou a sucessão das fachadas do alinhamento norte da Av. Guedes Pereira, enriquecendo-a com cerca de 50 metros de fachadas modernas, condizentes com a nova paisagem que se queria dar a essa importante artéria da cidade.

FIGURA 155: Avenida Guedes Pereira em 1920
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 156: Avenida Guedes Pereira ainda sem o conjunto de prédios comerciais
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 157: Grupo de prédios comerciais já construídos na Avenida Guedes Pereira
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 158: Conjunto de prédios comerciais da Guedes Pereira
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Cinema Rex

Na década de 1930 é construído o Cine Teatro Rio Branco (posteriormente chamado Cine Rex), na esquina das ruas Duque de Caxias e Peregrino de Carvalho, em frente ao Clube dos Diários.

Até 1932 existia no local uma antiga casa térrea com aparência colonial, onde funcionava o Café Chic. Nesse mesmo ano as obras do Cine Rex tiveram início.

Projetado por Giovanni Gioia e executado pela sua construtora, o novo prédio era todo em concreto armado, tinha dois pavimentos e belíssima fachada em estilo Art Déco (voltada para a Rua Peregrino de Carvalho). Possuía instalações modernas e tinha capacidade para comportar oitocentos espectadores.

O novo e moderno cinema era esperado com entusiasmo pela população: "*Dessa forma, ficará a nossa capital dotada de uma casa de espetáculos que virá ao encontro das aspirações de nossa população*" (A UNIÃO, 1 abr 1932).

Ele impactou na paisagem do ponto nodal onde foi erguido devido ao seu exterior moderno e por ser bem mais alto que a casa que substituiu. Ademais, ele modernizou pontualmente o percurso da Rua Duque de Caxias.

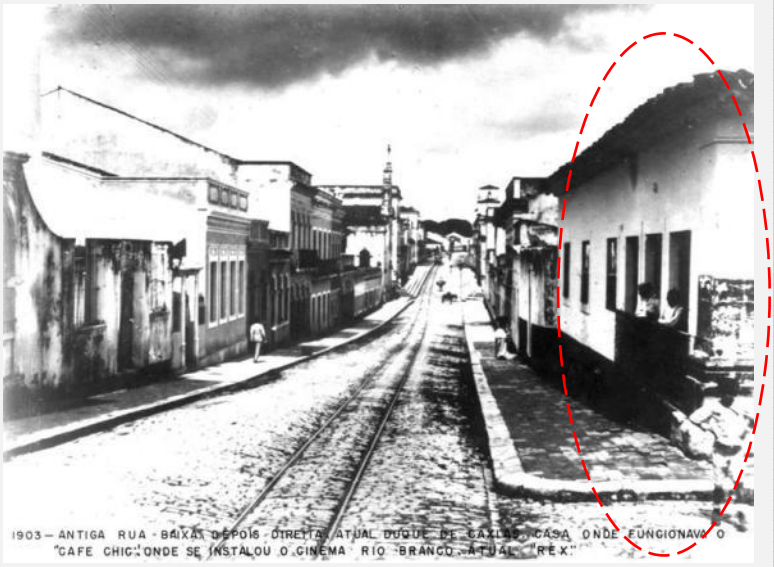


FIGURA 159: Local onde se construiu o Cine Rex
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de Memórias

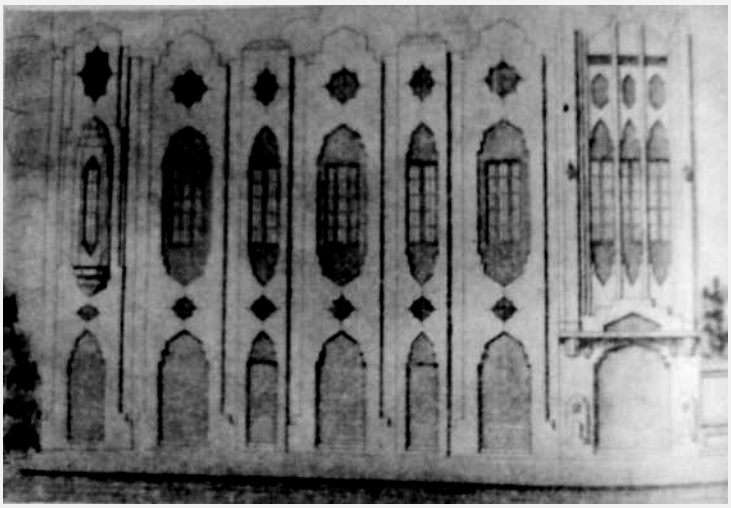


FIGURA 160: Fachada do Cine Rex
FONTE: PARAÍBA, 1932

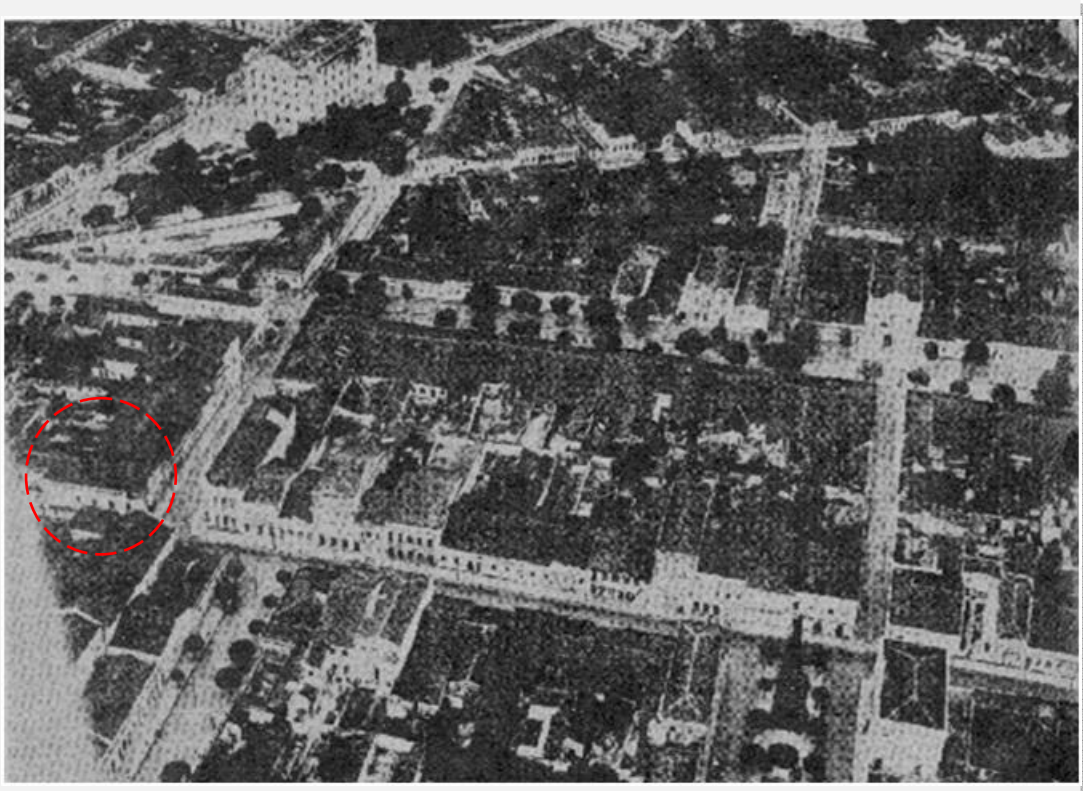


FIGURA 161: Rua Duque de Caxias em 1931
FONTE: RODRIGUES, 1974

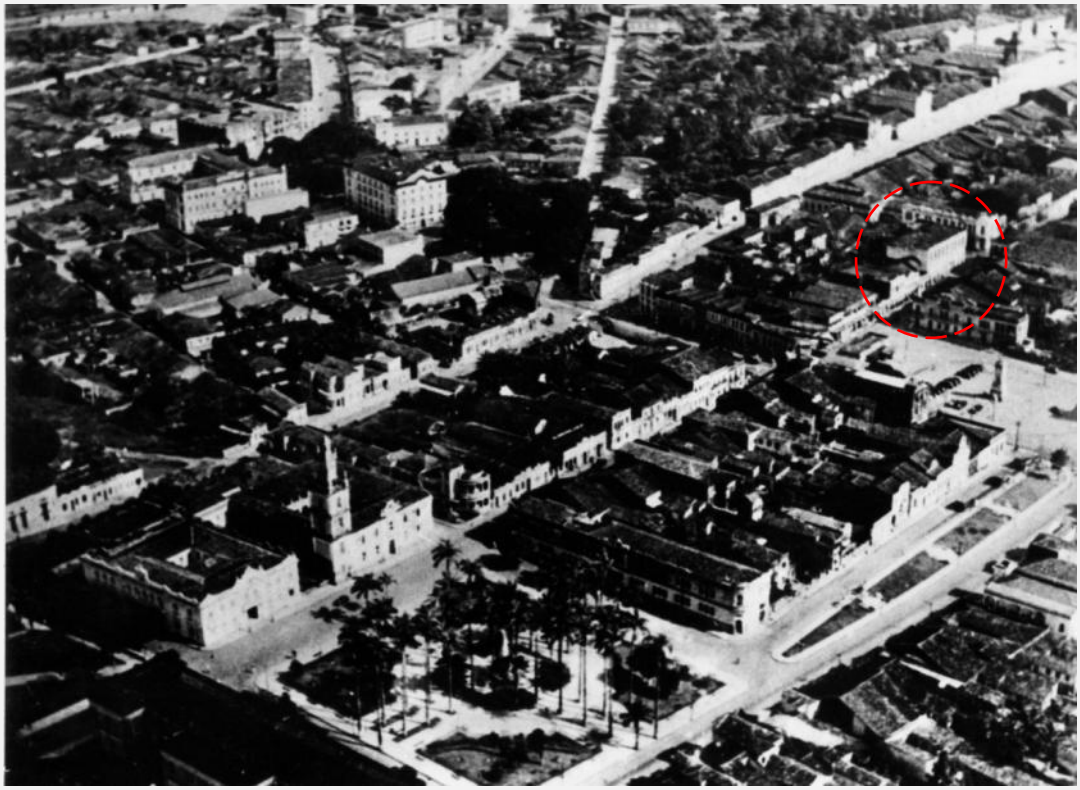


FIGURA 162: Fotografia aérea mostrando o Cine Rex
FONTE: Acervo Humberto Nóbrega

Cinema Plaza

O Cine Teatro Plaza foi construído em 1937, na Rua Visconde de Pelotas, voltado para a Praça Vidal de Negreiros.

Na sua fachada de dois pavimentos, em estilo Art Déco, destacam-se uma marquise com degraus, que a atravessava inteiramente, e um corpo central saliente, ladeado por faixas verticais escalonadas, que se elevava consideravelmente, formando um frontão escalonado, altíssimo e extravagante.

Edificado no local onde existiam algumas casas antigas, ele diferia fortemente, por seu porte e sua modernidade, das casas vizinhas. Além disso, ele acentuou a transformação paisagística da Praça Vidal de Negreiros, acrescentando a esta mais uma marcante fachada Art Déco (a outra era a do Paraíba Hotel, construído poucos antes), que além de imponente chamava a atenção por sua fisionomia incomum.

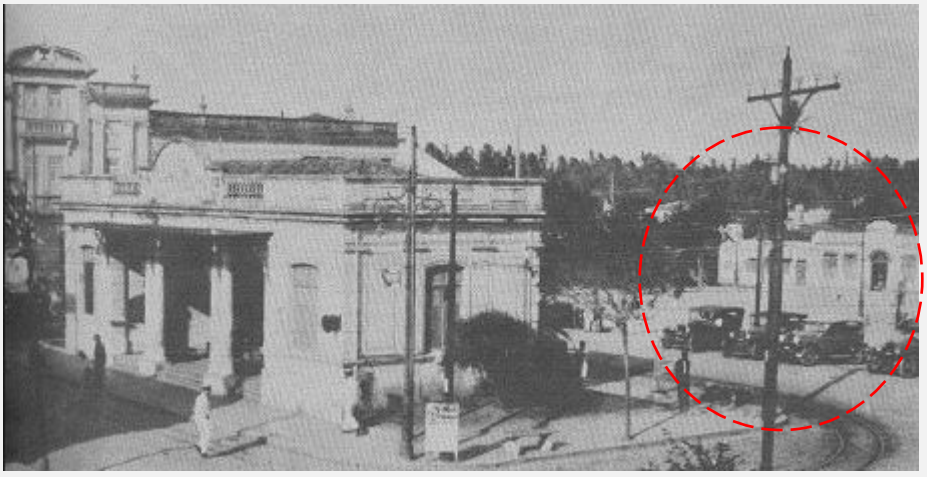


FIGURA 163: Local onde foi construído o Cine Plaza (plano de fundo)
FONTE: RODRIGUES, 1974

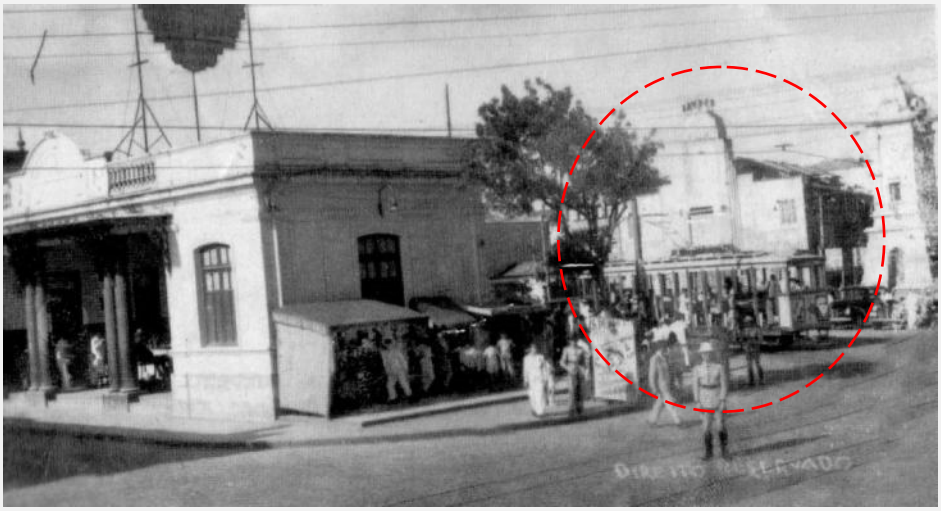


FIGURA 164: Cine Plaza (plano de fundo)
FONTE: Revista Manaíra

FIGURA 165: Cine Teatro Plaza
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Capela do Colégio Nossa Senhora das Neves

Na década de 1930, o Colégio Nossa Senhora das Neves sofreu uma reforma que mudou a posição de sua capela e criou um pequeno anexo no local onde esta se situava primitivamente (ao norte do colégio).

Se esse anexo repetia a arquitetura do colégio, a nova capela, erguida ao sul deste, diferia radicalmente de tal arquitetura. Ela possuía uma inusitada fachada eclética, que misturava arcos plenos de diferentes escalas e proporções com uma decoração românica que enfeitava um proeminente frontão triangular sem base. No tramo central dessa fachada havia um arco colossal de inspiração igualmente românica.

A introdução desta capela e do referido anexo fechou quase inteiramente o lado poente da Praça Dom Ulrico com prédios de dois pavimentos, modificando ainda mais a paisagem de tal ponto nodal. Mas esses novos edifícios obstruíram parte da vista panorâmica da Cidade Baixa e do Rio Sanhauá que se tinha a partir dessa praça.

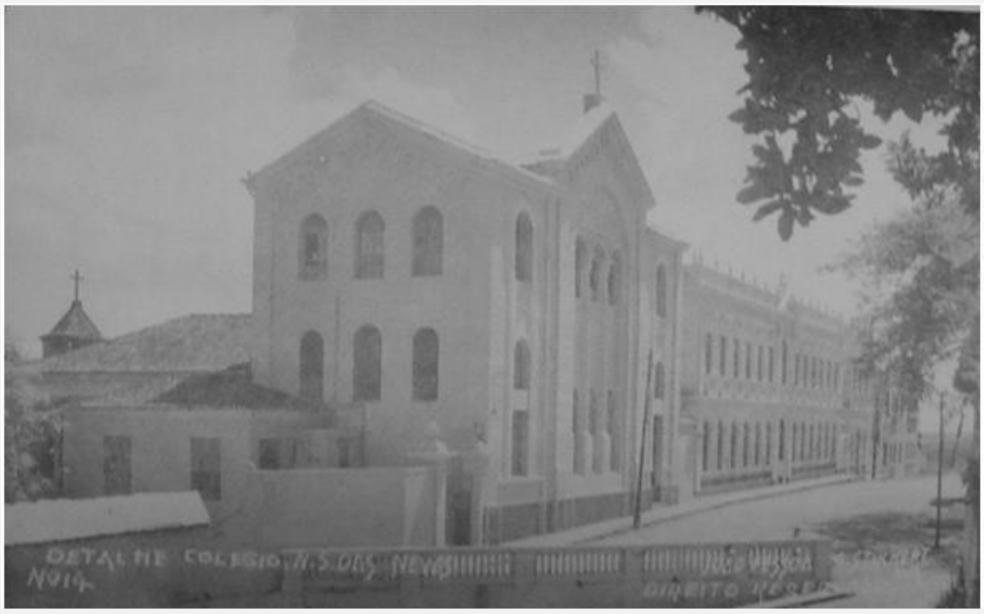


FIGURA 166: Capela do Colégio Nossa Senhora das Neves
FONTE: RIBEIRO, 1976

FIGURA 167: Colégio Nossa Senhora das Neves
FONTE: IHGP

Agência Metropolitana do Banco do Brasil

Na gestão de Argemiro de Figueiredo, a Rua Gama e Melo foi alargada no seu lado leste, o que exigiu a demolição de muitos prédios.

Uma importante edificação erigida em terrenos onde estavam alguns desses prédios foi a Agência Metropolitana do Banco do Brasil, construída no início dos anos 1940 (recebeu o habite-se em 1942). Cinco lotes cedidos ao banco pelo governo estadual receberam a nova edificação, que tinha sua extensa fachada principal voltada para a Rua Gama e Melo.

O edifício foi projetado pelo arquiteto Firmino Saldanha,[42] do Serviço de Engenharia do banco (MANAÍRA, Nov 1940), e foi construído por uma firma carioca (Leão Ribeiro e Cia. Ltda.). Sua área construída chegava a quase 900 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos. Tinha 13 metros de altura, 40 metros de frente e 22 metros de profundidade.

Sua fachada, simétrica, retilínea e sem ornamentos, era dominada por um extenso pórtico monumental saliente. Sóbria, ela afiliava-se àquela vertente classicista do modernismo que MAITLAND (1992, p.132), têm chamado de ***classicismo modernista***.

Esse imponente prédio moderno deu uma nova fisionomia à alargada Rua Gama e Melo.

FIGURA 168: Alargamento da Rua Gama e Melo
FONTE: Cidade de João Pessoa, álbum de memória

FIGURA 169: Demolição da quadra entre as Ruas Gama e Melo e Cardoso Viera
FONTE: PARAÍBA, 1938

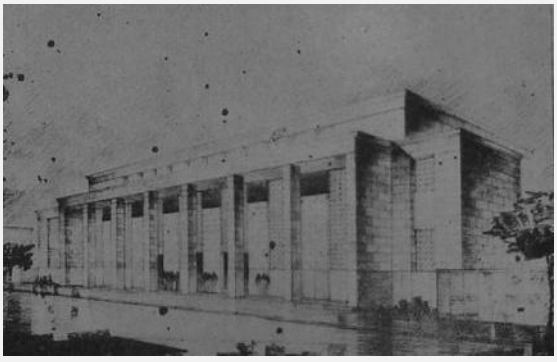


FIGURA 170 Perspectiva do prédio da Agência Metropolitana do Banco do Brasil
FONTE: Manaira, 1940

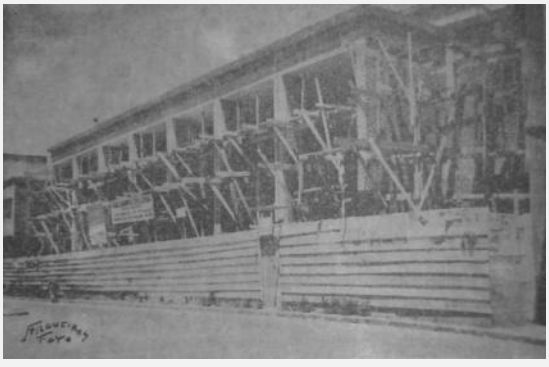


FIGURA 171: Construção da Agência Metropolitana do Banco do Brasil
FONTE: Manaira, 1940

[42] Formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1931, projetou outras agências do banco (como a de Fortaleza).

FIGURA 172: Rua Gama e Melo, vendo-se a Agência do Banco do Brasil atualmente.
FONTE: Acervo pessoal

Igreja das Mercês

Na década de 1930, a igreja das Mercês, situada na Praça 1817, foi demolida para facilitar a circulação de veículos. Antes delas, outras três igrejas haviam sido derrubadas pelo poder público: a do Rosário, a da Mãe dos Homens e a da Conceição.

A prefeitura comprometeu-se a reconstruir a igreja das Mercês noutro local. O terreno escolhido para recebê-la situava-se na Rua Padre Meira, alargada em 1930. Antes do alargamento dessa rua havia nesse terreno uma casa térrea, que foi demolida.

A nova igreja foi construída em 1940 com planta em forma de cruz latina e com exterior em linguagem eclética. Seu impacto na paisagem derivava da torre alta e pontiaguda, lembrando igrejas góticas, que se erguia no centro de sua fachada principal.

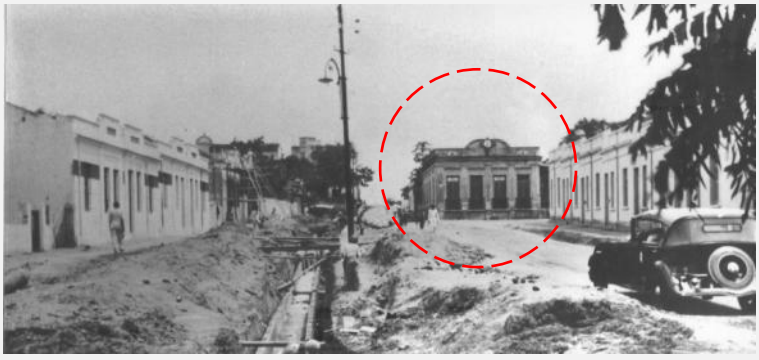


FIGURA 173: Rua Padre Meira antes do seu alargamento
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 174: Igreja das Mercês na Rua Padre Meira
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

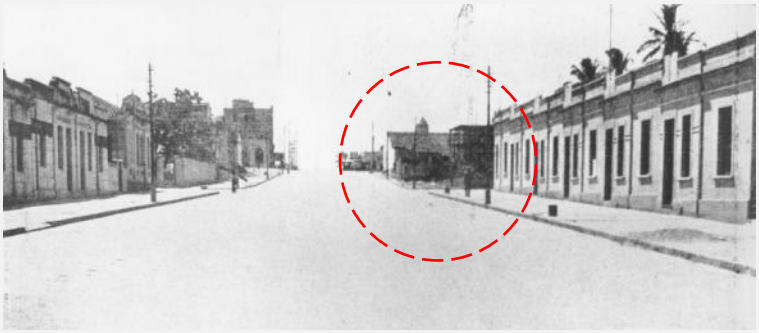


FIGURA 175: Local onde foi construída a Igreja das Mercês
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

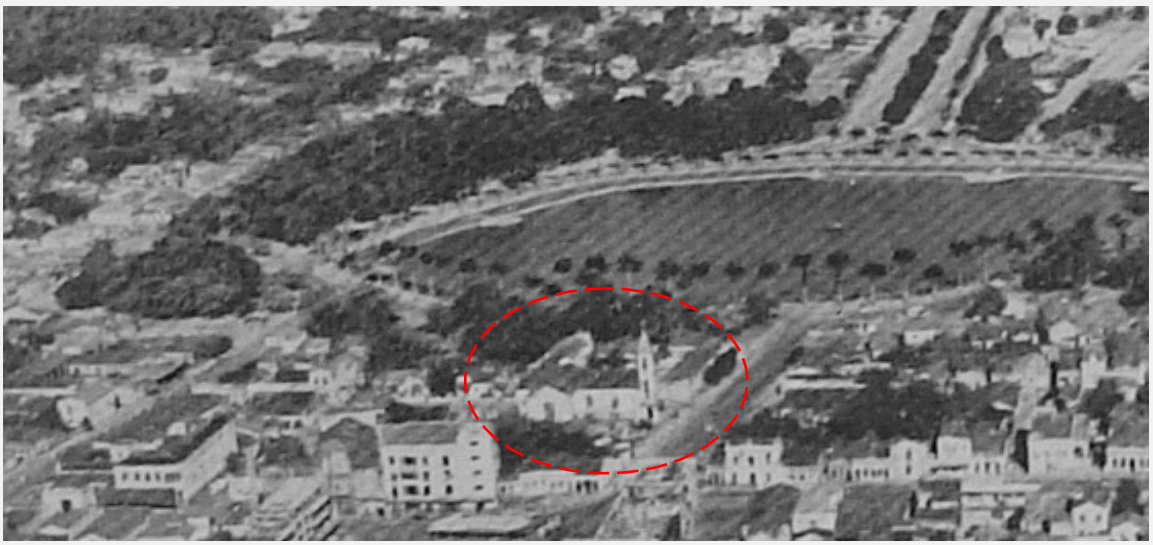


FIGURA 176: Fotografia aérea mostrando a Igreja das Mercês
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

5 A FASE FINAL: 1941-1950

Como vimos no capítulo anterior, o governo do estado investiu vastamente na modernização da capital da Paraíba nas primeiras décadas do século XX, tendo obtido resultados satisfatórios na transformação da paisagem urbana.

A cidade chegava aos anos 1940 com seus limites expandidos[43], e a sua área central, que no início do século concentrava todo o perímetro urbano, estava muito transformada.

Sendo assim, nos últimos dez anos estudados, o período de 1941 e 1950, o governo não mais priorizou o embelezamento da capital e suas finanças foram mais amplamente aplicadas em obras no interior do Estado e em áreas de expansão da capital.

No entanto, a capital da Paraíba continuava atenta aos acontecimentos das cidades mais adiantadas que já haviam iniciado seu processo de verticalização[44].

Em 1935, a revista Ilustração, de circulação local, trazia uma fotografia da Avenida Central do Rio de Janeiro, já com alguns edifícios altos despontando na paisagem. Alguns anos mais tarde, em 1944, a mesma revista publicava matéria sobre a reforma urbanística realizada no Bairro de Santo Antonio, no Recife, onde prédios altos foram construídos.

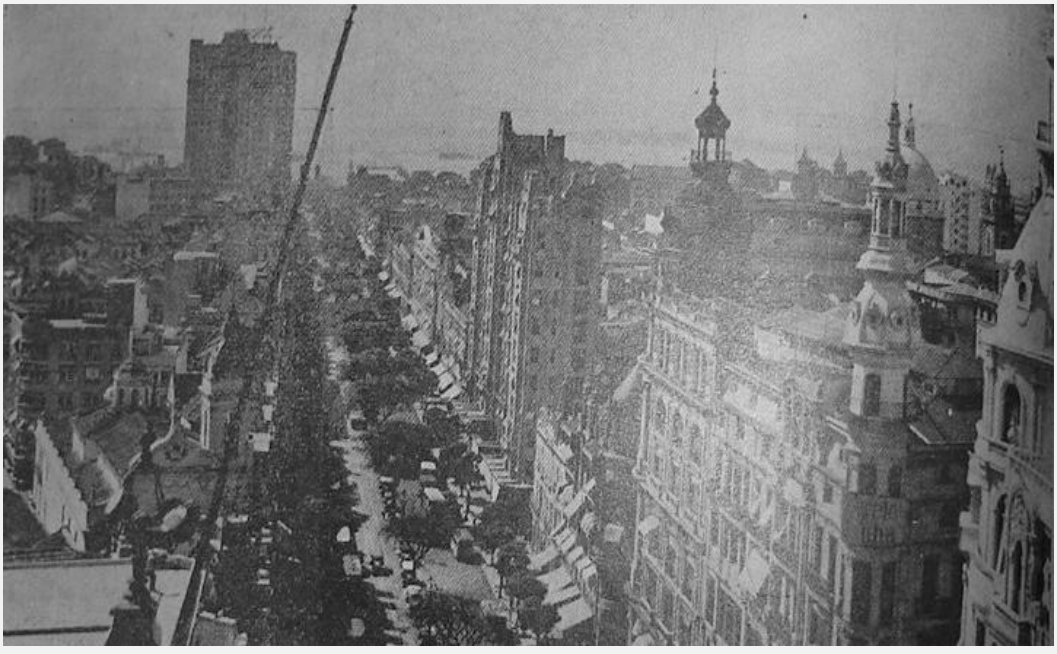


FIGURA 177: Avenida Central carioca e o início de verticalização
FONTE: ILUSTRAÇÃO, 1935

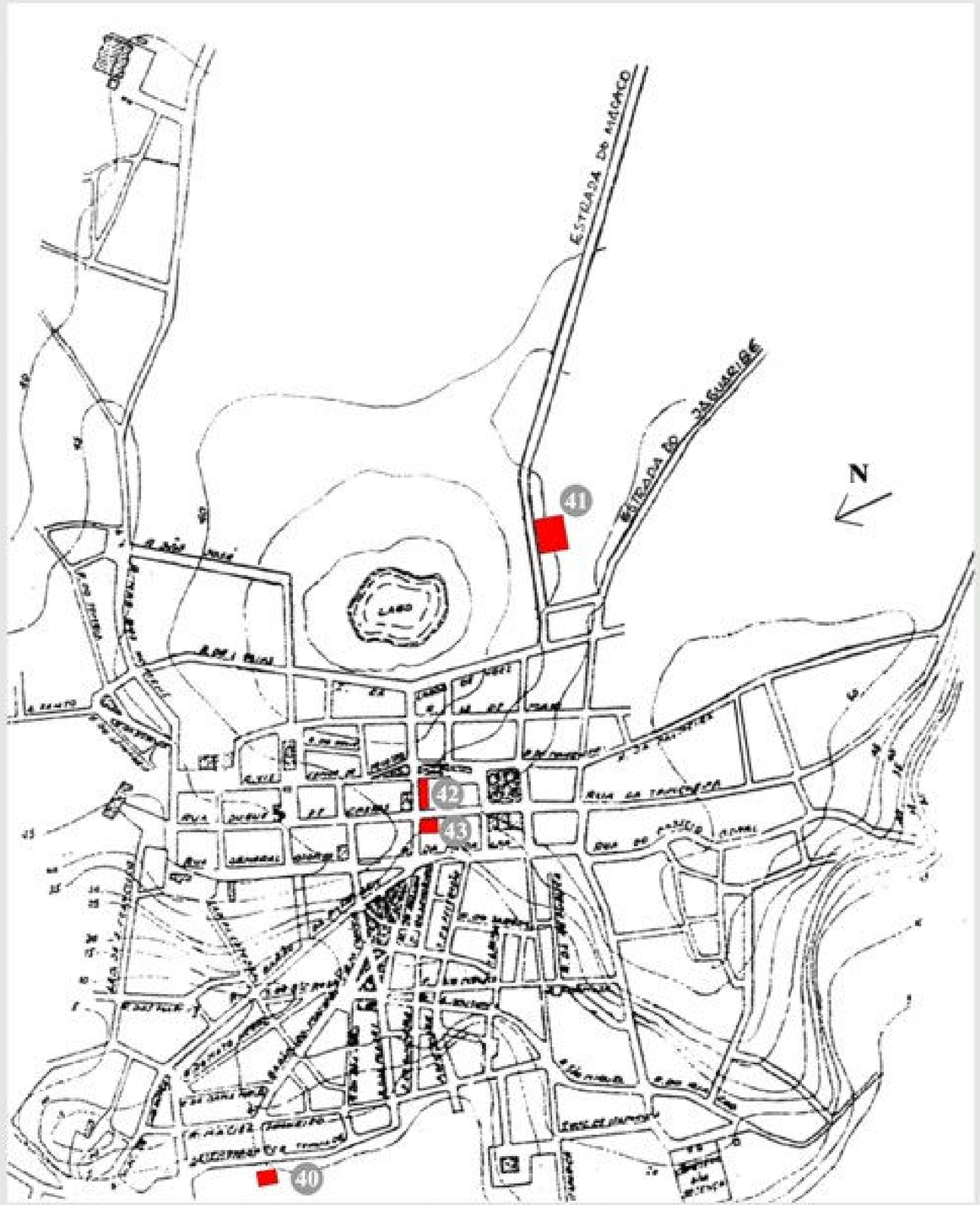
[43] A cidade expandiu-se em direção ao sul, e para a área muito além da lagoa, rumo ao litoral. Em 1951 a população alcançava a cifra de 71.158 habitantes na área urbana (Paraíba, 1951).

[44] Segundo Cardeman & Cardeman, (2006), no Rio de Janeiro, já em 1910, contabilizava-se 33 edifícios com mais de seis andares. Quinze anos mais tarde, já havia prédios com 10 pavimentos.

As edificações verticalizadas eram então sinônimo de modernidade para as cidades brasileiras e a capital da Paraíba ensejava seguir este padrão. Porém, esta ainda permanecia predominantemente horizontal, apesar da existência do prédio da Secretaria da Fazenda, com cinco pavimentos, a única edificação com elevador na cidade.

No que diz respeito a novas construções inseridas na área estudada, as contribuições do poder público na fase em questão foram escassas, mas muito marcantes. O Paraíba Hotel foi ampliado, tornando-se um edifício de cinco pavimentos que preenchia todo um lado de uma quadra. E foram construídos uma mega-estrutura (um mercado público, com vários pavilhões, ocupando inteiramente uma enorme quadra) e um edifício de sete pavimentos, o IPASE, que deu inicio ao processo de verticalização da capital paraibana. A contribuição do setor privado foi bem mais modesta, a principal delas tendo sido a nova estação ferroviária da cidade (Figura 178).

Estavam então lançadas as bases para a chegada de novos tempos, de uma nova era.



NOVA ARQUITETURA PÚBLICA DA FASE 3:

40 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
41 - MERCADO CENTRAL
42 - PARAÍBA PALACE HOTEL
43 - IPASE

FIGURA 178: Mapa da capital da Paraíba destacando a arquitetura pública da fase 3
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

Estação Ferroviária

A primitiva estação ferroviária da companhia Great Western datava de 1884 (JARDIM, 1889, p. 109) e situava-se na Praça Álvaro Machado (antigo Largo da Gameleira). Em 1940 ela foi demolida para ser reconstruído um pouco mais a sul (a menos de 150 metros de distância), no final do prolongamento da Rua Barão do Triunfo – num local onde não havia edificações.

A nova estação foi inaugurada em 10/11/1942. Ela tinha dois pavimentos e fachada em estilo classicista modernista – desprovida de ornamentações, muito vazada e da qual se projetava uma grande marquise.

A principal contribuição dessa edificação para a modificação na paisagem urbana foi fechar com uma frontaria de gosto contemporâneo a vista que se tinha do cruzamento das ruas Barão do Triunfo e Maciel Pinheiro em direção ao poente – antes dominada pela vegetação e pelo rio Sanhauá.

FIGURA 179: Rua Barão do Triunfo, com o novo prédio da estação ferroviária no fundo
FONTE: IHGP

FIGURA 180: Prédio da estação ferroviária, vista frontal
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 181: Prédio da estação ferroviária, vista posterior
FONTE: João Pessoa, Arquivo de Memória

Mercado Central

Diante da expansão que a capital da Paraíba sofria nos anos 1940, a população carecia de um grande mercado central. A cidade contava com dois pequenos mercados: o do Tambiá, na Cidade Alta, herdado do século XIX, e o do Montenegro, criado em 1913, na Cidade Baixa. Ambos não supriam mais as necessidades da cidade, carecendo principalmente de boas condições de higiene.

O novo Mercado Central, construído pela prefeitura com a ajuda do estado, era uma mega-estrutura: ocupava uma quadra inteira, de cerca de três hectares, não edificada e situada entre duas importantes ruas: a Marechal Almeida Barreto e a D. Pedro II.

Seu projeto foi concebido pelo engenheiro pernambucano Antônio Baltar (COUTINHO e VIDAL, 2008), que projetou um equipamento completamente diferente dos velhos mercados da cidade.

Inaugurado em 6/3/1948, o mercado compunha-se de cinco pavilhões isolados, um dos quais, o mais extenso, estendia-se ao longo da Rua D. Pedro II, formando a fachada principal do equipamento – que embora fosse quase toda térrea, continha um corpo central com dois pavimentos, apoiado em pilotis, que servia de entrada principal do mercado. Todos os pavilhões seguiam a linguagem do modernismo.

A paisagem ao longo do percurso coincidente com a Rua D. Pedro II foi fortemente modificada com a construção desse novo mercado.

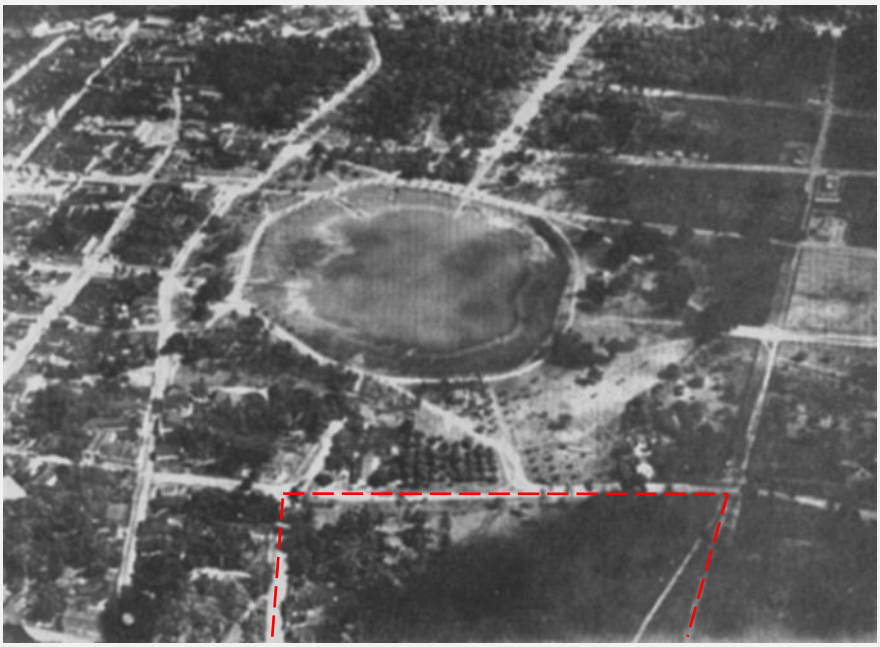


FIGURA 182: Vista aérea d o terreno onde foi edificado o Mercado Central
FONTE: RODRIGUES, 1974

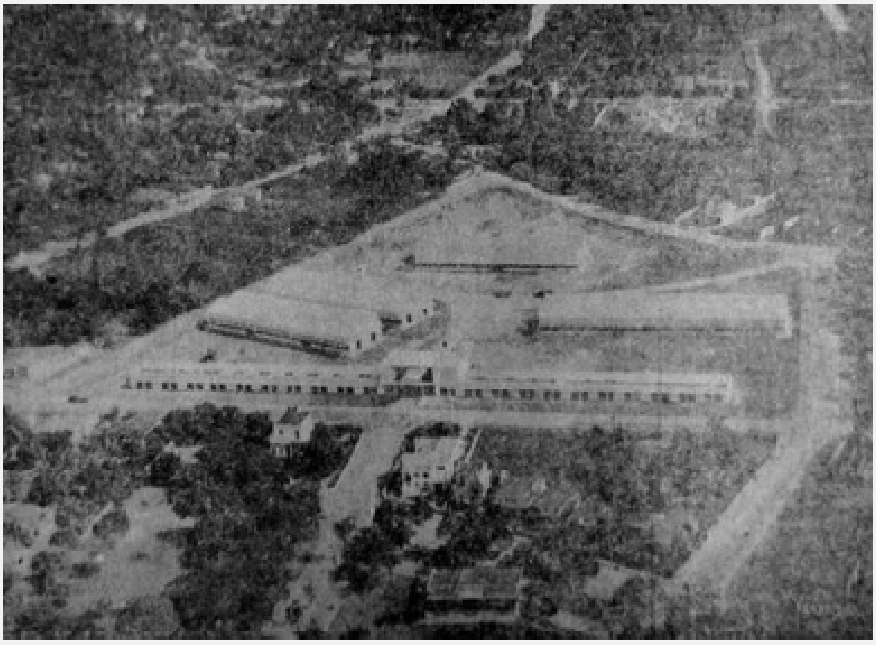


FIGURA 183: Vista aérea do Novo Mercado Central
FONTE: COUTINHO e VIDAL, 2008

FIGURA 184: Entrada principal do Mercado Central
FONTE: IHGP

Ampliação do Paraíba Hotel

Em 1948, teve inicio a ampliação do Paraíba Hotel, que havia sido prevista desde a época de sua inauguração, passando a se chamar Paraíba Palace Hotel.

O prédio cresceu em direção ao leste, até a Praça 1817 (o que exigiu a demolição de uma construção oitocentista pertencente à prefeitura municipal), passando a ter uma extensão de quase setenta metros e a ocupar toda a largura da quadra em cuja cabeça ele se situava.

Na altura, ele ganhou mais dois pavimentos, ficando assim com um total de cinco pisos. Ganhou também uma torre central saliente, com um andar a mais e coroada pelo relógio que ficava no centro da Praça Vidal de Negreiros.

No último andar, nas fachadas leste e norte do prédio foi construído um amplo terraço em balanço de onde se podia usufruir belas vistas panorâmicas sobre a Lagoa, a cidade nova que se formava a leste dela e boa parte da Cidade Alta.

O prédio fora originalmente construído em estilo *Art Déco*, e este estilo foi mantido na maioria das partes acrescidas. Mas ele recebeu alguns elementos decorativos da arquitetura neocolonial (no referido terraço e na platibanda), ficando assim com uma fisionomia híbrida.

Se o edifício primitivo já impressionava por suas grandes proporções, sua ampliação tornou-o ainda mais imponente e permitiu-lhe ampliar o fechamento do lado sul da Praça Vidal de Negreiros, com significativa repercussão sobre a paisagem deste importante ponto nodal, que era o cruzamento dos dois principais percursos da cidade.

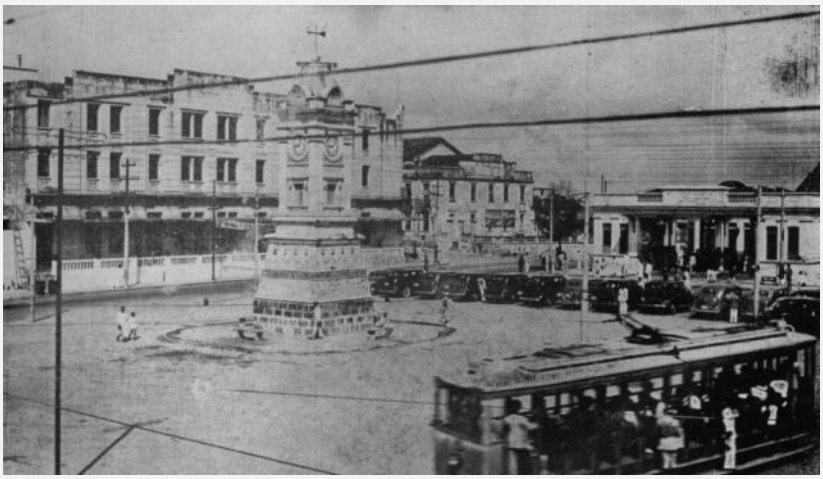


FIGURA 185: Praça Vidal de Negreiros, vendo-se o Paraíba Hotel
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 186: Ampliação do Paraíba Hotel
FONTE: IHGP

FIGURA 187: Aspecto final do Paraíba Palace Hotel
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Prédio do IPASE

No fim do período estudado, a paisagem da capital paraibana foi alterada fortemente por uma nova construção inusitada: um prédio de sete andares, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - IPASE. Obra do governo federal, sua construção se iniciou em 1949, na esquina da Rua Duque de Caxias com a Avenida Guedes Pereira, lugar valorizado, onde havia um interessante sobrado de dois pavimentos.

O terreno onde ele foi erguido tinha quase 1.000 m^2 de área e era enladeirado, o que possibilitou a construção de um subsolo. Acima da Rua Duque de Caxias, o edifício continha um térreo com sobreloja, um piso intermediário e cinco pavimentos-tipo, totalizando sete pavimentos.

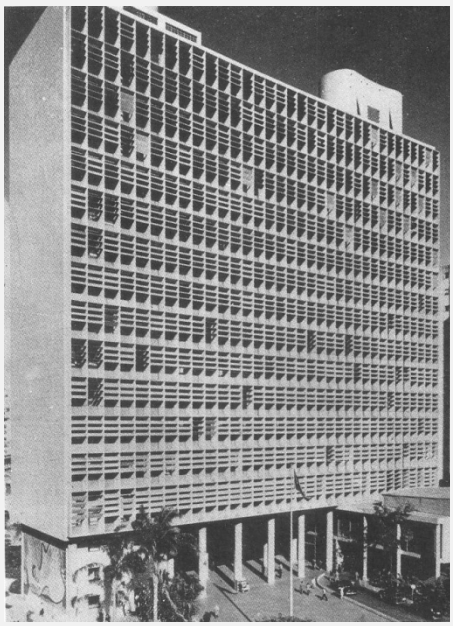


FIGURA 188: Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro
FONTE: BRUAND, 2005, p. 88

Construído segundo os cânones do modernismo[45], lembrava famosas edificações modernistas cariocas, como o emblemático Ministério da Educação e Saúde (1936-1943) e, em

[45] Curiosamente sua linguagem arquitetônica foi qualificada, no registro do imóvel, como "*estilo profissional brasileiro*".

especial, o prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), projetado pelos irmãos Marcelo e Milton Roberto e edificado entre 1936 e 1938.

Erguido nos alinhamentos das duas ruas mencionadas, apoiava-se em altos pilotis de concreto armado. Sua fachada leste era inteiramente envidraçada e a norte tinha largas janelas sobre peitoril de alvenaria, enquadradas por uma grelha saliente que era o elemento mais marcante dessa fachada.

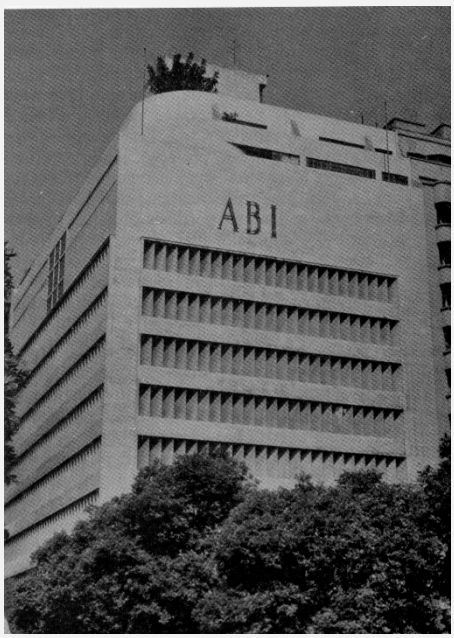


FIGURA 189: Prédio da ABI no Rio de Janeiro
FONTE: BRUAND, 2005, p. 96

Ele era um grande paralelepípedo branco que despontava na paisagem e destacava-se como nenhum outro edifício da cidade. O seu surgimento inaugurava uma nova etapa na modernização da paisagem da urbe: a verticalização de sua arquitetura. O IPASE trazia consigo o sinal de que a capital da Paraíba estava finalmente modernizada.

FIGURA 190: Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, e Ministério da Educação e Saúde.
FONTE: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992

FIGURA 191: Prédio do IPASE
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 192: Prédio do IPASE despontando na paisagem
FONTE: Fotografia de autoria de Stuckert, Arquivo Humberto Nóbrega

6 A PAISAGEM URBANA TRANSFORMADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, a arquitetura da capital da Paraíba ainda era predominantemente térrea, e a paisagem que ela formava era dominada pelos planos inclinados dos telhados das épocas colonial e imperial. Destacavam-se nela as igrejas e suas torres, alguns sobrados, geralmente estreitos, com mais de dois pavimentos e uns poucos prédios públicos de maior porte, todos com apenas dois pisos. No decorrer dos primeiros cinqüenta anos do século XX, essa paisagem foi sendo aos poucos modificada, tendo contribuído significativamente para isto a construção ou reforma de edificações públicas, localizadas principalmente nas ruas e praças mais importantes, uma vez que elas diferiam muito dos prédios existentes no que concerne à escala e à linguagem arquitetônica.

Até 1915 as mudanças paisagísticas provocadas por esse tipo de edificação limitaram-se a três praças, situadas junto a igrejas. Todos os prédios que as geraram resultaram de reformas realizadas pela igreja católica e diferiam estilisticamente dos que lhes deram origem. Quase todos eram mais altos e volumosos que os por eles substituídos. Um deles introduziu na cidade um estilo que nela não se fazia presente: o classicismo acadêmico. Nessa primeira fase, o governo ocupou-se da onerosa implantação de infra-estruturas básicas na capital e por isso não construiu ou reformou prédios públicos destacados.

Em 1916 iniciou-se uma fase, que se estendeu até 1940, em que a modernização da arquitetura foi comandada pelo poder público. Além de criar muitos prédios esteticamente impactantes, o governo também modificou consideravelmente o sistema viário herdado do século XIX através de operações de cirurgia urbana, que por sua vez exigiram a construção de novas edificações nos terrenos atingidos por tais intervenções. O setor privado também participou com ênfase da modernização da arquitetura, produzindo várias edificações que ajudaram a mudar a paisagem da capital paraibana. Muitos dos exemplares da nova arquitetura pública dessa fase tinham altura e extensão maiores que as dos prédios que eles substituíam e as das construções do entorno. Com essa arquitetura, novos estilos, então criados, chegaram à cidade: neocolonial, *Art Déco*, modernismo e classicismo modernista. E antes deles chegaram outras linguagens arquitetônicas, já existentes, mas que não tinham ainda sido adotadas na cidade: classicismo despojado republicano, neobarroco, neo-egípcio e ecletismo.

Ao iniciar-se a última fase (1941-1950) a paisagem da cidade já estava transformada. Mesmo assim, a fase trouxe algumas edificações que reforçaram a mudança paisagística ocorrida, das quais merecem destaque o Mercado Central – uma mega-estrutura em linguagem

modernista, com vários pavilhões ocupando uma enorme quadra – e o prédio do IPASE, com sete pavimentos, prenunciando a verticalização da cidade, que viria acontecer nas décadas seguintes.

No decorrer dos 50 anos aqui estudados, a modificação da paisagem foi motivada pelos seguintes fatores:

- o desejo de substituir as antigas edificações, de aparência e características antiquadas, por outras de fisionomia e características modernas;
- a necessidade de *sanear, embelezar, circular* – ou seja, de modernizar a cidade – que embasou as reformas urbanas,
- a necessidade de construir edifícios públicos de novas características, compatíveis com os novos tempos;
- as operações de cirurgia urbana, que exigiram novas construções nos locais por elas afetados;
- o desejo de equipar a cidade com prédios modernos que melhorassem a aparência do espaço urbano.

Ao analisar-se o conjunto das mudanças paisagísticas ocorridas, vê-se que a maior parte delas localizara-se nos dois principais percursos da cidade e em pontos nodais importantes, muitos dos quais estavam situados ao longo deles (Figura 193).

Um dos percursos estendia-se – do norte ao sul, ao longo da Rua Duque de Caxias – da Praça de São Francisco à Praça Venâncio Neiva. Ele cruzava três outras praças: a Rio Branco, a Vidal de Negreiros (criação do período estudado) e a Comendador Felizardo. Em todas essas cinco praças a paisagem foi alterada, com diferentes graus de intensidade, por prédios públicos aqui examinados. Dois desses (ambos, estabelecimentos de ensino), o Colégio Pio X e a Academia de Comércio, erguiam-se nos extremos do percurso. Apenas três edifícios não se situavam nas referidas praças: o IPASE (que mesmo assim fazia parte da paisagem da contígua Praça Vidal de Negreiros), o Clube Cabo Branco e o Cinema Rex, os dois últimos localizados, juntamente com a marcante e centenária igreja da Misericórdia, num ponto nodal secundário: o entroncamento das Ruas Duque de Caxias e Peregrino de Carvalho. No percurso em questão, os pontos nodais cuja aparência foi modificada pela nova arquitetura pública alternavam-se com segmentos de espaços edificados não alterados por esta.

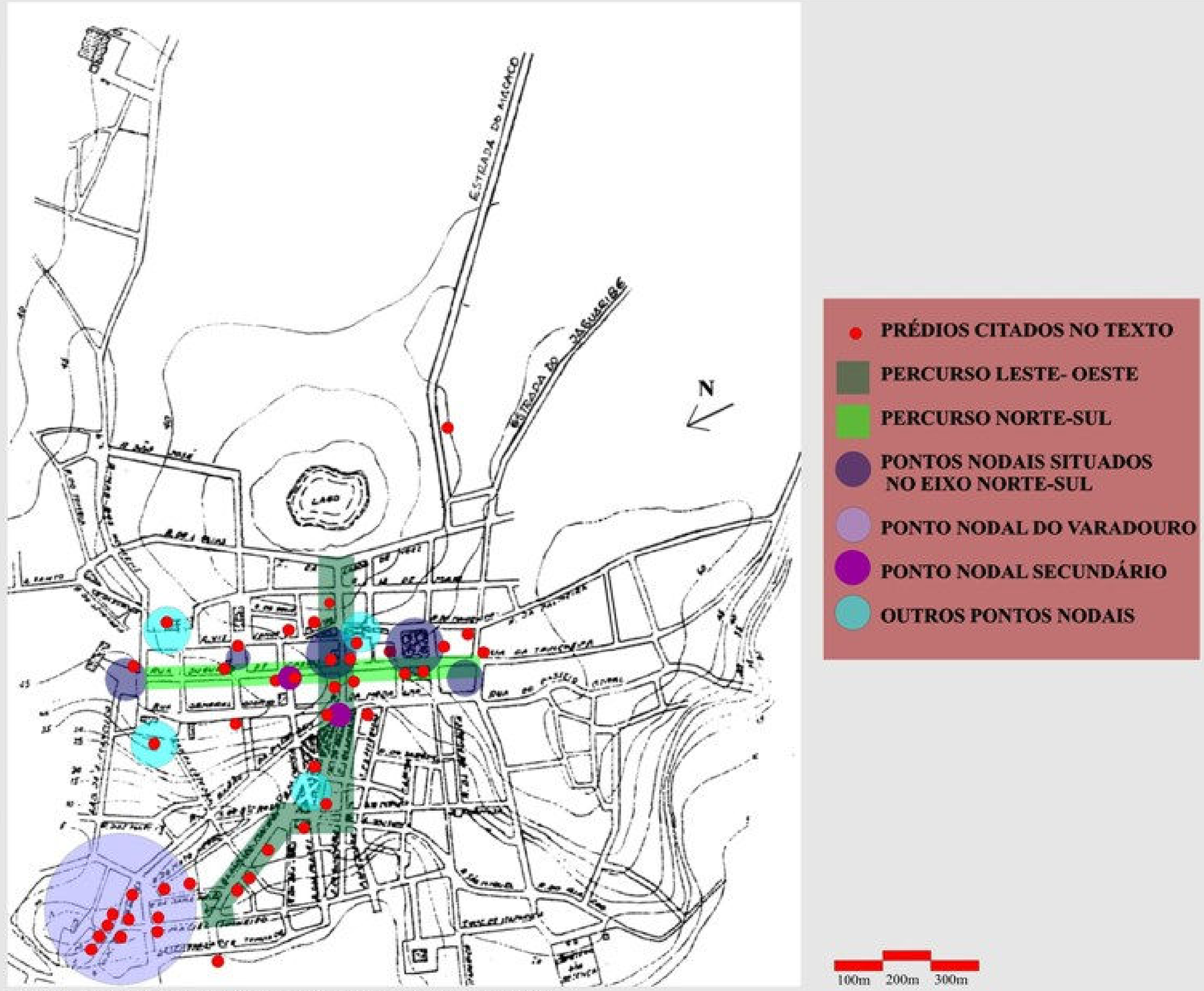


FIGURA 193: Mapa da capital da Paraiba destacando a arquitetura pública das fases 1, 2 e 3
FONTE: SOUSA, 2004 apud NOGUEIRA, 2005

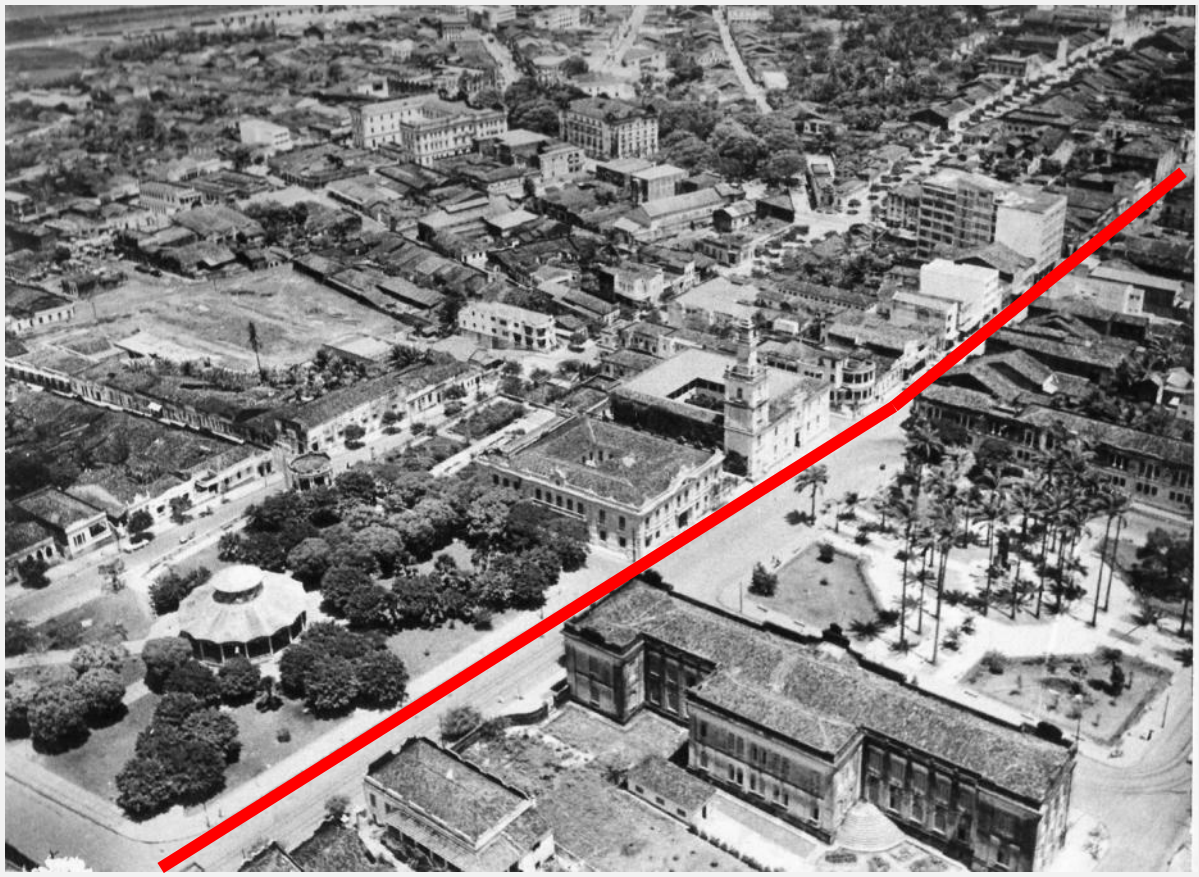


FIGURA 194: Vista aérea do percurso norte-sul (Rua Duque de Caxias)
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Dessas cinco praças, a mais modificada pela arquitetura em foco foi a Comendador Felizardo, chamada de João Pessoa a partir de 1930. Durante a gestão de Camilo de Holanda, ela foi renovada com majestosas edificações, que embelezaram três dos seus quatro lados: a Escola Normal, o Palácio do Governo e a Imprensa Oficial. Em 1930, na época do governo de João Pessoa, o Liceu foi remodelado e a igreja da Conceição foi demolida, para que o último e o palácio ficassem separados, com vistas à valorização estética dos dois. Note-se que a transformação paisagística do local poderia ter sido ainda mais forte, se tivesse sido concretizado o projeto, do presidente João Pessoa, de construir um grande teatro no lado leste da praça para substituir o oitocentista Teatro Santa Roza[46], que já não atendia mais à demanda da cidade. A demolição de quinze casas[47] para a construção do teatro foi realizada, mas esta não se concretizou, devido à morte do seu idealizador. Porém, mesmo sem esta malograda

[46] Um decreto autorizava as demolições para a construção do teatro Demolições de casas situadas no lado leste da Praça Comendador Felizardo e Rua 13 de Maio para construção do teatro e abertura de uma rua ao lado deste

[47] Decreto número 1619 de 23/12/29, (Paraíba, 1930)

intervenção, a paisagem da praça em 1940 diferia radicalmente daquela existente em 1910 e era inegavelmente bastante agradável.

FIGURA 195: Praça João Pessoa e seus prédios
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 196: Praça João Pessoa, vendo-se a Escola Normal e a lagoa
FONTE: PARAÍBA, 1932

O outro percurso tinha a direção leste-oeste e seus extremos estavam nas ruas Maciel Pinheiro e Diogo Velho. Ele coincidia com parte da chamada Avenida de Acesso, idealizada em 1924 pelo governo municipal[48]. Faziam parte dele a Rua Barão de Triunfo, a Praça Pedro

[48] A criação dessa avenida visava tanto melhorar a circulação urbana no sentido leste-oeste quanto extinguir vários prédios considerados pardieiros pelas suas condições sanitárias e arquitetônicas, melhorando assim a área central da cidade. Segundo as palavras de Guedes Pereira, já em 1924 a obra estava "facilitando extraordinariamente a viação urbana e deu um magnífico aspecto a esse trecho de nossa capital" (fonte). Os alargamentos de ruas que a

Américo, a Praça Aristides Lobo, a antiga Ladeira do Rosário (rebatizada Av. Guedes Pereira, depois de alargada por este), a nova Praça Vidal de Negreiros (que incorporou o antigo Beco do Rosário) e a nova Rua Padre Meira (que substituiu dois becos coloniais).

Nele estavam localizavam quatorze das edificações examinadas nos três capítulos precedentes. Cinco delas constituíam a maioria dos edifícios públicos de três ou mais pavimentos existentes na capital e uma delas, o IPASE, era a única construção da cidade com mais de cinco pavimentos. Duas outras edificações eram conjuntos de prédios comerciais contíguos.

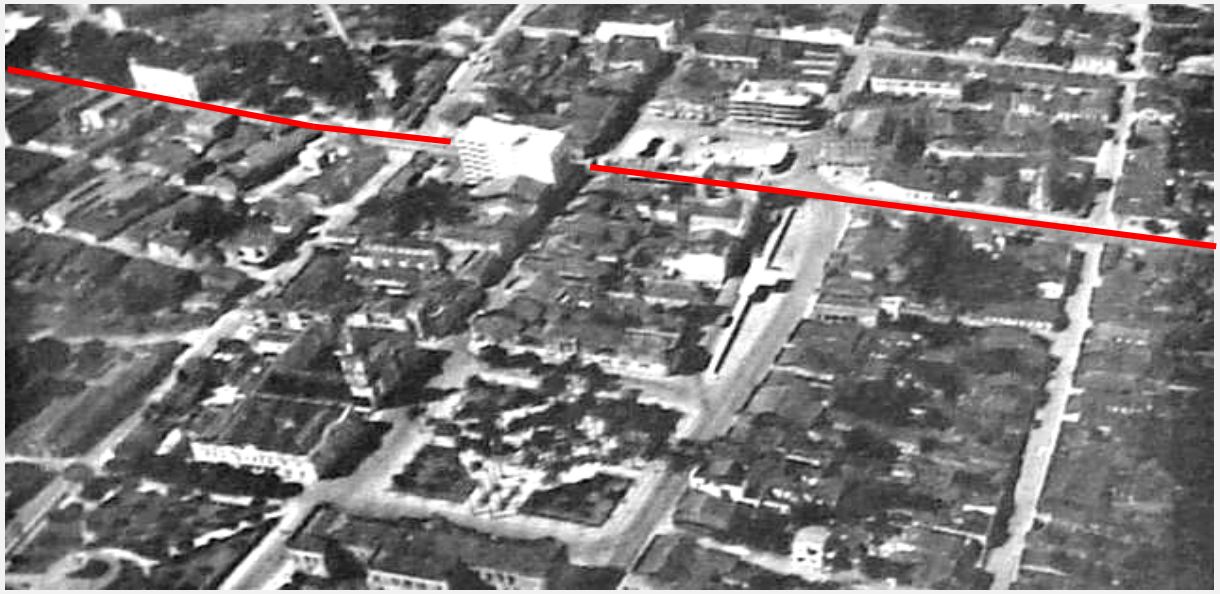


FIGURA 197: Fotografia aérea da Avenida Guedes Pereira, vendo- se o IPASE
FONTE: PARAÍBA, 1951

O trecho do percurso que mais contribuiu para a transformação paisagística estudada foi o ponto nodal representado pela Praça Pedro Américo, que nos anos 1930 tornou-se a única da cidade a conter três prédios públicos com três ou mais pavimentos. Dois deles, o edifício dos Correios e o Palácio das Secretarias (ambos muito mais altos que as edificações por eles substituídas), modificaram não apenas a paisagem ao longo do percurso, mas também os panoramas da Cidade Baixa vistos da Cidade Alta.

Mas as mudanças estéticas provocadas pela arquitetura em pauta mostraram-se fortes também em dois outros segmentos do percurso: a maior parte da Rua Barão de Triunfo e o trecho dele compreendido entre as praças Aristides Lobo e 1817.

obra exigiu foram feitos entre 1924 e 1930, a denominação Avenida Central tendo aparecido pela primeira vez na documentação oficial do estado neste último ano.

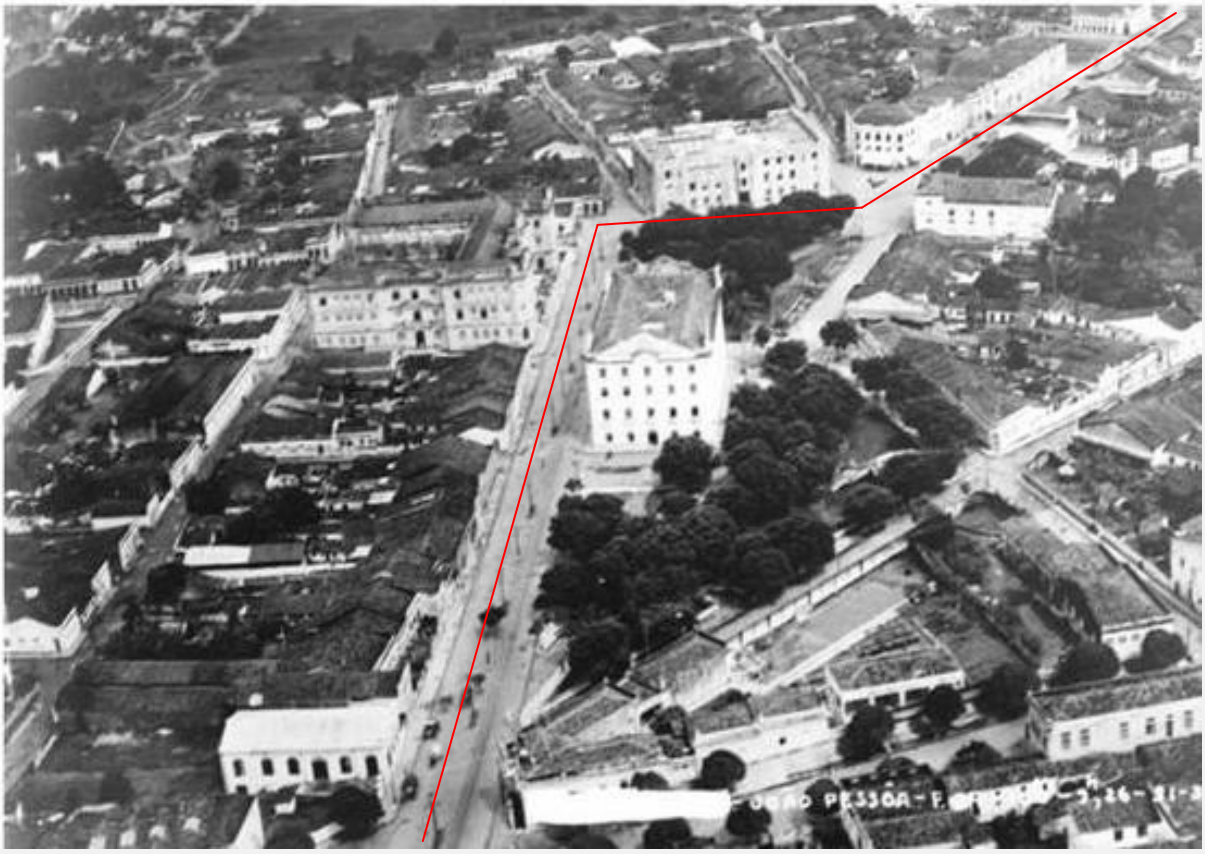


FIGURA 198: Vista aérea da Avenida Guedes Pereira e seus prédios
FONTE: Cidade de João Pessoa, Álbum de memórias

FIGURA 199: Panorama da Praça Aristides Lobo e suas edificações
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

Afora os dois citados percursos, o local mais modificado pela nova arquitetura pública foi a Praça Antenor Navarro e seu entorno, na área comercial da cidade. Ali surgiram dois prédios imponentes (a monumental Associação Comercial e a Secretaria da Fazenda, com seus cinco pavimentos), dois edifícios de dois pavimentos, uma fábrica térrea e três conjuntos de edificações comerciais contíguas. A paisagem por eles formada era inteiramente nova, como se pode ver na Figura 200. Um desses prédios, a Secretaria da Fazenda, modificou fortemente os panoramas da Cidade Baixa vistos da Cidade Alta, introduzindo neles um marco vertical antes inexistente, que se destacava por sua expressiva altura.

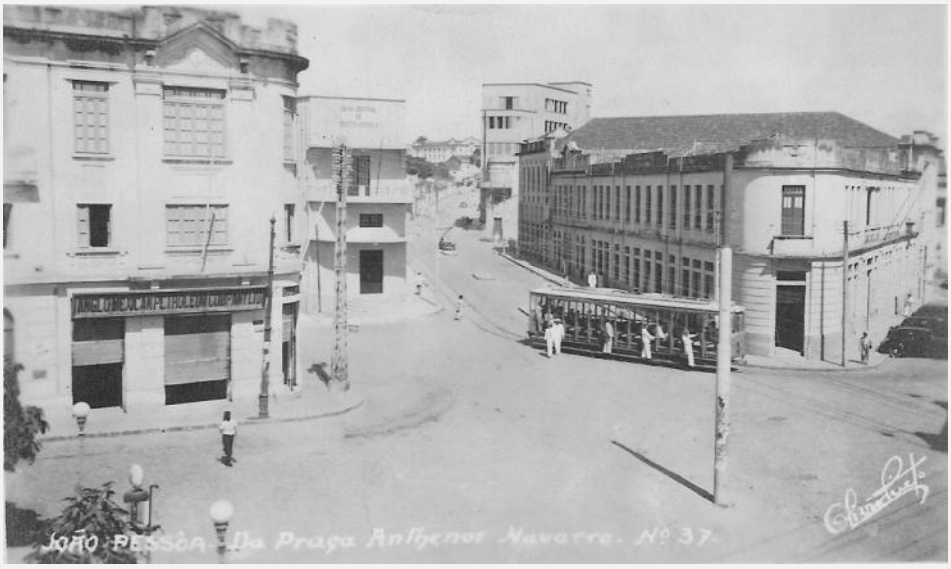


FIGURA 200: Edificações modernas do Varadouro
FONTE: Arquivo Humberto Nóbrega

FIGURA 201: Praça Rio Branco
FONTE: Revista Era Nova

Quatro outras praças foram alteradas pela nova arquitetura pública: a Dom Ulrico, a Rio Branco, a Dom Adauto (Largo do Carmo) e a 1817. Nas duas primeiras a mudança paisagística foi significativa, mas na última foi bastante limitada.

Vê-se, portanto, que onze praças da cidade foram modificadas esteticamente pelos prédios públicos aqui analisados.

Desses, foram poucos aqueles localizados em vias que não faziam parte dos dois percursos atrás apontados. Eles ocuparam apenas um ponto determinado de cada via, o que, em regra geral, reduziu sensivelmente o impacto deles na paisagem global da via. Mesmo assim tal impacto foi importante no caso da Estação Ferroviária, por ter sido ela a primeira edificação da via onde ela foi erguida.

Como vimos, meio século foi necessário para que a paisagem da capital paraibana fosse drasticamente alterada nos percursos e pontos nodais que analisamos. A nova arquitetura pública teve forte contribuição nesse processo e juntou-se aos antigos prédios que permaneceram, convivendo lado a lado, marcando e caracterizando o panorama da cidade com diferentes arquiteturas de diversas épocas. Chegavam os novos tempos.

FIGURA 202: Vista aérea da Capital Paraibana
FONTE: PARAÍBA, 1951

REFERÊNCIAS

A CAPITAL sob uma administração benemérita. Revista Manaíra. João Pessoa, mar 1940.

A CONSTRUÇÃO do Mercado Central de João Pessoa. **A UNIÃO**. João Pessoa, 12 set 1943.

A FÁBRICA de vinho de frutas dos Srs. Tito Silva & Cª: uma indústria genuinamente paraibana. **A UNIÃO**. João Pessoa, 7 jul 1933.

A INDUSTRIALIZAÇÃO do fumo na Paraíba: o grande empório fabril dos srs.Ferreira Amorim & Cia. **A UNIÃO**. João Pessoa, 7 jul 1933.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de e MELLO, José Octavio De Arruda. **Uma cidade de quatro séculos.** 2° ed. João Pessoa: A União, 1989.

_____. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo.** 3° ed. João Pessoa: FUNESC, 2002.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba para o anno de 1907. Parahyba do Norte: Imprensa Official, MCMVI.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba para o anno de 1908. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1908.

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba para o anno de 1909. Parahyba do norte. 1908.

ALMANACH Administrativo, Histórico, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba - 1922. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

ALMANACH do Estado da Parahyba - 1933. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1933.

A NOTICIA. **A UNIÃO**. João Pessoa, 22 jul 1916.

A NOVA agência do BB nesta capital. Revista Manaira. João Pessoa, nov. 1940, n. 13.

A NOVA sede da Agência do Banco do Brasil nesta capital. Revista Manaira, Nov 1940. João Pessoa n. 13.

A REFORMA urbanística do Recife: Obra Máxima do Prefeito Novais Filho. Revista Illustração. João Pessoa, fev/mar 1944, (pp. 22 e 23).

ARCHITECTO Ângelo Brunhs. **A UNIÃO**. João Pessoa, 20 dez 1928.

AS OBRAS de embelezamento da capital. **A UNIÃO**. João Pessoa, 28 abr 1938.

AS REALIZAÇÕES do governo de Argemiro de Figueiredo durante o assentamento das linhas de bonde na Barão do Triunfo. Revista Illustração. João Pessoa, out/ nov 1936.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BEZERRA, Alcides. **A nossa urbs e o modernismo**, Revista Era Nova, ano 1, 27 mar 1921, n.1.

BRUAND. Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARDEMAN, David, & CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas: a verticalização da cidade**. Disponivel em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078_02.asp>. Acesso em 3 mar 2008.

CBTU. **A ferrovia na Paraíba. João Pessoa**. 2005 (panfleto).

CIDADE DE João Pessoa: **Álbum de Memória. Acervo fotográfico de Walfredo Rodriguez (1871-1942).** Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/422anos/>. Acesso em: 21 set 2007.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Questões de base e situação: arquitetura moderna e edifícios de escritórios, Rio de Janeiro, 1936-45.** Disponível em < http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078_00.asp > Acesso em 14 jun 2008.

CORONA & Lemos. **Dicionário da arquitetura Brasileira.** EDART, 1972.

COUTINHO, Marco Antônio, VIDAL, Wylnna Carlos. **Pelas ruas do mercado, o pulsar de velhos costumes e novos anseios. O desafio da requalificação do Mercado Central de João Pessoa - PB.** Disponivel em < http://arqpb.blogspot.com/2007/11/marco-antonio-coutinho-e-wylnna-carlos.html > Acesso em 9 jul 2008.

CRUZ, João Claudino de Oliveira. **Melhoramentos da capital da Parahyba**. Gazeta da Parahyba, n. 192, 9 jan. 1889, p 01.

CULLEN. Gordon. **Paisagem Urbana**. Portugal, Lisboa: EDIÇÕES 70, LTDA, 1983.

DELL BRENNA, Giovanna Rosso. **Ecletismo no Rio de Janeiro (sec. XIX-XX)** *in* FABRIS, Annateresa**.** Ecletismo na arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel, Edusp: 1987. (p. 28-67).

DEVERÁ ser inaugurado em fevereiro próximo. Revista Manaira. João Pessoa, abr 1940, n.6.

ESTHETICA da cidade. **A UNIÃO**. João Pessoa, 12 jan 1921.

EXPOSIÇÃO apresentada ao Exmo. Sr. Dr. João Pereira de Castro Pinto sobre os negocios públicos do Estado da Parahyba em 22 de outubro de 1912 pelo Dr. João Lopes Machado. **A UNIÃO**, 22 out 1912.

EXPOSIÇÃO de motivos e occorrencias do quadriennio administrativo de 1916-1920, do estado da Parahyba, apresentada pelo dr. Francisco Camillo de Hollanda ao exmo. Sr. Dr. Solon de Lucena. **A UNIÃO**. João Pessoa, 24 out 1920.

EXPOSIÇÃO dirigida ao exmo. Sr. Presidente da República, referente ao período administrativo decorrido de junho de 1932 a dezembro de 1934. Administração do interventor Gratuliano de Brito. João Pessoa: Imprensa Official, 1935.

FABRIS, Annateresa**. Ecletismo na arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel, Edusp: 1987.

FREYRE, Gilberto. **A physionomia das novas ciudades**. Revista Era Nova, 1 abr. 1925. N° 75.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. **Lembranças do Brasil: as capitais brasileiras nos cartões postais e álbuns de lembranças**. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2004.

GUIA DE BENS TOMBADOS DO INEPAC. Diponivel em http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=143 Acesso em 29 jun 2008.

IMPORTANTES melhoramentos da Great Western. **A UNIÃO.** João Pessoa, 19 ago 1939.

INÁCIO, Joaquim. **Noticias de uma viagem à Paraíba**. Mossoró. 1987.

INAUGURAÇÂO do Cine-Teatro Plaza. João Pessoa: Revista Illustração. João Pessoa, set / out 1937. n. 38.

ÍNDICE DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. João Pessoa: set 1995.

JANSON, H.W. & JANSON, Anthony F. **Iniciação à História da Arte.** 2° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JARDIM, Vicente Gomes de. **Monographia da cidade da Parahyba do Norte**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Vol. 2, 1910 – p. 85-111 e Vol. 3, 1911 – p. 83-111.

KOCK. Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KUSHNIR, Beatriz, HORTA, Sandra. **Avenida Central: contrastes do tempo**. Diponivel em http://catalogos.bn.br/redememoria/avcentral.html .Acesso 26 maio 2008.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** 3° ed.Portugal: Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil- 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel / FAUUSP/ FUPAM, 1999.

LEMOS, Carlos. **Ecletismo em São Paulo** *in* FABRIS, Annateresa**. Ecletismo na arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel, Edusp: 1987. (p. 68-103).

LIGEIROS aspectos da cidade de João Pessoa no anno de 1932. **Almanach do Estado da**

Parahyba. João Pessoa: Imprensa Official, 1936, (p. 122,113).

LYNCH, Kevin. **A imagen da cidade**. São Paulo: Martins Fontes: 1997.

MAITLAND, Leslie et al. **A guide to Canadian Architectural Styles**. Peter Borough, Canadá: Broadview Press, 1992.

MARIZ, Celso. **A cidade de João Pessoa.** Annuario da Parahyba 1935. João Pessoa: Imprensa official, 1935, (p.5-8).

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: A União, 1939.

MAROJA, Flávio. **A nossa hygiene**. João Pessoa: IHGP, 1911, (p. 431-437).

MEDEIROS, Coriolano de. **A capital – 1882-1932**. GEGP, n.3, 1933.

MELO, José Octavio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 6ª ed. João Pessoa: UFPB, 2000.

MEMORIAL descritivo do terreno próprio nacional situado à Praça Rio Branco, antigo Largo da Tesouraria ou Cadeia na esquina da Rua Duque de Caxias antiga Rua Direita, cidade de João Pessoa, capital do Estado da Parahyba do Norte e ocupado com o próprio pertencente a união onde funciona a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. Processo n° 10467.002367186-60. Gerência Regional do Patrimônio da União na Paraíba - GRPU_PB.

MENSAGEM Apresentada á Assemmbléa Legislativa do Estado da Parahyba, em 1º de setembro de 1918, pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do Estado. Parahyba: Imprensa official, 1918.

MENSAGEM Apresentada ao conselho municipal da capital do estado da Parahyba em dezembro de 1921, pelo prefeito, Dr. Walfredo Guedes Pereira. Parahyba: Imprensa Official, 1921.

MENSAGEM Apresentada ao conselho municipal da capital do Estado da Parahyba em 22 de outubro de 1924, pelo prefeito Dr. Walfredo Guedes Pereira. Parahyba: Imprensa Official, 1924.

MENSAGEM Apresentada á Assemmbléa Legislativa referente ao período administrativo de julho de 1929 a junho de 1930. Governo do Dr. Joao Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Parahyba: Imprensa Official, 1930.

MENSAGEM Apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na Abertura da Sessão Ordinária de 1935 pelo Governador Argemiro de Figueirêdo. João Pessoa: Imprensa Official, 1935.

MENSAGEM Apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na Abertura da Sessão Ordinária de 1936 pelo Governador Argemiro de Figueirêdo. João Pessoa: Imprensa Official, 1936.

MENSAGEM appresentada a câmara municipal de João Pessoa pelo prefeito interino, Dr.

Oscar de Oliveira Castro. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1936.

MENSAGEM apresentada à Assembeleia Legislativa do estado da Paraíba em 1º de junho de 1948 pelo governador Oswaldo Trigueiro. Departamento de publicidade. João Pessoa Paraíba, 1948.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA. Relatório do exercício de 1944 apresentado ao consêlho fiscal pelo presidente dr. Virgilio Cordeiro de Mélo. Imprensa Oficial. João Pessoa, 1946.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **O Cenário da vida urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX/XX.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2000.

MOURA FILHA, Maria Berthilde, MOURA NETO, Aníbal Victor, PORDEUS, Thelma Ramalho. **Patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa: um pré-inventário.** João Pessoa :UFPB, 1985. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação).

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens transformações e perspectivas.** 4° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOGUEIRA, Helena de Cássia. **As primeiras décadas da eletricidade e do saneamento básico na capital paraibana, 1900-1940.** João Pessoa: UFPB, 2005. (Dissertação de Mestrado).

NUM AMBIENTE de simplicidade e trabalho decorreu, hontem, o 3° aniversário do governo de Argemiro de Figueiredo. **A UNIÃO**. João Pessoa, 28 jan 1939**.**

O EDIFÍCIO em construção da Agência do Banco do Brasil nesta capital. Revista Manaira. João Pessoa, n. 6 abr 1940.

O INCÊNDIO da delegacia fiscal _ a denuncia do procurador da República. **A UNIÃO**. João Pessoa, 16 jan 1917, n. 11.

OLIVEIRA, Mateus de. **A edificação urbana**. Revista Philippeia, n. 2 de 9 jul de 1905 (p. 13, 14).

O NOVO edifício da capitania dos portos da Paraíba- a sua construção será iniciada dentro de breves dias, pela firma Cunha & di Lascio. **A UNIÃO.** João Pessoa, 7 maio 1939, n.101.

O NOVO edifício do cine teatro Rio Branco. **A União**. João Pessoa, 1 abr 1932.

O PLANO de desenvolvimento systematico desta capital e da villa de Cabedello. **A UNIÃO.** João Pessoa, 4 fev 1932.

O QUE será de futuro a cidade de João Pessoa? **A UNIÃO**. João Pessoa, 2 out 1932.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do em 1° de setembro de 1907 por occasião da instalação da 4ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente do Estado Monsenhor Walfredo Leal *in* Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado

da Parahyba para o anno de 1908. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1908.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado Em 1° de setembro de 1911 por accasião da installação da 4 ª sessão da 5ª legislatura pelo presidente do Estado DR. João Lopes Machado. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1911.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, a 1° de setembro de 1914 pelo Dr. João Pereira de Castro Pinto presidente do Estado. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1914.

PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1° de setembro de 1918 pelo Dr. Francisco Camillo de Hollanda, presidente do estado. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1918.

PARAIBA, Realizações do governo Argemiro de Figueiredo. João Pessoa: Departamento Estadual de Publicidade, 1938.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).** Salvador: UDUFBA, 2002.

PREFEITO Fernando da Nóbrega. Revista Manaira. João Pessoa, mar 1940, n.5

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Perspectiva. 2000.

_____. **Imagens de vilas e cidades no Brasil Colonial.** São Paulo: USP, 2000. CD Room.

RELATORIO apresentado ao sr. Secretario da Fazenda Agricultura e Obras Públicas pelo Engenheiro Civil Italo Joffily Pereira da Costa, director da Repartição de Agricultura e Obras Públicas, sobre os trabalhos realizados no ano de 1933. Paraíba: Repartição de Agricultura e Obras Públicas. Imprensa Official: João Pessoa, 1934.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **Colégio de Nossa Senhora das Neves.** João Pessoa, PB , out 1976.

RODRIGUES, Francisco Rosendo. **Edificio dos Correios:** apontamentos históricos. Textoarte. S.d.

RODRIGUES, José de Nazareth. **2 Séculos da cidade: passeio retrospectivo – 1870 – 1930.** João Pessoa. 1974.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade.** João Pessoa, A União, 1994.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Sob o signo da modernidade**: arquitetura oficial da Parahyba 1910-1924. João Pessoa: UFPB: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação).

SECRETARIA Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. **Rio de Janeiro, uma cidade no**

tempo. Rio de Janeiro: Diagraphic Projetos Gráficos e Editoriais, 1992.

MELO, José Octávio. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**. João Pessoa, Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.

SINOPSE estatística do municipio de Joao Pessoa, Estado da Paraíba. Instituto brasileiro de geografía e estatística. Conselho nacional de estatística. Rio de janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasilero de Geografía e Estatística, 1951.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEVERIANO, Francisco. **Annuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Vol. I – 1894-1907. Torre Eiffel. Parahyba do Norte, 1907.

SEVERIANO, Francisco. **Annuario Ecclesiastico da Parahyba do Norte**. Vol. II – 1908-1918. Torre Eiffel. Parahyba do Norte, 1918.

SITTE, Camilo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SILVA. Geraldo Gomes da. **Arquitetura eclética em Pernambuco** in FABRIS, Annateresa**. Ecletismo na arquitetura Brasileira.** São Paulo: Nobel, Edusp: 1987. (p. 176-207).

SOUSA, Alberto. **Arquitetura Neoclássica Brasileira: um reexame.** São Paulo: Pini, 1994.

SOUSA, Alberto. **O classicismo arquitetônico no Recife Imperial.** João Pessoa: UFPB, Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.

STUCKERT FILHO, Gilberto. **Parahyba: Capital em Fotos.** 2° ed. João Pessoa: F & A, 2004.

TINEM, Nelci. **Fronteiras, Marcos e Sinais: Leituras das ruas de João Pessoa.** João Pessoa: UFPB/PMJP, 2006.

TINEM, Nelci, TAVARES, Lia, TAVARES, Marieta. **Arquitetura Moderna em João Pessoa: A memória moderna e local de um movimento Internacional**. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Nelci%20Tinem.pdf>. Acesso em 15 jun 2008.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Vanguarda e esquecimento: a arquitetura de Clodoaldo Gouveia.** João Pessoa: UFPB: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1999. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação).

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **D.V.O.P: arquitetura Moderna, Estado e Modernização (Paraíba, Década de 1930).** São Carlos: EESUSP, 2003. (Dissertação de Mestrado).

UMA GRANDE realização do governo de Argemiro de Figueiredo. **A UNIÃO**. João Pessoa, 30 abr 1938.

VIDAL, Wylnna Carlos Lima. **Transformações Urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940**. João Pessoa: UFPB, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SITES CONSULTADOS:

Museu Paulista - Universidade de São Paulo (Museu do Ipiranga)

<http://www.mp.usp.br/historia.htm> Acesso dia 22 ago 2008.

<http://www.mp.usp.br/projeto.htm> Acesso dia 22 ago 2008.

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac - RJ

<http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_detalhe_bem&idbem=143> Acesso dia 30 mai 2008.

<http://www.inepac.rj.gov.br/modules/Guia/images/Correios%20Niteroi%201.jpg.> Acesso dia 30 mai 2008.

Arquidiocese da Paraíba

<http://www.arquidiocesepb.org.br> Acesso dia 22 ago 2007.

Portal memória.joãopessoa.br

<http://www.memoriajoaopessoa.br2.net/> Acesso dia 13 out 2008.